
Marginalidade Social

e relações de classes em São Paulo

Manoel Tosta Berlinck

À Vanya e Cecco

PREFÁCIO

Quando terminei minha tese de doutoramento verifiquei que ela me havia colocado algumas perguntas que não sabia responder. Essas perguntas giravam em torno da questão dos mecanismos de adaptação da população na cidade de São Paulo, ou seja, quais os mecanismos utilizados pela população para se informar sobre os recursos existentes na cidade e como obtê-los.

Resolvi, então, realizar, em colaboração com Daniel I. Hogan, um levantamento por amostragem que se intitulou "características populacionais, organização social e adaptação da população na cidade de São Paulo". Dan pretendia ir ao Peru mas aceitou a idéia de vir ao Brasil e realizar o trabalho comigo. Voltei dos Estados Unidos em dezembro de 68 e Dan chegou em julho de 69. Nesse período muitas coisas aconteceram. Para mim, a coisa agradável do período foi a de ter participado da criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e, nessa empresa, ter-me tornado amigo de Fernando Henrique Cardoso, Carlos Estevam Martins e Bolívar Lamounier que juntos com Iuarez Rubens Brandão Lopes e Lúcio Kowarick, amigos mais velhos, colaboraram intensamente em discussões teóricas e na elaboração do questionário da pesquisa. É lógico que esse diálogo modificou de maneira profunda a maneira como via o problema que desejava estudar. Assim, graças a ele passei a me interessar pelo problema da marginalidade social e, em decorrência disso, pela acumulação capitalista no Brasil.

Em setembro de 1969 recebi a notícia de que o pedido de financiamento que havia feito à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo havia sido aprovado. Com esses recursos, com o apoio institucional e material da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas e, mais tarde, com uma verba concedida pelo CEBRAP para que pudéssemos aumentar um pouco o tamanho da amostra a ser entrevistada, o sucesso da pesquisa passou a depender exclusivamente da gente. Iniciamos, então, o período de planejamento do estudo que contou com a colaboração inteligente de Youssef Cohen. Yaussef, mais tarde, iria coordenar impecavelmente o exaustivo trabalho de campo.

No início do segundo semestre de 1970 estávamos prontos para iniciar o levantamento depois de ter lido a bibliografia disponível sobre São Paulo, feito um levantamento de dados censitários sobre a cidade e de ter construído e pré-testado duas vezes o questionário. A época para realizar a pesquisa era boa, pois coincidia com o censo de 1970, facilitando, assim, posteriores comparações. No atribulado período do levantamento quase nunca fui tão exigente e responsável como Dan e Youssef. Suspeito até hoje que "a vaca teria ido pro brejo" se não fosse a dedicação incansável desses dois amigos que coordenaram e fiscalizaram o trabalho de 32 entrevistadores que, com uma única exceção, se comportaram de maneira a só merecerem elogios. Vanya Sant' Anna, Sílvia de Almeida Prado, Neide Soares de Oliveira, Lia Rosemberg Beznoz e Maria Alice e Lula Rufino codificaram os dados e Antônio Tadeu Mendes Beraldo foi o responsável pela perfuração e tabulação inicial dos dados. Quando ficaram prontos verifiquei a necessidade de obter algumas entrevistas antropológicas com membros da classe baixa de São Paulo. Trinta entrevistas foram realizadas no fim de 1971 e no início de 1972 por Sonia Miceli P. de Barros e Joseph Mahon. A esses dois cientistas sociais devo essas longas entrevistas que são riquíssimas em informações e que me deram numerosas "deixas" na interpretação da pesquisa.

Durante os meses de julho, agosto e setembro de 1972 voltei à Universidade de Cornell com bolsa concedida pelo The Population Council a fim de terminar a análise estatística dos dados. Reencontrei-me lá com Dan Hogan que terminava de escrever sua tese de doutoramento e que me forneceu o formato histórico dos dados do levantamento. Acho que tal formato constitui uma inovação metodológica, pois permite a realização de análises históricas a partir de levantamentos por amostragem. Em Cornell, fui recebido pelos meus ex-professores e amigos Tom E. Davis, J. Mayone Stycos e Bernard C. Rosen que abriram, mais uma vez, as portas da Universidade e com quem restabeleci diálogo iniciado em 1964. Mas a estadia em Ithaca foi especialmente agradável e proveitosa graças ao carinho e à inteligência de Gilda e Roberto Perosa, Renata e Luciano Coutinho e Anna e Yoshiaki Nakano. Algumas das mais importantes "dicas" teóricas deste trabalho me foram generosamente dadas por Yoshiaki, de quem tenho a honra de ser amigo.

Os constantes diálogos com os meus colegas do Departamento de Ciências Sociais da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (entre os quais gostaria de destacar a compreensão, a simpatia e a inteligência de seu chefe e meu amigo Antônio Ignácio Angarita Silva, e de Sérgio Miceli, Braz José de Araújo, Robert V. C. Nicol (do Departamento de Economia), Ruben Keinert, José Carlos Garcia Durand, Vanya M. Sant' Anna e Maria Cecília Forjaz foram sempre profícuos. Mais recentemente João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo, economistas da Universidade Estadual de Campinas, foram interlocutores que muito contribuíram para diminuir a minha ignorância.

Finalmente, este trabalho deve muito à oportunidade que tive em conviver com Wanderley Guilherme dos Santos e Amaury de Souza, com quem troquei idéias e a quem devo convite para ministrar cursos no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Os diálogos que mantive com estudantes do Instituto e da EAESP/FGV foram profícuos no esclarecimento de idéias teóricas e de análise empírica. Desejo demonstrar, assim, que qualquer trabalho científico depende de amigos generosos e espero que essas influências estejam refletidas em suas páginas, pois só assim elas terão as qualidades pretendidas pelo seu autor.

Este trabalho visa testar hipótese alternativa à da marginalidade social, ou seja, que não existe marginalidade social na cidade de São Paulo, e, sim, que existe pobreza engendrada e mantida pelo desenvolvimento econômico que ocorre nessa região, a partir dos meados do século XIX. Para a demonstração empírica dessa hipótese foi adotada uma metodologia heterodoxa em que dados censitários, dados do levantamento por amostragem e informações colhidas pelas entrevistas antropológicas combinam-se com provas colhidas por outros autores. Nesse sentido, não se pode dizer que houve um teste sistemático de uma hipótese. Ao adotar essa posição heterodoxa, o autor tinha em mente dois públicos: o composto por aqueles estudiosos da marginalidade com quem o autor queria dialogar e o composto por aqueles que se interessam pelo assunto e que não têm ainda uma opinião formada e a quem, portanto, o autor gostaria de convencer que a inexistência da marginalidade constitui uma hipótese interessante para se compreender melhor a realidade sócio-econômica do Brasil contemporâneo. Assim sendo, o teste empírico é, na realidade, um exercício de convencimento no qual o autor apresenta "evidências" que apóiam o seu argumento teórico. Só o leitor poderá dizer se o exercício foi bem sucedido.

Bragança Paulista, carnaval de 1973.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	2
SUMÁRIO.....	4
CAPITULO I CRESCIMENTO URBANO E POBREZA	6
I. INTRODUÇÃO.....	6
II. MARGINALIDADE SOCIAL E NEODUALISMO: UM CONCEITO E MUITAS DEFINIÇÕES	7
II.1. Marginalidade como situação ecológica.....	7
II.2. Marginalidade como passividade.....	9
II.3. A marginalidade como resíduo no desenvolvimento econômico	12
II.4. Marginalidade como falta de integração.....	12
II.5. As noções histórico-estruturais de marginalidade	13
III. CONCLUSÕES II	24
BIBLIOGRAFIA	25
CAPITULO II A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL E O CRESCIMENTO DE SÃO PAULO	28
I. INTRODUÇÃO.....	28
II. A PESQUISA.....	28
III. SÃO PAULO NO PERÍODO DE DOMINAÇÃO INGLESA.....	31
IV. SÃO PAULO NO PERÍODO DA INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.....	42
V. CONCLUSÕES	43
BIBLIOGRAFIA	47
CAPITULO III A INDUSTRIALIZAÇÃO DO APÓS-GUERRA E A EXPANSÃO DA POBREZA	49
I. INTRODUÇÃO.....	49
II. O CRESCIMENTO DA RENDA E SUA DISTRIBUIÇÃO	49
III .OS EFEITOS DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA NA ESTRUTURA AGRARIA	56
IV. A CONCENTRAÇÃO DE RENDA E A QUALIDADE DAS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS	59
V. A CONCENTRAÇÃO DE RENDA E O EMPOBRECIMENTO URBANO	64
BIBLIOGRAFIA	69
CAPÍTULO IV ALGUNS MECANISMOS. INSTITUCIONAIS DE ESPOLIAÇÃO	71
I. INTRODUÇÃO.....	71

II. ALGUNS MECANISMOS GERAIS DE ESPOLIAÇÃO: A POUTICA SALARIAL	71
III. ALGUNS MECANISMOS GERAIS DE ESPOLIAÇÃO: O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	78
IV. CONCLUSÕES	81
BIBLIOGRAFIA	82
CAPITULO V ADAPTAÇÃO DA POPULAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO E "CULTURA DA POBREZA"	83
I. INTRODUÇÃO	83
II. A ADAPTAÇÃO NO MEIO URBANO	83
II.1 .Recursos materiais: renda	86
II.2. A pobreza da cultura e a “cultura da pobreza”	87
II.3. O acesso a canais de comunicação de massa	90
II. 4. A rede de contatos informais	91
III. A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	95
IV. CONCLUSÕES	96
BIBLIOGRAFIA	97
CAPITULO VI RESUMO E CONCLUSÕES	99
I. RESUMO	99
II. CONCLUSÕES	101

CAPITULO I

CRESCIMENTO URBANO E POBREZA

I. INTRODUÇÃO

O vertiginoso crescimento da cidade de São Paulo constitui um caso específico do processo de urbanização que se desenrola nos diversos países da América Latina e que vem sendo provocado, em grande parte, pela migração rural-urbana.

Tal processo é acompanhado, entretanto, pela formação de um verdadeiro "cinturão de pobreza" em torno das principais cidades latino-americanas manifestando-se pelo aparecimento de favelas, cortiços, "barriadas", "villas miserias" ou "poblaciones callampas" dependendo do país onde tais agrupamentos aparecem.¹ Estima-se que, no caso do município de São Paulo, a população favelada e de moradores de cortiços seja da ordem de 750.000 pessoas ou cerca de 14% de sua população.²

O intenso crescimento urbano "desordenado" ocorrido em regiões subdesenvolvidas, a partir da Segunda Guerra Mundial, gerou dúvidas sobre os possíveis benefícios que tal movimento pode trazer tanto para os que vêm para as cidades como para os países como um todo. Certos autores têm descrito em termos negativos a existência de grandes cidades prevenindo os leitores sobre os perigos e as tensões geradas pelo processo de hiperurbanização (overurbanization) (Friedmann e Lackington, 1967; Ward, 1969; Hauser, 1966). Algumas agências internacionais têm publicado trabalhos que descrevem o processo de urbanização no terceiro mundo como algo importante mas que está ocorrendo de maneira muito rápida (Inter-American Development Bank, 1969). Finalmente, uma série de governos andam preocupados com o volume da migração rural-urbana e sua concentração em grandes cidades e estão formulando políticas para evitar ou desviar esses fluxos (República Federativa do Brasil, 1972; Harris e Todaro, 1970). Ultimamente, essa situação levou diversos autores a examinarem o processo de hiperurbanização à luz do conceito de marginalidade social (Lewis, 1965; Lewis, 1966; Quijano, 1966; Matos Mar, 1968; DESAL, 1969; Nun, 1970; Quijano, 1970; Cardoso, 1972). Apesar de a definição de marginalidade variar de autor para autor podem-se identificar algumas idéias básicas que são comuns aos diversos autores e sobre as quais se fundamenta essa noção. Assim, uma das idéias básicas que informa o conceito de marginalidade é o de que o processo de urbanização que ocorre na América Latina a partir da Segunda Guerra Mundial deu-se sem industrialização, ou sem que houvesse transformações econômicas capazes de absorver uma crescente oferta de mão-de-obra (Bazzanella, 1963). Um exemplo desse raciocínio é o fornecido, em 1966, pela Secretaria da CEPAL quando afirma que a formação de uma população marginal foi o preço mais evidente que as grandes cidades latino-americanas pagaram para conciliar taxas muito altas de

1 Sobre a situação da América Latina veja: CEPAL, El desarrollo social de América Latina en la postguerra, Buenos Aires, Solar/Hachette, 1963.

2 Essas estimativas foram apresentadas em: Prefeitura do Município de São Paulo, Plano Urbanístico Básico, São Paulo, mimeografado, 6 volumes, 1969. Sobre a situação no Estado de São Paulo, veja: Fundação Plano de Amparo Social, Levantamento sócio-econômico das populações marginais do interior do Estado de São Paulo, São Paulo, 14 volumes, mimeografado, 1969.

crescimento populacional com baixos níveis de produtividade de sua estrutura econômica (CEPAL, 1966, p. 65).

Entretanto, em recente trabalho sobre "migração interna e desenvolvimento econômico no Brasil", Lorene Yap (1972) defende a tese de que essas preocupações com a hiperurbanização constituem exagero que se baseia em noções imprecisas sobre a situação dos migrantes e suas experiências urbanas. Segundo essa autora, diversos estudos recentes demonstram que migrantes estão, de maneira geral, satisfeitos com a sua situação nas cidades e que as experiências urbanas de muitos migrantes pobres não constituem um processo que produz alienação, comportamentos desviantes, violência ou revolução.

O estudo de Yap provavelmente passaria despercebido se não colocasse em dúvida o que cientistas sociais vêm afirmando na última década, ou seja, a própria noção de marginalidade social.

Em resumo, existe uma controvérsia teórica em torno da noção de marginalidade social, e este trabalho pretende se dedicar ao exame dessa controvérsia.

II. MARGINALIDADE SOCIAL E NEODUALISMO: UM CONCEITO E MUITAS DEFINIÇÕES

Para que se possa entender melhor o que está por trás dessa controvérsia é necessário que se analise mais de perto o conceito de marginalidade social. Ainda que as diversas definições desse conceito tenham surgido recentemente na literatura sociológica latino-americana, o fato é que o problema não é novo, refere-se à existência do desemprego e do subdesemprego em sociedades onde o trabalho é livre, ou seja, constitui mercadoria que é trocada em um mercado.

No Brasil, já em 1888 o Deputado Martinho Prado Júnior, ao tratar da imigração italiana, chamava a atenção de seus pares na Assembléia Provincial para os problemas que adviriam com a concentração de braços na Capital da Província "que dariam o imediato resultado da baixa de salários" (Os deputados republicanos na Assembléia Provincial de São Paulo, 1888).

II.1. Marginalidade como situação ecológica

No plano das idéias sociais, a década de 50, no Brasil, caracterizou-se pela formulação plena daquilo que seria, mais tarde, chamado de ideologia desenvolvimentista.

O processo de industrialização ocorrido durante esse período gerou uma euforia desenvolvimentista que levou numerosos estudiosos a suporem "um enriquecimento geral do país e sobretudo do Estado". Assim, segundo Ferreira Lima, graças ao "enorme surto manufatureiro" ocorrido neste período

"deixamos de importar numerosos produtos, que antes adquiríamos no exterior, poupando assim considerável quantidade de divisas; exploramos, dentro das nossas fronteiras e em proveito da economia nacional, boa parte de nossas matérias-primas; damos trabalhos a novos milhares de operários, anteriormente ocupados nas fainas agrícolas e pecuárias; fazemos subir por esse meio, de um modo geral, o "standard" de vida das populações; iniciamos, enfim, a libertação econômica do país através da elevação do tipo de nossa economia de sua fase agrária, monocultora, semicolonial,

para um sistema industrial, capitalista, elaborador de produtos manufaturados" (Ferreira Lima, 1954).

Nesse quadro de euforia, em que todos se beneficiavam com a “rapidez do progresso nacional e particularmente de São Paulo”, não deveria haver mais lugar para o desemprego e o subemprego. Por isso mesmo, observa o mesmo autor:

“A existência do proletariado não se concentra mais em bairros de casas infectas, com ruas sem pavimentação, sem água, sem luz e sem esgotos como era em 1900, mas uma legislação social adiantada vai dia a dia melhorando as condições de vida e de trabalho da considerável massa obreira do Estado. Clubes, bibliotecas e outros meios de recreação já estão ao dispor do proletariado, a par de uma jornada limitada de trabalho, recursos médicos e hospitalares, garantia de serviço, etc., como nos grandes países, de avançado grau de civilização” (Ferreira Lima, 1954).

Dentro desse quadro eufórico não havia lugar para a existência de favelas e cortiços que, no entanto, teimavam em existir no cenário das mesmas cidades – como São Paulo e Rio – onde “o progresso” ocorria. Como “explicar” essa situação “paradoxal”?

A “resposta” que predominou naquele período foi a que equacionou o conceito de marginalidade com uma definição espacial, segundo a qual marginal é toda a população urbana que vive em favelas (ou em “barriadas” ou “villas miserias” ou “callampas”). A favela passa, assim, a ser uma organização social “sui generis” que permite um tipo determinado de estrutura interna (por exemplo, instabilidade matrimonial, desemprego ou subemprego, criminalidade, alienação política, etc.) e um tipo determinado de relacionamento com o meio urbano em que se insere (Matos Mar, 1968).

A noção de marginalidade assim concebida passou a ser adotada por técnicos em planejamento urbano e desfavelamento e foi vista como um mal transitório, produto de um desajuste circunstancial -ainda que presumivelmente inevitável - no processo de desenvolvimento urbano e gerou uma ação social mais ou menos organizada, como as construções de Vila Kennedy e da Cruzada São Sebastião, no Rio de Janeiro, ou do Movimento Universitário de Desfavelamento em São Paulo - que visavam a erradicação do mal.

Esta noção foi abalada a partir de estudos que demonstraram, em primeiro lugar, não haver um determinismo causal entre “favelado” e “marginal”. Assim, por exemplo, trabalho de A. Leeds e E. Leeds sobre favelas do Rio de Janeiro demonstrou que, dependendo do tamanho da favela, há uma maior ou menor complexidade nas ocupações de seus habitantes - encontrando-se até alguns profissionais liberais e diversos contadores, oficiais da polícia militar e operários morando nessas áreas. A.

Leeds e E. Leeds demonstraram, também, que os habitantes das favelas cariocas possuem hábitos urbano-industriais. Assim, do ponto de vista do comportamento social, os moradores de favelas não são assim tão diferentes dos membros que fazem parte do segmento “mais moderno” da sociedade brasileira (A. Leeds and E. Leeds, 1967).

Tais observações foram confirmadas por estudo de Carlos Estevam Martins que não só identificou uma estratificação social em favelas do Rio e de São Paulo como notou que tais diferenças determinam comportamentos políticos diversos (Martins, 1970). Este estudo revelou a existência de uma “aristocracia favelada” que participa ativamente da estrutura da sociedade urbano-industrial onde se insere.

Em segundo lugar, estudos demonstraram a existência de “populações marginais” em áreas urbanas distintas de favelas. Assim, por exemplo, no município de

São Paulo, segundo estimativas do Plano Urbanístico Básico, há mais moradores em cortiços do que em favelas (PUB, 1969).

Finalmente, planejadores e assistentes sociais acabaram descobrindo que as tentativas de desfavelamento, ao contrário de produzirem uma diminuição da "população marginal", eram acompanhadas por um aumento paulatino das favelas.

Não há, portanto, como se concluir que marginalidade social possa ser definida através de uma situação ecológica, pois nada indica que o comportamento do pobre favelado é diferente do pobre não-favelado. Por outro lado, é possível que certos arranjos ecológicos -como a favela -constituam formas específicas de adaptação que facilitem a integração do pobre à cidade (Silberstein, 1969).

II.2. Marginalidade como passividade

Uma segunda noção de marginalidade é fundada na idéia de passividade que tem sido expressa de maneira mais clara em diversas publicações da DESAL e remonta à clássica definição fornecida por Stonequist (1937). Segundo este autor, o homem marginal é aquele que:

"através da migração, educação, casamento ou alguma outra influência, abandona um grupo social ou cultura sem realizar um ajustamento satisfatório em outro e encontra-se na margem de ambos sem pertencer a nenhum".

Esta noção enfatiza a ambivalência do indivíduo colocado entre duas culturas e que enfrenta problemas na medida em que essas culturas forem conflitivas.

A noção formulada pela DESAL incorporou o pressuposto da dualidade cultural contida na definição de Stonequist e modificou o caráter individualista ou psicológico também contido nessa mesma definição. A DESAL define marginalidade a partir de uma situação segundo a qual uma categoria social (e não um indivíduo) encontra-se sob a influência de uma outra categoria, mas que, devido às barreiras culturais, se acha impedida de participar plena e legitimamente do grupo que a influencia.

Essa definição de marginalidade pressupõe a existência de uma dualidade estrutural que se exprime genericamente por noções tais como "sociedade moderna" e "sociedade tradicional"; "maioria e minoria étnica"; "integrados" e "delinquentes". Mais especificamente para a DESAL, a marginalidade na América Latina surge a partir de uma superposição de uma cultura "moderna", manifestada nos centros urbanos-industriais das diversas sociedades nacionais que compõem essa região sobre uma cultura "pré-colombiana e pré-industrial". Essa superposição impede a participação ativa do segmento de cultura "pré-colombiana e pré-industrial" no segmento "moderno" e inibe sua participação tornando-a passiva ou receptora dos bens constitutivos do segmento "moderno" (DESAL, 1969).

O conceito de marginalidade assim compreendido enfrenta algumas dificuldades que parecem ser intransponíveis. Se a marginalidade depende da dualidade, a possível (e provável) expansão do setor "moderno" desses segmentos societários tenderia a reduzir os segmentos "tradicionais" e, portanto, reduzir a magnitude da marginalidade. Tudo indica, entretanto, que não se trata de um "jogo de soma zero". Em outras palavras, nem no Brasil e nem em outros países da América Latina a rápida expansão do setor "moderno", através da urbanização e da industrialização, diminuiu o tamanho das populações marginais. Ao contrário, ela tende a aumentar exatamente em áreas urbano-industriais, na medida em que a população emigra do meio rural para o urbano. Além

disso, como A. Leeds e E. Leeds já demonstraram, a simples exposição a um meio "moderno" não garante a integração do segmento marginal.

Além do mais, tanto o estudo de A. Leeds e E. Leeds como o de Carlos Estevam Martins revelam que segmentos que a DESAL poderia classificar de marginais participam da cultura e da estrutura da sociedade "moderna" onde estão inseridos. Estudo realizado por Germana, no Chile, contém a mesma conclusão (Germana, 1970).

Finalmente, uma crítica mais severa que se pode fazer à abordagem da DESAL é que ela abandona o problema das diferenças entre situações de classes substituindo-a por uma diferença entre "integrados" ou "modernos" e marginais, e é lógico que tal substituição constitui um escamoteamento do problema central que se refere à existência de diferentes classes sociais nessas sociedades.

Em resumo, o conceito de marginalidade construído a partir da dualidade cultural não resiste nem a uma análise lógica nem a um exame empírico mais cuidadoso. Entretanto, constitui um avanço teórico considerável sobre a abordagem espacial, pois chama a atenção do estudioso para diversos sintomas da marginalidade que foram ignorados pela concepção anterior.

Outra noção de marginalidade que se baseia na noção de passividade mas que diverge do conceito adotado pela DESAL é o da "cultura da pobreza" formulado por Oscar Lewis.

Para Lewis (1966), a "cultura da pobreza" não é simplesmente algo que se refere à desorganização social, mas trata-se de uma cultura no sentido antropológico do termo, ou seja, um conjunto de símbolos que fornecem aos seres humanos um plano de vida com um conjunto de soluções para os seus problemas e que, portanto, contém uma importante função adaptativa.

Nesse sentido a cultura da pobreza é composta por um conjunto de normas, valores, conhecimentos, crenças e tecnologia que é organizado e utilizado por indivíduos de uma sociedade a fim de permitir a sua adaptação ao meio em que vivem.

Em texto anterior, Lewis (1965) chama a atenção para o mesmo caráter adaptativo, mas introduz duas outras dimensões teóricas que precisam ser examinadas aqui. Assim, argumenta aquele autor, que a cultura da pobreza é, ao mesmo tempo, uma adaptação e uma reação dos pobres a uma sociedade capitalista altamente individualista e organizada em classes sociais. Representa um esforço para lidar com sentimentos de desespero que se desenvolvem com a consciência da impossibilidade de se ter sucesso em termos dos valores da sociedade mais ampla. De fato, muitos dos traços da cultura da pobreza podem ser vistos como tentativas de se encontrar soluções para problemas que não são solucionados pelas agências e instituições existentes dado que as pessoas não pertencem a elas. Entretanto, a cultura da pobreza não é apenas uma adaptação a um conjunto de condições objetivas da sociedade mais ampla. Na medida que existe tende-se a perpetuar de geração a geração devido a seus efeitos nas crianças. Quando as crianças das favelas chegam aos seis ou sete anos absorvem normalmente valores e atitudes de sua subcultura e não se tornam psicologicamente preparadas para aproveitar plenamente as mudanças de condições ou as crescentes oportunidades que podem ocorrer durante as suas vidas (Lewis, 1965, pp. XLIV-XLV).

Nesta aproximação do conceito, Lewis introduz a idéia de que a "cultura da pobreza" é uma resposta a uma situação que envolve relações de classes numa sociedade capitalista. Em segundo lugar, Lewis reconhece que existe uma autonomia relativa da "cultura da pobreza" na medida em que o processo de socialização reforça o fenômeno. Quando, entretanto, Lewis especifica melhor as principais características da "cultura da

pobreza", abandona essas duas dimensões e concentra-se na incapacidade organizacional dos que vivem nessa situação. Lewis (1965) identifica quatro características básicas da cultura da pobreza: 1) a ausência de participação efetiva e integração dos pobres nas principais instituições da sociedade; 2) no nível da comunidade, observa-se a existência de condições precárias de habitação, grande densidade e, acima de tudo, um mínimo de organização além do nível da família nuclear e extensa. De vez em quando surgem agrupamentos informais, temporários ou associações voluntárias nas favelas. Na realidade, é o baixo nível de organização que dá à cultura da pobreza a sua qualidade marginal e anacrônica, numa sociedade organizada, especializada e altamente complexa; 3) no nível da família, os principais traços da cultura da pobreza são a ausência da infância como um estágio especialmente prolongado e protegido do ciclo vital, a iniciação precoce no sexo, uniões livres ou casamentos consensuais, ocorrência relativamente freqüente de abandono da esposa e crianças, uma tendência a famílias centradas em torno da mãe e conseqüentemente a um conhecimento muito maior dos parentes maternos, uma forte predisposição ao autoritarismo, ausência de privacidade ("*privacy*"), ênfase verbal na solidariedade familiar que é raramente obtida e competição por bens limitados e pela afeição materna; 4) no nível individual, os principais traços são fortes sentimentos de marginalidade, de desespero e de dependência.

Assim, nas quatro categorias básicas da "cultura da pobreza" Lewis não se refere uma única vez aos mecanismos de relações de classes que determinam o aparecimento de tal situação, aos quais ele próprio se refere anteriormente. Além disso, a "baixíssima capacidade organizacional" dessa "cultura" dificulta a compreensão de sua capacidade adaptativa. Em outras palavras, quais os elementos da "cultura da pobreza" que facilitam ou permitem a adaptação, especialmente quando se demonstra que uma de suas características básicas é a incapacidade de organização?

Finalmente, Lewis (1965) deixa claro que a "cultura da pobreza" não é uma cultura dos pobres quando afirma que as pessoas que pertencem à primeira categoria são provincianas e não possuem um sentido de história. Conhecem apenas as suas dificuldades, suas condições locais, sua vizinhança e condições de vida. Normalmente, não possuem o conhecimento, a visão ou a ideologia para verem as semelhanças entre os seus problemas e de seus semelhantes em outras partes do mundo. Não possuem consciência de classe, ainda que sejam sensíveis às distinções de status. Quando os pobres adquirem consciência de classe ou se tornam membros ativos de organizações sindicais, ou ainda quando adquirem uma visão internacionalista do mundo, não pertencem mais à cultura da pobreza ainda que continuem a ser desesperadamente pobres (p. XLVI.II).

Percebe-se, assim, que Lewis não consegue solucionar algumas dificuldades fundamentais existentes em seu quadro teórico. Em primeiro lugar, a "cultura da pobreza" não é nem cultura (no sentido antropológico utilizado por aquele autor) nem é dos pobres. Trata-se, quando muito, de alguns traços culturais de alguns pobres. Mas a noção de traço cultural tem sido tão criticada que antropólogos já não a usam mais. Além disso, como pode existir um "traço cultural" que não faz parte de uma população e sim de alguns membros de uma população? Em segundo lugar, Lewis faz afirmações - como a de que a "cultura da pobreza" é produzida pelo capitalismo - sobre as quais não elabora tornando, assim, o conceito bastante confuso. Enfim, como Leeds (1972) já demonstrou, a noção de "cultura da pobreza" é inútil tanto no nível teórico-conceitual como nos níveis metodológico, substantivo e ético-cívico.

II.3. A marginalidade como resíduo no desenvolvimento econômico

Um terceiro tipo de abordagem do problema da marginalidade é o que identifica o fenômeno como resíduo no processo de desenvolvimento econômico.

Segundo os autores que adotam esta visão, o processo de desenvolvimento econômico ocorre paulatinamente de forma que é incapaz de beneficiar toda a população de uma sociedade ao mesmo tempo. Assim, o processo de desenvolvimento coexiste com uma "população marginal ao desenvolvimento" que, eventualmente, poderá ser beneficiada pelo processo, se ele persistir (Casanova, 1965; Oberg, 1965).

Duas dificuldades fundamentais envolvem esta abordagem: 1) quanto tempo é necessário esperar para que o desenvolvimento beneficie a "população marginal ao desenvolvimento?" e 2) como demonstrar a veracidade empírica dessa proposição?

A primeira dificuldade é, geralmente, respondida por esses autores com a "juventude" do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Entretanto, qualquer análise histórica mais cuidadosa demonstra que esses países não são nem tão jovens assim nem que seu "desenvolvimento" é recente. Assim, no caso brasileiro pode-se dizer, sem medo de errar, que o país vem apresentando taxas relativamente altas e persistentes de crescimento de seu PNB há mais de um século. Além disso, esse "desenvolvimento" vem sendo acompanhado, pelo menos nos últimos 20 anos, por um processo de concentração de renda (Furtado, 1968; Cano, 1968; Tavares, 1969; Berlinck e Cohen, 1970; Duarte, 1971; Hoffmann, 1972; Fishlow, 1972). As provas empíricas existentes demonstram, portanto, que o "desenvolvimento" não beneficia necessariamente as "populações marginais" e que, portanto, essa forma de se abordar o problema é equivocada.

II.4. Marginalidade como falta de integração

Quando se comparam as diversas abordagens do problema da marginalidade propostas até aqui se verifica que se dirigem fundamentalmente a um único problema: *a falta de integração*. Nesse sentido, a noção de marginalidade se contrapõe ao conceito de integração social. Tomando consciência dessa regularidade, Quijano (1966) propõe um significado mais abstrato e sistemático ao conceito de marginalidade. Para Quijano (1966), a noção de integração social implica em dois aspectos analiticamente diferentes: o que corresponde à "integração da sociedade" e o que se refere à "integração na sociedade". A integração da sociedade é um conceito analítico que se refere à forma como os elementos que correspondem a cada um dos setores institucionais se integram na estrutura global de uma sociedade. A integração na sociedade é outra noção analítica que se refere à forma em que seus membros se integram, através do seu envolvimento em cada um dos elementos que compõem os diversos setores institucionais dessa sociedade.

Do ponto de vista da integração da sociedade, acredita Quijano que se pode considerar a existência de três grupos de elementos institucionais: os que correspondem à estrutura básica da sociedade, porque definem seu caráter fundamental; os que correspondem às estruturas secundárias da sociedade que, sem definir a sua natureza básica, são importantes, pois contribuem para dar forma concreta à estrutura básica. Finalmente, os que correspondem a estruturas cuja existência não se deriva das tendências que movem a estrutura básica da sociedade, mas que indicam suas limitações em cada momento histórico e, assim, as incongruências da integração da sociedade.

Acredita Quijano que são esses últimos elementos e estruturas que podem ser chamados de marginais.

Para Quijano, portanto, a marginalidade é um problema inerente à estrutura de qualquer sociedade e varia em cada momento histórico. A noção de marginalidade assim entendida possui um valor heurístico na medida em que indica as limitações dos elementos institucionais básicos de cada estrutura. Assim, do ponto de vista da integração da sociedade, a marginalidade é um conceito que se refere a elementos (que podem ou não existir de maneira estruturada) institucionais que não estão incorporados à estrutura básica ou dominante da sociedade; nem a suas estruturas secundárias, dependentes da anterior.

Do ponto de vista da integração na sociedade, a marginalidade é um conceito que se refere a um conjunto de membros da sociedade cuja existência nessa "situação social" está constituída, parcial ou totalmente, por elementos institucionais "marginais".

A maior dificuldade que a definição fornecida por Quijano enfrenta é a de especificação da "estrutura básica ou dominante da sociedade". Essa dificuldade existe devido ao princípio do inter-relacionamento das partes em qualquer estrutura. Em outras palavras, qualquer que seja a "estrutura básica ou dominante" de uma sociedade ela só assim é definida devido ao tipo de relacionamento que mantém com as "estruturas secundárias" e com as "estruturas marginais". Ora, se tal fato é verdadeiro, então "estruturas marginais" são tão básicas para a definição da estrutura global da sociedade como a "básica ou dominante".

Aliás, essa inconsistência na definição de Quijano fica mais clara quando afirma que a marginalidade, em nenhum de seus aspectos, parece, pois, consistir em uma "não-pertinência" à Sociedade, nem em falta de integração genérica a ela. Fundamentalmente, a marginalidade é um modo não básico de se pertencer e de se participar na estrutura geral da sociedade (Quijano, 1966, p. 28).

Ora, se a marginalidade é parte de uma estrutura e se esta é definida por partes e seus relacionamentos, como é possível que uma parte seja "um modo não básico de 'pertinência' e de participação" na estrutura global de uma sociedade? Se o raciocínio de Quijano fosse verdadeiro, então a marginalidade poderia deixar de existir sem que isso afetasse tanto a "estrutura básica" como a "estrutura secundária" da sociedade e, o que é mais importante, nem mesmo a sua estrutura global. Mas ao mesmo tempo e em termos puramente teóricos, é fácil imaginar-se que a eliminação de uma parte de uma estrutura modifica essa configuração social.

A grande dificuldade que se encontra na definição de marginalidade apresentada por Quijano (1966) é, portanto, o pressuposto do dualismo estrutural que ela encerra. O dualismo possibilita, por um lado, afirmar-se a existência da marginalidade mas impede, por outro, de estabelecerem-se as conexões entre os setores "marginal" e "integrado" porque implicam numa unidade estrutural que o dualismo não postula. Há, portanto, uma contradição lógica nesse tipo de raciocínio e tal dificuldade deve ter sido percebida por Quijano, pois esse autor, em outro trabalho que será examinado mais adiante, revê o seu próprio conceito.

II.5. As noções histórico-estruturais de marginalidade

Finalmente, um modo mais recente de se definir marginalidade social baseia-se na noção de desenvolvimento desigual e combinado dos chamados países periféricos.

Segundo essa abordagem o desenvolvimento ocorrido nas sociedades subdesenvolvidas gera uma única estrutura com um aspecto dual composta, por um lado, de um núcleo neocapitalista dependente moderno e dinâmico e, por outro, de um segmento pobre composto por: a) desempregados; b) subempregados e c) trabalhadores pobres nos diversos setores da economia. O núcleo possui uma dinâmica própria que permite sua expansão enquanto o mesmo ocorre com o segmento pobre dessa estrutura. Além disso, o núcleo mantém um conjunto complexo de relações com o segmento pobre que os tornam partes de uma mesma e única estrutura.

Essa estrutura com aspecto dual existente no Brasil não é típica dessa sociedade, mas é produto do desenvolvimento desigual ocorrido no mundo capitalista e dos modos de integração das diferentes sociedades nacionais que compõem esse mundo.

Em outras palavras, quando se compara o desenvolvimento econômico dos países capitalistas europeus, nos séculos XVIII e XIX e o que ocorre no Brasil e em outras sociedades subdesenvolvidas durante o século XX, percebe-se que as condições estruturais destas são bastante diferentes das daqueles e que estas diferenças são devidas, em grande parte, às diferentes maneiras como essas sociedades se articulavam e ainda se articulam.

Não se pretende, aqui, discutir de maneira detalhada a noção de desenvolvimento desigual e combinado.

Entretanto, para se ilustrar o argumento, pode-se dizer que a Revolução Industrial na Europa, e especialmente na Inglaterra, teve por base uma revolução na agricultura daquela região (Bairoch, 1967). No século XVIII, a maioria dos britânicos ganhava a sua vida trabalhando na terra. As pequenas diferenças na configuração, no subsolo e no clima faziam variar as condições de vida e de trabalho. Mas, independentemente dessa variação, havia um acentuado contraste que não podia deixar de impressionar qualquer pessoa que viajasse através dos condados ingleses: em certas zonas, os campos comuns estendiam-se a perder de vista; noutras, tudo estava dividido por sebes, muros, barrancos ou filas de árvores (Ashton, 1971).

As aldeias de campos abertos estavam adaptadas às necessidades de uma comunidade produtora tanto de cereais como de uma certa quantidade de gado, para sua própria subsistência. Mas, embora fossem mais adaptáveis do que por vezes se tem suposto, tendiam a conservar os métodos de cultivo e as relações econômicas do passado. Antes que se pudesse introduzir um sistema de drenagem ou uma nova rotação de culturas era necessário conseguir o acordo de um conjunto de pessoas que, em geral, estavam satisfeitas com as práticas habituais e desconfiavam de mudanças. Nessas regiões, o progresso da agricultura dependia da criação de novas unidades de exploração onde o indivíduo tivesse maior campo para inovar. Essa situação e outros fatores históricos, que não serão tratados aqui, conduziram ao parcelamento e vedação (enclosure) dos campos abertos ou ao arroteamento das pastagens comuns que, antes, pouco contribuíam para os rendimentos da aldeia.

A vedação (enclosure) está relacionada, por um lado, com a produção, não para a subsistência, mas para o mercado e, por outro, com a concentração da propriedade. Não que houvesse necessidade de maiores herdades: muitas das propriedades nas zonas de campos abertos eram suficientes como unidades rentáveis de produção. Mas a constituição de grandes unidades agrícolas controladas por um só dono permitiu a produção de um excedente e a reconstituição do prestígio da aristocracia agrária abalado com guerras civis (Ashton, 1971). Quando a terra estava na mão de muitos, era muitas vezes necessário comprá-la aos seus possuidores: o desaparecimento do pequeno

proprietário não resultava, em regra, da vedação das terras livres, antes constituía um preliminar para isso. Se, porventura, os pequenos proprietários do solo recusavam ceder, era possível obter recursos parlamentares para realizar os desejos daqueles que, embora reduzidos em número, dominavam a maior parte do solo. A vedação feita por lei própria só começou a ter um papel importante depois de 1760 e, nessa época, parece que muitos pequenos proprietários estavam dispostos a vender suas terras e a utilizar o dinheiro assim obtido para arrendar grandes unidades; e alguns, sem dúvida, transferiram seu capital e atividade para a indústria (Ashton, 1971).

As classes mais humildes do povo, no entanto, receberam poucas ou nenhuma compensações. Os camponeses que haviam cultivado pequenos pedaços e aumentavam seus rendimentos por meio do trabalho eventual em terras dos vizinhos mais ricos devem ter recebido, na verdade, um pequeno terreno quando a terra foi, de novo, dividida. Mas já não se tornava fácil sustentar uma vaca, ter criação na capoeira ou obter lenha quando a maior parte dos terrenos pertencia à nobreza ou a outros grandes lavradores. Em torno da maior parte das aldeias situadas na zona dos campos abertos havia muitos colonos que sustentavam sua precária existência ou por meio de uma agricultura primitiva em pequenos terrenos, ou como assalariados, caçadores furtivos, mendigos, roubando ou recebendo esmolas. Embora tivessem uma reduzida participação na vida do povoado, eram tolerados pelos lavradores abastados dos terrenos livres. Mas a aldeia, depois de vedados os terrenos, tinha pouco serviço para essa gente. A sua presença era um obstáculo à plena utilização da terra e a sua pobreza um encargo para as taxas da aldeia, pagas pelos lavradores (Ashton, 1971).

Portanto, a vedação dos terrenos liberou (ou tirou), por um lado, os homens do trabalho da terra, promovendo, assim, o aparecimento de uma mão-de-obra barata e móvel que foi, em parte, utilizada na produção industrial e, por outro lado, possibilitou o aparecimento de um excedente de bens agrícolas que também foi utilizado na industrialização. Esses dois fatores foram fundamentais para a realização da Revolução Industrial.

Já no Brasil (e em outros países subdesenvolvidos) adotou-se um modelo de produção agrícola - a grande fazenda agroexportadora - que não estimulava a produção de bens de subsistência. É sabido que a grande fazenda agroexportadora constituiu-se num complemento econômico da industrialização européia, fornecendo matéria-prima para a indústria daquela região e possibilitando a geração de um excedente adicional que era apropriado fora dos países subdesenvolvidos. Esses fatores atrasaram sobremaneira a industrialização nos países subdesenvolvidos dificultando a formação de um mercado interno e gerando uma situação de escassez de capital industrial.

Além disso, a inflação demográfica do Brasil (e de outros países subdesenvolvidos) não tem nenhuma relação, no que concerne à sua amplitude, com a progressão demográfica dos países que iniciaram o processo de desenvolvimento nos séculos XVIII e XIX, e nos primeiros anos do século XX. Dito de outra maneira, nenhum país que entrou em sua fase de desenvolvimento conheceu, antes, ou durante essa fase, uma taxa demográfica vizinha da taxa que caracteriza o crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos em geral e do Brasil em particular.

A diferença é bem evidente. Para os países que iniciaram seu desenvolvimento nos séculos XVIII e XIX e início do século XX, a taxa média de aumento populacional nos 40-60 anos que precederam o início do desenvolvimento era de 0,5% a.a. (30% em 50 anos), e, durante o início, de 0,7% a.a. (40% em 50 anos). Para os países subdesenvolvidos, a taxa média de crescimento populacional entre 1953 e 1960 era de

2,2% a.a. (300% em 50 anos). Essa diferença é tão pronunciada que deixa de ser uma diferença de grau para ser de natureza, posto que suas causas são tão diferentes, e os problemas que gera também são de natureza diferente (Bairoch, 1967).

Apesar disso, não se pode esquecer que a expansão européia, no século XIX, baseou-se num fenomenal incremento de população que duplicou o censo demográfico continental fazendo subir sua proporção, no total da população do mundo, em relação aos demais continentes, de um quinto para um quarto (Barracough, 1973).

Ao contrário, entretanto, do que ocorre hoje, nos países subdesenvolvidos, a transição demográfica da Europa ocorreu concomitantemente com sua expansão imperialista de forma que foi possível exportar, no século XIX, cerca de quarenta milhões de emigrantes. Nesse período, só a Grã-Bretanha forneceu perto de dezoito milhões de emigrantes para as terras do Novo Mundo (Barracough, 1973). Dessa forma, a maneira como se articulava o sistema mundial das nações durante o século XIX, sob a hegemonia inglesa, permitiu o alívio da pressão demográfica na Europa e facilitou sua acumulação.

A evolução e os usos da técnica foram, também, diferentes nessas duas situações. Nos primeiros decênios da Revolução Industrial, a técnica empregada era extremamente simples e pouco dependia da ciência. Mas, insensivelmente, à medida que se desenvolveu, foi se tornando cada vez mais complicada, e cada vez mais dependente do desenvolvimento da ciência. Portanto, à medida que se avança nos séculos XIX e XX, assiste-se a uma evolução na técnica que se caracteriza por uma crescente complexidade, coisa que não havia ocorrido até então. Essa complexidade crescente conduzirá, progressivamente, a uma ruptura com a técnica tradicional, que chegará a ser verdadeiramente total nos primeiros anos de nosso século, com a introdução da eletricidade e do motor a explosão. Essa ruptura modificou totalmente o papel, as possibilidades e as limitações da técnica no desenvolvimento. Em síntese, não há nenhuma relação entre as técnicas do transcurso da Revolução Industrial e as exigências das técnicas modernas para os países do terceiro mundo.

Em primeiro lugar, havia pouca separação entre as destrezas tradicionais e as requeridas pelas novas técnicas, sendo, portanto, fácil treinar e ensinar pessoas. Além do mais, era fácil a imitação de máquinas, processos, etc... A França, por exemplo, se especializou em importar (ou contrabandear) máquinas inglesas e copiá-las (Bairoch, 1967).

Em segundo lugar, hoje em dia, a diferença entre as técnicas tradicionais (de ferreiro, carpinteiro, etc...) e as novas técnicas é muito pronunciada. No século passado, era pequena. Não há mais a possibilidade de simplesmente se copiarem máquinas, como se fazia anteriormente. Seis ou oito gerações sucessivas se dedicaram a cada instrumento ou máquina, aperfeiçoando-a com base, cada vez mais, nos progressos da ciência. Em nossos dias, a técnica tradicional se encontra demasiadamente superada para que possa, validamente, ser incorporada à nova (Bairoch, 1967).

As taxas de analfabetismo dos países subdesenvolvidos e dos países que se desenvolveram no século passado, exceção feita à Alemanha, são equivalentes, variando entre 40 e 70%. Assim, pois, à primeira vista, os países subdesenvolvidos estão em posição semelhante à dos que se desenvolveram no século passado. Mas, se o homem é o mesmo, a máquina mudou. Como vimos, há um fosso entre a técnica tradicional e a de nossos dias, para cuja transposição faz-se necessária a construção de uma ponte muito dispendiosa - a educação, que chega a ser um luxo nos países subdesenvolvidos, dado o seu baixo nível de vida. Nos países, hoje desenvolvidos, a educação foi um produto do

desenvolvimento, e não uma condição necessária para que este ocorresse (Bairoch, 1967).

A Inglaterra e os outros países que se desenvolveram no século XIX puderam prescindir de um ensino técnico-científico até bem tarde. A Inglaterra só viu a necessidade de um ensino técnico a partir de meados do século (1851/67), mas este só começa realmente a partir de 1870. Hoje em dia, dada a complexidade da técnica, é impossível um país se desenvolver, dentro do sistema capitalista, sem o auxílio de técnicos. Ademais, a proporção de operários especializados que a indústria atual necessita é bem superior à que necessitava a indústria do século XIX (Bairoch, 1967).

A impossibilidade prática de uma imitação, com a ajuda dos recursos tradicionais, das máquinas e técnicas em uso, mais o problema de formação de pessoal, reduzem bastante o incentivo para criação de uma indústria local de produção de máquinas e equipamentos. A esses fatores, adiciona-se a ausência de um mercado grande, com a conseqüente impossibilidade de se terem economias de escala, e, dificilmente, tem-se o aparecimento de uma indústria de bens de capital (Bairoch, 1967).

O resultado prático de tal situação é o elevado volume de importações de bens de capital por parte dos países subdesenvolvidos. Convém recordar que a França, nos primeiros decênios de sua industrialização, só importava cerca de 1,5 % de seus bens de capital. Neste ponto, a experiência dos EE.UU. e do Japão é idêntica à francesa. Para todos estes países, a industrialização se processou com equipamento nacional. Já para os países subdesenvolvidos, a situação é totalmente diversa. Para uma amostra de 14 países, dos quais Bairoch tinha dados (década de 50), exceção feita à Coreia, que importava 25 % de seus bens de capital, e à Argentina, que importava 48%, os outros 12 países importavam mais de 50% (em geral, entre 90 e 100%) do equipamento de que precisavam. Esse fenômeno, que é resultante de elevado nível técnico necessário para a construção desse instrumental, como também dos baixos custos de transporte, conduz a uma considerável perda dos efeitos de difusão que a fabricação local desse equipamento tinha tido em épocas anteriores (Bairoch, 1967).

Essa falha poderia ser sanada, se os países subdesenvolvidos desenvolvessem sua própria tecnologia. Mas para isto precisariam formar técnicos em número suficiente - o que não fazem, entre outras razões, por não existir mercado de trabalho para estes, posto que a maior parte do equipamento é importado. Estamos, pois, na presença de um círculo vicioso de difícil superação, que depende e é definido, aqui, pela dependência tecnológica, ou seja, pela maneira como se articulam os países subdesenvolvidos e desenvolvidos.

Assim, o alto nível técnico da Índia, tanto no domínio dos tecidos, como no da metalurgia, nos séculos XVIII e XIX, entra em regressão, em virtude da competição da técnica européia (ex.: armas de fogo, construção naval, etc...). Nos países não-coloniais, a regressão foi mais lenta, mas também ocorreu, como no caso da China. Em síntese, não somente a nova técnica é mais difícil, como também impossível de ser integrada à técnica tradicional. Além do mais, é provável que em virtude do desenvolvimento ocidental, a técnica tradicional de maior parte dos países subdesenvolvidos sofreu, e ainda sofre, um retrocesso bastante pronunciado que anula qualquer esperança de fazê-la desempenhar um papel semelhante ao que desempenhou a técnica ocidental no início da Revolução Industrial na Europa e nos EE.UU. (Bairoch, 1967). É este fato, que decorre do desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista em escala

mundial, que explica por que o desenvolvimento de certas indústrias em muitos países subdesenvolvidos não os levou a um processo de desenvolvimento cumulativo.

Finalmente, outro fator que influenciou diferencialmente o desenvolvimento econômico dos séculos XVIII e XIX, e início do XX, e o que atinge as sociedades subdesenvolvidas de hoje, foi a baixa nos custos de transporte.

É difícil se estimar a queda nos custos de transporte, visto estes variarem de acordo com a rota, os riscos (pirataria, intempérie, etc.), mas é provável que, no correr do século XIX, os custos de transporte marítimo caíram na proporção de 10 para 1. Para os transportes terrestres, a queda deve ter sido da ordem de 20 para 1 (de 6 para 1. até 1860, ocorrendo a maior queda entre 1860 e 1880) (Bairoch, 1967). Até essa época, a barreira protetora que representava os custos de transporte para a agricultura e para as indústrias nascentes facilitou o desenvolvimento econômico. Com a supressão dessa barreira, os incentivos para a implantação de indústrias locais são bem menores, mormente se levarmos em consideração o fato de a população dos países subdesenvolvidos estar concentrada, em sua maior parte, na orla marítima ou junto a rios, onde o efeito das reduções nos custos dos transportes são mais diretos e imediatos (Bairoch, 1967).

A supressão dessa barreira afeta, assim, tanto o setor de bens de capital como o de bens de consumo, nas sociedades subdesenvolvidas.

A possibilidade de se substituir a barreira natural, representada por altos custos de transporte, por uma barreira alfandegária eficaz, é bastante reduzida no caso dos bens de capital. Isto se deve ao fato de sempre ser possível encontrar bons argumentos (argumentos aos quais os políticos são sensíveis) para manter um baixo nível de proteção alfandegária. O argumento mais frequentemente utilizado é o da escassez de mão-de-obra especializada, necessária para a instalação de uma indústria de bens de capital local. Mantidas as taxas alfandegárias a um baixo nível, cria-se um círculo vicioso: importam-se máquinas por falta de mão-de-obra especializada, e não se desenvolve essa mão-de-obra porque máquinas são importadas. E aqui está a resposta à pergunta formulada por Rostow: por que o crescimento da indústria têxtil conduziu a um crescimento generalizado nos países ocidentais, especialmente na Inglaterra, enquanto que o mesmo não ocorreu nos países subdesenvolvidos, como a Índia e o México, apesar do desenvolvimento da sua indústria têxtil? A resposta a essa pergunta pode ser encontrada na baixa nos custos de transporte, que permitiu que esses países desenvolvessem sua indústria têxtil com máquinas importadas (Bairoch, 1967). Por essa mesma razão, o desenvolvimento das estradas de ferro não levou ao desenvolvimento da Índia e de outros países subdesenvolvidos, no que contrariou as previsões de Marx (Bairoch, 1967). A redução na duração das viagens intervém também contra os interesses dos países subdesenvolvidos, posto que, mediante esta redução, se eliminam, em grande parte, os inconvenientes de uma dependência externa quanto a equipamento e peças para reposição (Bairoch, 1967). É evidente que a baixa nos custos de transporte teve repercussões no setor de bens de consumo, se bem que as barreiras alfandegárias tenham melhor oportunidade de frear as importações de alguns produtos deste setor do que de outros setores. Esta é a situação típica dos produtos têxteis, em decorrência das necessidades bastante reduzidas de mão-de-obra especializada nesse setor, em comparação com as de outros (Bairoch, 1967). Mas o estabelecimento de proteção alfandegária pressupõe a existência de independência política, o que nem sempre era o caso dos países subdesenvolvidos, até recentemente. A ausência de independência política e as vinculações econômicas internacionais em muitos países subdesenvolvidos explicam, portanto, a importação de bens de consumo por estes, bem como a regressão

de suas técnicas tradicionais - sem dúvida alguma um obstáculo ao desenvolvimento nos poucos setores onde as habilidades tradicionais têm alguma relevância para os setores modernos (Bairoch, 1967). A extrema especialização na produção de alguns produtos primários, por parte destes países, constitui a outra face da moeda, a qual permite, por sua vez, a estes países manterem elevado índice de importações que os caracteriza (Bairoch, 1967).

Essa análise, ainda que sucinta, demonstra, portanto, que o desenvolvimento econômico não é um processo unilinear e que muda de natureza quando se compara o que ocorreu com as sociedades que apresentaram tal processo nos séculos XVIII e XIX e nos primeiros anos do século XX e as sociedades neocapitalistas subdesenvolvidas.

A partir da descoberta desses fatores que promoveram a ocorrência do desenvolvimento desigual e combinado dos países neocapitalistas, surgiram estudos de marginalidade que podem ser chamados de histórico-estruturais.

Há, basicamente, três linhas conhecidas de análise histórico-estrutural de marginalidade. Elas, entretanto, partem dos mesmos pressupostos básicos, ou seja, que a marginalidade surge a partir das características do sistema neocapitalista, ou ainda, mais precisamente, dos desdobramentos do modo de produção que engendram o sistema neocapitalista.

A primeira, formulada por Gunder Frank e outros, sustenta que tanto a marginalidade como a situação de dependência são explicáveis pela prática do imperialismo capitalista. Para esses autores, assim como o imperialismo internacional espolia a mais-valia nacional dos países subdesenvolvidos, a implantação interna das organizações imperialistas criam um verdadeiro imperialismo interno nos países subdesenvolvidos (Gunder Frank, 1967).

Assim, esses autores valorizam o aspecto externo da marginalidade e tendem a minimizar os aspectos internos.

Além do mais, eles tendem a simplificar demais um complexo processo histórico, como foi indicado anteriormente.

Cardoso (1970), ao criticar essa linha de abordagem do problema da marginalidade, coloca a posição da segunda linha.

De acordo com esse autor:

"...as relações de dependência supõem a inserção de duas estruturas de modo especificamente desigual: a expansão do mercado mundial criou relações de dependência (e de dominação) entre nações e deste modo estabeleceu diferença no interior da unidade constituída pelo sistema capitalista internacional. ...a rigor, as estruturas dependentes não podem ser concebidas como meramente reflexas; ao contrário, têm uma dinâmica própria dentro dos limites definidos pelas relações de dominação - subordinação entre países.

Essas anotações nos conduzem a uma observação importante do ponto de vista da análise: dado que as estruturas dependentes possuem uma autonomia relativa, torna-se possível tratar de entender de seu próprio ângulo as modificações que aí se verificam" (p. 17).

Ao contrário, portanto, daqueles que acreditam que as relações de um sistema dependente podem ser explicadas apenas e somente por relações de dominação, Cardoso chama a atenção do estudioso para a relativa autonomia das estruturas dos sistemas dependentes e recomenda o estudo dessas estruturas.

A terceira linha é a adotada por José Nun, na medida em que ele procura levar adiante a sugestão de Cardoso. Em sua análise Nun procura explicar a marginalidade a partir das relações internas do sistema.

Nun parte do conceito de superpopulação relativa e introduz as noções de funcionalidade, disfuncionalidade e afuncionalidade para explicar as relações de superpopulação com outras partes do sistema, através da noção de "exército industrial de reserva".

Para Nun:

"1. Os trabalhadores e os meios de produção constituem os fatores fundamentais de todas as formas sociais de produção;

2. Entretanto, na medida em que permanecem separados são apenas fatores em estado virtual. Para qualquer produção, é necessário que se combinem. A maneira especial em que se opera esta combinação é a que distingue as diferentes épocas econômicas pelas quais passou a estrutura social;

3. A forma específica que assume esta combinação estabelece em cada caso o tamanho da população que pode considerar-se adequada: seus limites dependem da elasticidade da forma específica de produção; variam, contraem-se ou se dilatam de acordo com essas condições;

4. A parte da população que excede tais limites permanece no estado de mero fator virtual, pois não consegue vincular-se nem aos meios de sua reprodução nem aos produtos: é o que se denomina uma superprodução. Convém sublinhar, portanto, que são os meios de emprego e não os meios de subsistência, que fazem o trabalhador ingressar na categoria da superpopulação;

5. Em resumo, pode-se concluir que: a) os limites da população adequada fixam os da superpopulação, pois a base que os determina é a mesma; b) o excedente de população é sempre relativo, não dos meios de subsistência em geral, mas ao modo vigente para a sua produção: é unicamente um excedente para determinado nível de desenvolvimento, ou seja, não se trata de um fato uniforme mas de uma relação histórica; c) as condições dominantes de produção decidem tanto o caráter como os efeitos de superpopulação" (Nun, 1970, p. 181-182).

Os caracteres e os efeitos da superpopulação historicamente determinados podem ser funcionais, disfuncionais ou afuncionais.

É nesse quadro funcional que Nun introduz a noção de "exército industrial de reserva".

Nas palavras de Nun, o exército industrial de reserva cumpre duas funções principais no mercado de trabalho:

"de um lado, aumenta a competição entre os operários e baixa os salários a um nível próximo do mínimo fisiológico de subsistência, condição indispensável para a exploração - entendida como consumo destrutivo da mão-de-obra - que promove a formação e a acumulação do capital; por outro lado, mantém constantemente disponível uma massa de trabalhadores para que a indústria possa nos meses de maior produtividade, produzir a quantidade de mercadorias requerida pelo mercado" (Nun, 1970, p. 183).

Essas funções existem, portanto, na medida em que a economia capitalista é competitiva.

Na medida em que esta deixa de ser competitiva e passa a ser monopolista, as flutuações econômicas deixam de ocorrer ou diminuem sensivelmente. Nesse caso, o exército industrial de reserva tende a perder uma de suas funções. Por outro lado, na

fase monopolista, há uma tendência à especialização e à melhoria da qualidade do trabalho. Nesse caso, a pressão da massa de trabalhadores não se faz sentir porque ela em geral não possui as qualificações profissionais que a indústria requer.

Nessa nova circunstância histórica pode-se dizer, então, que a massa de desocupados já não pode ser considerada como um exército de reserva, pois o seu núcleo fundamental não pode ter esperança alguma de se empregar; ao contrário, está destinado a aumentar na medida em que a população aumenta. Essa massa adquire, portanto, uma funcionalidade que o torna marginal em relação ao setor monopolista da economia.

Para Nun, portanto, o problema de marginalidade passa a ser uma condição dada para o sistema e varia, apenas, na medida da variação do desenvolvimento econômico do sistema neocapitalista.

A análise de Nun apresenta algumas dificuldades conceituais. Em primeiro lugar, o autor supõe que as economias nacionais latino-americanas por encontrarem-se numa fase monopolista do capitalismo não dependem de mão-de-obra abundante e barata. Entretanto, como observa Kowarick (1972), mesmo quando se admite a hipótese de que para certos ramos monopolistas as "funções" do exército industrial de reserva se tornam inoperantes, é preciso enfatizar que tal tipo de empresa não é uma unidade isolada no sentido de estar desvinculada das demais atividades existentes no cenário econômico. Ao contrário, é próprio do capital monopolista drenar recursos de outras empresas, administrando preços na aquisição de matérias-primas, produtos acabados ou semi-acabados. Para a indústria competitiva que fornece ao monopólio a remuneração do trabalho torna-se, em muitos casos, um fator crucial de sobrevivência pelo simples fato de ela ser concorrencial. Isto significa, em última instância, que, mesmo admitindo-se a hipótese de que a "dinâmica" do exército industrial de reserva não mais afeta o setor monopolista, indiretamente ele usufrui de tal "dinâmica" através da transferência dos valores agregados pela indústria competitiva, cujo modo de acumulação implica na organização dos fatores produtivos onde a remuneração do trabalho tem um papel ponderável. Em segundo lugar, ao adotar esse pressuposto, Nun passa a ignorar peculiaridades históricas centrais das sociedades neocapitalistas. Entre elas, pode-se lembrar o caráter populista dos sistemas políticos dessas sociedades que interferem nas relações econômicas e criam defesas sociais aos trabalhadores.

Mas ainda que a análise de Nun possa ser criticada, ela acrescenta alguns elementos à compreensão do fenômeno da marginalidade ao chamar atenção para os seguintes fatos: 1) as diferenças existenciais entre pobres e ricos são fenômenos inerentes a qualquer sistema capitalista e se agravam em sistemas neocapitalistas dependentes e 2) essas diferenças só podem ser compreendidas na medida em que se entender as relações estruturais existentes no interior do sistema.

Em trabalho publicado em 1970, Quijano revê a sua definição de marginalidade já agora à luz da noção de dependência.

Neste trabalho, Quijano se aproxima bastante do conceito de marginalidade tal como foi formulado por Nun (Quijano, 1970).

Segundo Quijano, o pólo marginal das economias neocapitalistas dependentes não desempenham as mesmas funções que eram desempenhadas pelo "exército industrial de reserva" nos países capitalistas que se desenvolveram durante os séculos XVIII e XIX e início do século XX.

Nas economias neocapitalistas dependentes do século XX, o "pólo marginal" da economia passa a ser um fenômeno estrutural permanente e a "população marginalizada", um estrato novo e com funções e significados novos dentro da estrutura global de dominação e de conflito da sociedade, quaisquer que sejam as características empíricas que ambos possam assumir no futuro do sistema.

O "pólo marginal" da estrutura econômica se configura, segundo Quijano, por:

"1. Ocupações de produtividade mínima, que usam recursos residuais de produção e outros não-residuais mas em escala muito limitada, que requerem qualificações cujo significado já é obsoleto ou está em processo de obsolescência em relação às respectivas necessidades dos níveis dominantes das ocupações do sistema;

2. Ocupações completamente desligadas da produção direta de bens e, portanto, da produção de valor, que não exigem qualquer qualificação e que, por isso, tendem a ser instáveis. Esses tipos de ocupações podem ser considerados "marginais", enquanto papéis ocupacionais, independentemente dos indivíduos que os desempenham;

3. Por sua natureza "marginal", essas ocupações só podem ter um mercado de trabalho não só reduzido e de amplitude decrescente, como instável também;

4. As relações de trabalho a que dão lugar, conseqüentemente, são ou tendem a ser igualmente instáveis devido a sua precária estruturação;

5. As rendas que os que exercem essas ocupações podem gerar serão necessariamente limitadas, instáveis ou se constituirão somente de parte dos elementos que compõem os ganhos normais nos outros níveis ocupacionais centrais do sistema. Assim, provavelmente, o salário não incluirá os encargos sociais (férias, INPS, FGTS, etc.).

Dessa maneira, a população marginalizada o é tanto porque se encontra impossibilitada de ocupar papéis de maior produtividade do sistema, como porque é forçada a refugiar-se em uma estrutura de atividade econômica que, como tal, é também marginalizada" (Quijano, 1970, p. 19-20).

Mais adiante, o autor resume o que entende por pólo marginal quando afirma:

"a) o pólo marginal da economia contém, ou tende a conter, elementos em sua maior parte desligados de toda relação direta com a função produtiva, e que só um setor minoritário desses elementos cumpre funções marginais de produção;

b) conseqüentemente, as relações de produção entre o "pólo marginal" e o "núcleo dominante" do sistema são fragmentárias e indiretas;

c) não obstante, a relação é direta com os níveis baixos da estrutura produtiva, para a parte do pólo marginal formada por elementos vinculados à produção marginal, já que a menor mais-valia produzida é apropriada pela pequena burguesia, ainda que para a grande burguesia essa mais-valia seja insignificante e desnecessária;

d) por outro lado, do ponto de vista da realização da mais-valia, a estrutura econômica marginal desempenha função de maior importância, nem tanto em relação a seu rendimento como mercado para a produção dos mais altos níveis, mas por sua amplitude como mercado para a produção dos níveis baixos e, em grau menor, médios, do aparato produtivo;

e) no conjunto, o "pólo marginal" da economia, longe de constituir um "setor" separado e até oposto ao "setor integrado", é o nível mais baixo da estrutura de atividade econômica capitalista contemporânea e está diretamente relacionado com os processos de realização da mais-valia para os níveis médios e baixos do sistema, e fragmentariamente com o processo produtivo. Mas essas relações são, naturalmente, instáveis e precárias, e não podem ser estruturadas de maneira consistente.

Nessa perspectiva, a "população marginal", enquanto ocupante desse "pólo marginal", entra em relações de produção peculiares com os outros grupos da sociedade. Por um lado, sua relação com a grande burguesia não é uma relação de exploração direta, pois que não produz, nem pode produzir mais-valia para esse nível da burguesia...

Dado que a acumulação de capital e a apropriação privada da produção social é a característica dominante do sistema, os benefícios que a burguesia obtém também não chega até a mão-de-obra marginalizada. senão através de uma precária política de assistencialismo, que subsidia um nível mínimo de sobrevivência dos marginais, como recurso para amortizar os possíveis conflitos...

A estrutura global das relações econômicas entre os dominadores do sistema e os "marginalizados" é pois inconsistente, precária, instável e fragmentária" (Quijano, 1970, 21-22).

Nessa cuidadosa e exaustiva conceituação de marginalidade Quijano, ao mesmo tempo em que avança a compreensão do fenômeno, comete, também, alguns enganos fundamentais.

Há dúvidas, em primeiro lugar, que aquilo que se chama "população marginal" é realmente um estrato novo e com funções e significados novos dentro da estrutura global das sociedades neocapitalistas dependentes. É verdade que em nenhum momento da história da humanidade tem-se notícia de tal fenômeno, nas dimensões hoje existentes. A pobreza européia dos séculos XVIII e XIX ainda que tão ou mais dramática do que a de hoje nem de longe apresentou a magnitude que a de hoje apresenta. Entretanto, não é seu tamanho, mas a maneira como se coloca no mercado de trabalho que importa e Quijano se engana ao supor que as ocupações marginais só podem ter um mercado de trabalho reduzido, de amplitude decrescente e instável. Na verdade, a expansão do setor de serviços da economia brasileira revela que tal mercado de trabalho não apresenta uma amplitude decrescente. Além disso, a pesquisa que faz parte deste estudo revela que a totalidade dos entrevistados (1.015) considera-se empregada. Finalmente, em termos puramente teóricos seria impossível que a chamada "população marginal" sobrevivesse e se ampliasse - como, de fato ocorre - se o seu mercado de trabalho tendesse a desaparecer.

Outro engano que Quijano comete é o de supor que as relações de trabalho que existem nesse pólo são instáveis. Elas podem ser no nível individual mas no nível macroestrutural são, por natureza, estáveis, ou seja, elas se mantêm na medida em que o "pólo marginal" subsiste.

Finalmente, Quijano se engana ao supor que a relação do pólo marginal com a grande burguesia não é uma relação de exploração direta. De fato, é possível que a grande burguesia não obtenha uma "mais-valia" monetária do pólo marginal porque este é relativamente incapaz de produzir renda monetária significativa até mesmo em nível agregado. A "mais-valia", entretanto, pode não ser exclusivamente monetária. Assim, por exemplo, membros do pólo marginal podem produzir serviços que são explorados pela grande burguesia. No Brasil, por exemplo, (e em outros países da América Latina), membros do pólo marginal servem a grande burguesia em numerosos serviços como o dos empregados domésticos (cozinheira, lavadeira, copeira, arrumadeira, chofer, babá, caseiro, guarda noturno, jardineiro), jornaleiros, entregadores, lavadores de automóveis, garagistas, garçons, etc. que, se não aumentam a renda da burguesia, pelo menos permitem que mantenha um estilo de vida que talvez nem mesmo a alta burguesia norteamericana consegue manter.

Apesar, entretanto, dessas críticas o que se pode dizer é que essas abordagens histórico-estruturais constituem um fantástico saldo compreensivo na história do conceito de marginalidade na medida em que: 1) revelam a inutilidade das teorias desenvolvimentistas para a diminuição ou, desaparecimento das diferenças entre pobres e ricos; 2) demonstram o caráter instrumental dessas diferenças e a inevitabilidade dessa situação enquanto o sistema apresentar tal estrutura; e 3) chamam a atenção do estudioso para o fato de que tanto ricos precisam de marginais como estes dependem dos ricos para sobreviverem.

Essas observações foram claramente formuladas por Gnaccarini que demonstra que é a própria expansão do sistema neocapitalista dependente que engendra grupos marginais e que estes opõem a esse mecanismo econômico-social de expansão. "Teias de solidariedade (e valores que as legitimam) com as quais se ajustam precariamente à situação real, mas também internalizam aspirações e sentimentos contrários à ordem social dominante" (Gnaccarini, 1971, p. 77).

Essas teias de solidariedades e valores constituem um modo de defesa retrocessiva oposta ao setor neocapitalista em expansão. "Mas é, também, um modo de defesa que é marginal aos processos dinâmicos dessa sociedade (neocapitalista), como, por exemplo, os processos de mobilidade e democratização" (Gnaccarini, 1971, p. 77-78).

III. CONCLUSÕES II

Apesar, entretanto, deste processo na compreensão do fenômeno, subsistem alguns problemas teóricos fundamentais na análise da marginalidade.

Em primeiro lugar, as "populações marginais" são marginais em relação a quê? Ao setor neocapitalista dependente em expansão? Mas será que não é o setor neocapitalista dependente em expansão quem engendra "populações marginais" e, até certo ponto, delas depende? Ou seja, o próprio setor neocapitalista em expansão só pode ser adequadamente compreendido a partir das suas características históricas entre as quais as "populações marginais" fazem parte? E, afinal, o que é um marginal? Favelados são, por definição, marginais? Desempregados são marginais? Se são, como sobrevivem? Subempregados são marginais? Como se define, operacionalmente, subemprego? Pobres são marginais? Todos os pobres ou apenas alguns?

Em resumo, as diversas noções de marginalidade social contêm dificuldades substantivas e metodológicas que ainda não foram resolvidas pelos que as adotam. Na minha opinião, a maior dificuldade que esse conceito possui é o da dualidade, ou seja, ele postula uma distinção estrutural que obscurece as relações de classes nas sociedades periféricas. A maior dificuldade metodológica, por sua vez, encontra-se na operacionalização do conceito. Finalmente, a postulação teórica e apriorística da marginalidade impede o teste da hipótese alternativa, ou seja, a de que não existe marginalidade. Considerando-se tais dificuldades, este trabalho visa testar exatamente a hipótese alternativa, a da marginalidade.

Para que se possa demonstrar a inexistência empírica da marginalidade social é necessário, em primeiro lugar, demonstrar que a urbanização nos ocorreu independentemente do processo de industrialização. Em seguida, é preciso demonstrar que há conexões estruturais entre o chamado "setor marginal" ou periférico e o "núcleo moderno" das sociedades subdesenvolvidas. Em terceiro lugar, é necessário provar que

essas conexões estruturais contêm mecanismos institucionais concretos que garantem a existência persistente de uma configuração social composta por diferentes classes sociais. Finalmente, é necessário demonstrar a existência de formas concretas de organização social que garantem não só a sobrevivência como a expansão do "setor periférico" que, no entanto, não são diferentes das formas concretas existentes no "setor moderno" dessas mesmas sociedades, ou seja, que ainda que haja formas concretas de adaptação ao meio não existe aquilo que se poderia caracterizar como uma "cultura da pobreza".

Assim sendo, este trabalho, além da análise crítica das diversas definições do conceito de marginalidade social e de um capítulo de resumo e conclusões, será composto de quatro partes. Na primeira procurar-se-á estabelecer relações entre urbanização e industrialização. Na segunda tentar-se-á estabelecer conexões entre o processo de acumulação tal como vem ocorrendo no Brasil e a forma e expansão de uma classe trabalhadora na cidade de São Paulo. Na terceira parte, pretende-se demonstrar que tais conexões ocorrem através de mecanismos institucionais que servem para a apropriação de uma parcela da renda que se encontra nas mãos dessa classe e que é gerada por ela. Em outras palavras, que existem mecanismos institucionais de "marginalização" que estabelecem relações estruturais entre o chamado "setor marginal" e o "setor moderno" da sociedade paulistana. Finalmente, na quarta parte procurar-se-á identificar algumas organizações sociais concretas que permitem a sobrevivência e a adaptação do "setor marginal" na cidade demonstrando-se, ao mesmo tempo, que tais organizações não são qualitativamente diferentes das existentes no "setor integrado" da sociedade paulistana.

BIBLIOGRAFIA

1888 Os deputados republicanos na Assembléia Provincial de São Paulo, São Paulo, Leroy King Bookwalter.

1937 STONEQUIST, Everett, *The marginal man*, New York, Scribners and Sons.

1954 FERREIRA LIMA, Heitor, *Evolução industrial de São Paulo*, São Paulo, Livraria Martins Editora S. A.

1963 BAZZANELLA, W., "Industrialização e urbanização no Brasil", *América Latina*, ano VI, nº I, p. 3-27.

1965 ALMOND, Gabriel A. and Sidney Verba, *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Boston, Little Brawn and Co.

1965 CASANOVA, Pablo González, "Sociedad plural y desarrollo: el caso de México" in Joseph Kahl (ed.), *La industrialización en América Latina*, México, Fondo de Cultura Económica (1965), p. 262-273.

1965 LEWIS, Oscar, "Urbanism Without Breakdown", in Dwight B. Heath and Richard N. Adams (eds.), *Contemporary Cultures and Societies of Latin America*, N. Y., Random House, p. 424-437.

1965 LEWIS, Oscar, *La Vida: A Puerto Rican Family in the Culture of Poverty*, New York, Random House.

1965 MARSHALL, T. H., *Class, Citizenship and Social Development*, Garden City, N. Y., Doubleday and Company, Inc.

- 1965 OBERG, Kalervo, "The Marginal Peasant in Rural Brazil", *American Anthropologist*, vol. 67.
- 1966 CEPAL, *El desarrollo social de América Latina en la post-guerra*, Buenos Aires, Solar/Hachette.
- 1966 HAUSER, Philip, "The Social, Economic and Technological Problems of Rapid Urbanization", in B. Hoselitz and W. Moore (eds.), *Industrialization and Society*. Paris, UNESCO and Mouton, p. 199-217.
- 1966 LEWIS, Oscar, "The Culture of Poverty", *Scientific American*, vol. 215, nº 4, October, p. 19-25.
- 1966 QUIJANO, Anibal, "Notas sobre el concepto de marginalidad social", Santiago, CEPAL.
- 1967 BAIROCH, Paul, *Revolución industrial y subdesarrollo*, México, Siglo Veintiuno Editores S. A.
- 1967 FRIEDMANN, John e Thomas Lackington, "Hyperurbanization and National Development in Chile: Some Hypothesis", *Urban Affairs Quarterly*, II (4), junho, p. 3-29.
- 1967 GUNDER FRANK, A., *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil*, New York, Monthly Review Press.
- 1967 LEEDS, A. and E. Leeds, "Brazil and the Myth of Urban Rurality: Urban Experience, Work, and Values in "Squatterments" of Rio de Janeiro and Lima", Austin, Texas, mimeografado.
- 1968 CANO, Wilson, "Industrialização e absorção de mão-de-obra no Brasil", *Indústria e Produtividade*, junho, ano I, nº 1.
- 1968 FURTADO, Celso, *Um projeto para o Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Saga.
- 1968 MATOS MAR, José, *Urbanización y barriadas en América del Sur*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos.
- 1969 OESAL, *Marginalidad en América Latina: un ensayo de diagnóstico*, Barcelona, Editorial Herder.
- 1969 Inter-american Development Bank, *Eighth Annual Report*, Social Progress Trust Fund, Washington O. C.
- 1969 Prefeitura do Município de São Paulo, *Plano Urbanístico Básico*, São Paulo, mimeografado, 6 volumes.
- 1969 SILBERSTEIN, Paul, "Favela Living: Personal Solutions to Larger Problems", *América Latina*, Ano 12, nº 3, julho/set, p. 183-200.
- 1969 TAVARES, Maria da Conceição, "Características da distribuição de renda no Brasil", Santiago, mimeografado.
- 1969 WARD, Barbara, "The Poor World's Cities: The Cities that Came Too Soon", *The Economist*, vol. 233, nº 6589, dezembro 6-12, p. 56-62.
- 1970 BERLINCK, Manoel T. e Youssef Cohen, "Desenvolvimento econômico, crescimento econômico e modernização na cidade de São Paulo", *Revista de Administração de Empresas*, vol. 10, nº 1, março, p. 45-64.
- 1970 CARDOSO, Fernando Henrique e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- 1970 GERMANA, Cesar, "El Estado y las masas marginales en Chile", Santiago, FLACSO.
- 1970 HARRIS, John e Michael Todaro, "Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis", *American Economic Review*, March, p. 135.
- 1970 MARTINS, Carlos Estevam, "Marginalidade e participação política no Brasil", São Paulo, mimeografado.
- 1970 NUN, José, "Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal", *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. V, nº 2, julio de 1969, p. 178-236.
- 1970 QUIJANO, Anibal, Redefinición de la dependencia y marginalización en América Latina, Santiago, Facultad de Ciencias Económicas Universidad de Chile.
- 1971 ASHTON, T. S., A Revolução industrial, Lisboa, Publicações Europa-América.
- 1971 DUARTE, João Carlos, *Aspectos da distribuição da renda no Brasil em 1970*, Piracicaba, tese de mestrado apresentada à ESALQ-USP.
- 1971 ONACCARINI, José Cesar A, "Organização do trabalho e da família em grupos marginais rurais do Estado de São Paulo", *Revista de Administração de Empresas*, vol. II, nº I, março, p. 75-94.
- 1971 INKELES, Alex, "Participant Citizenship in Six Developing Countries", *The American Political Science Review*, vol. LXIII, nº 4, December, p. 1120-1141.
- 1971 MARTINS, Carlos Estevam, "Marginalidade e participação política no Brasil", São Paulo, mimeografado.
- 1971 O Estado de São Paulo, "Desnutrição eleva a mortalidade", 29 de maio, p. 12.
- 1972 CARDOSO, Fernando H., "A cidade e a política", São Paulo, CEBRAP, mimeografado.
- 1972 HOFFMANN, Rodolfo, "Tendências da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico", São Paulo, ESALQ, série estudos nº 13.
- 1972 FISHLOW, Albert, "Brazilian Size Distribution of Income", *American Economic Review*, vol. LXII, nº 2, May, p. 291-402.
- 1972 KOWARICK, Lucio, *Marginalidade urbana e desenvolvimento: aspectos teóricos do fenômeno na América Latina*, São Paulo, mimeografado.
- 1972 República Federativa do Brasil, Projeto do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1972/74, Brasília.
- 1972 Y AP, Lorene, *Internal Migration and Economic Development in Brazil*, Ph. D. dissertation, Harvard University.
- 1973 BARRACLOUGH, Geoffrey, *Introdução à História Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

CAPITULO II

A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL E O CRESCIMENTO DE SÃO PAULO

I. INTRODUÇÃO

Como já foi dito no capítulo anterior, a preocupação teórica com o tema da marginalidade social parece ter surgido, na América Latina, quando alguns estudiosos começaram a perceber que as grandes cidades da região apresentavam um crescente setor da população vivendo em favelas. A primeira explicação encontrada para esse fenômeno foi a de que o processo de urbanização na América Latina ocorria independentemente do processo de industrialização provocando um "inchamento", do setor terciário e a multiplicação da população pobre que vivia numa situação de subemprego e/ou desemprego (Bazzanella, 1963). Mais tarde, estudiosos voltaram-se para uma análise crítica das teorias e práticas do desenvolvimento econômico e verificaram que tais teorias, quando transformadas em orientações políticas, não eram capazes de promover a participação social e política, provocando, portanto, uma situação de marginalidade. Assim, de acordo com Fernando Henrique Cardoso (1972):

"A medida que diminuiu o prestígio acadêmico, e inclusive o fascínio, do tema do desenvolvimento na América Latina, começou a ganhar importância o tema da participação social e política, e, por consequência, a questão da "marginalidade". Os efeitos do desenvolvimento começaram a ser considerados em função do caráter do sistema econômico vigente, que limita os resultados esperados da industrialização, porque, entre outras consequências negativas, não proporciona uma redistribuição razoável da renda" (p. 166).

Neste capítulo pretendo examinar a primeira hipótese, ou seja, que o processo de urbanização ocorre independentemente do de industrialização e pretendo demonstrar que se trata de "explicação" até certo ponto equivocada, no caso de São Paulo. O crescimento desta cidade, como se verá adiante, deveu-se à maneira concreta como a cidade se inseriu no processo de expansão capitalista, a partir de meados do século XIX e, portanto, dependeu em grande parte da industrialização ocorrida em regiões externas à cidade que com ela se relacionavam.

Essa análise dependerá de elementos levantados em pesquisa realizada pelo autor e por Daniel J. Hogan e para que se entenda melhor a análise é necessário, antes, que se descreva o estudo empírico.

II. A PESQUISA

Os dados que serão utilizados neste capítulo e nos demais resultam de pesquisa realizada no período entre 1969-1972 e que pode ser dividida em três etapas principais.³

³ Essas etapas não foram realizadas separadamente, Ou seja, houve superposições das atividades. Elas, entretanto, são descritas aqui como se fossem realizadas cronologicamente, pois, assim, fica mais fácil compreendê-las.

Na primeira etapa foi realizado um levantamento de dados secundários e de bibliografia sobre a cidade de São Paulo afim de familiarizar seus autores com a história e as principais características sócio-econômicas da cidade. Na segunda etapa, foi realizado um levantamento por amostragem de 1.015 famílias de brasileiros natos que viviam no município de São Paulo durante o 2º semestre de 1970. Na terceira etapa foram realizadas, durante o 2º semestre de 1971, 30 entrevistas antropológicas com homens e mulheres de classe baixa que viviam em São Paulo.

O levantamento por amostragem foi realizado através de entrevistas estruturadas por questionário elaborado pelos autores e pré-testado duas vezes na cidade. As entrevistas foram ministradas por estudantes universitários especialmente treinados para a tarefa.

A amostra foi construída da seguinte forma: foram selecionadas 14 áreas do município de São Paulo que, por suas características ecológicas deveriam representar o sistema de estratificação existente na cidade. Os limites dessas áreas, que se encontram descritas na tabela I, foram definidos na Planta Genérica de Valores da Prefeitura do Município de São Paulo, mapa detalhado ao nível do quarteirão. Em seguida, foram selecionados, aleatoriamente, 10% dos quarteirões de cada área, com exceção de apartamentos em Santa Cecília, cortiços e favelas (veja tabela I), e em cada quarteirão foi preenchida uma quota de três a cinco entrevistas. No caso de apartamentos de Santa Cecília, cada prédio foi tratado como se fosse um domicílio de forma que uma única entrevista foi realizada em cada prédio. No caso de cortiços e favelas, a sua seleção foi feita visando certas características (descritas na tabela 1) e as entrevistas foram realizadas seguindo-se um critério de quotas.

As entrevistas, que levaram em média 1:30-2:00 horas para serem realizadas, foram feitas com o homem da casa que precisava ser brasileiro nato, estar vivendo com brasileira nata e ter pelo menos um filho morando no mesmo domicílio.

A amostra não é representativa no sentido estatístico da palavra. Sua representatividade, entretanto, poderá ser avaliada indiretamente quando o Censo de 1970 for publicado. Até agora, foi possível verificar sua representatividade comparando-a com a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD) realizada numa base trimestral, em sete regiões sócio-econômicas do país. As duas tabelas que seguem contêm dados da PNAD do 1º trimestre de 1970 e referem-se à parte urbana da segunda região, ou seja, ao Estado de São Paulo.

A porcentagem dos alfabetizados é menor no levantamento do que na PNAD até 44 anos. A partir dos 45 anos, os dados do levantamento são muito semelhantes aos da PNAD.

Nesta tabela, a única distorção maior refere-se aos homens de 20-24 anos que estão pouco representados no levantamento. Tal fato deve-se às exigências da amostra, pois os jovens casados em geral ainda não tiveram filhos.

Finalmente, as entrevistas antropológicas foram realizadas visando obter informações a respeito da vida de membros da classe baixa (tanto mulheres como homens) a fim de familiarizar os autores com um estilo de vida que não é o deles, proporcionar ilustrações para argumentos e servir de inspiração para raciocínios teóricos. Essas entrevistas foram realizadas por dois especialistas - um homem e uma

mulher - e não seguiram qualquer critério amostral.⁴ Os autores acreditam, entretanto, que as entrevistas contêm material empírico de grande relevância sociológica e, portanto, elas serão utilizadas aqui como ilustrações de argumentos teóricos.

TABELA 1

ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SELECIONADAS PARA O LEVANTAMENTO, SUAS CARACTERÍSTICAS E NÚMERO DE ENTREVISTAS REALIZADAS

ÁREAS	CARACTERÍSTICAS	ENTREVISTAS	
		Nº	%
Jardim Europa e Jardim América	Elite	(82)	8.1
Brooklin	"Nova classe média" composta de profissionais cujas ocupações surgiram a partir da industrialização ocorrida após a 2ª Guerra Mundial.	(97)	9.6
Vila Mariana	"Velha classe média" composta de profissionais cujas ocupações (p. ex., comerciantes, burocratas, etc.) existiam antes da 2ª Guerra Mundial.	(100)	9.9
Santa Cecília	Classe média vivendo em apartamentos, perto do centro da cidade.	(93)	9.2
Vila Nova Cachoeirinha	Classe baixa, longe de zona industrial e no limite da zona urbana com a rural.	(68)	6.7
Braz	Classe baixa, perto de zona industrial R. Catumbi bastante antiga.	(102)	10.0
Santo Amaro	Classe baixa perto de zona industrial desenvolvida recentemente.	(77)	7.6
Vila Anglo-Brasileira	Classe baixa, espécie de cortiço, adjacente a áreas de classe média.	(70)	6.9
Santa Cecília, Bela Vista e Consolação	Cortiços	(92)	9.1
Favela de Vila Prudente	Favela grande e organizada onde vi vem cerca de 8.000 pessoas.	(70)	6.9
Vila Prudente	Favela pequena perto de zona industrial.	(12)	1.2
Tatuapé	Favela pequena perto de zona industrial.	(78)	7.7
Brooklin Novo	Favela pequena longe de zona industrial e perto de área de moradia de classe média.	(28)	2.8
Vila Olímpia	Favela pequena longe de zona industrial e perto de área de moradia de classe baixa.	(46)	4.5

⁴ Um dos entrevistadores é um padre operário que trabalha na região altamente industrializada de Santo André, São Bernardo e São Caetano há 10 anos e, além disso, possui treinamento sociológico. A segunda é cientista local da Universidade de São Paulo.

TABELA 2

PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO MASCULINA ALFABETIZADA, POR IDADE, DE ACORDO COM A PNAD E O LEVANTAMENTO

IDADE	Porcentagem de alfabetizados	
	PNAD	Levantamento
20-24	98.2	66.7
25-34	95.8	77.6
35-44	92.4	84.5
45-54	85.0	87.1
55-64	84.9	80.9
65 e mais	74.4	77.8

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1970, e Levantamento por Amostragem.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO POR IDADE DA POPULAÇÃO MASCULINA DE ACORDO COM A PNAD E O LEVANTAMENTO

Idade	PNAD		Levantamento	
	%	(N)	%	(N)
Menos de 20			0.2	(2)
20-24	17.0	(1000)	5.0	(51)
25-29	12.6	(551)	11.5	(117)
30-34	12.7	(406)	13.1	(133)
35-39	11.2	(412)	18.1	(184)
40-44	11.3	(361)	15.5	(157)
45-49	9.7	(364)	11.5	(117)
50-54	7.2	(314)	10.7	(108)
55-59	6.0	(233)	6.5	(66)
60-64	5.1	(193)	4.3	(44)
65 e mais	7.1	(164)	3.6	(36)
TOTAL	100.0	(3236)	100.0	(1015)

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil. 1970, e Levantamento por Amostragem.

III. SÃO PAULO NO PERÍODO DE DOMINAÇÃO INGLESA

O crescimento urbano do Brasil tem sido bastante intenso nos últimos trinta anos e vem sendo produzido, basicamente, por um processo de migração interna rural-urbana. A tabela 4 apresenta a população urbana do Brasil de acordo com os censos de 1940, 1950 e 1960.

Em 1970, a população urbana brasileira já era maior que a rural e não existe nenhum sinal de que esta tendência vá se modificar, como se pode observar na tabela 5 que apresenta taxas intercensitárias de crescimento urbano por classes de cidades.

TABELA 4**POPULAÇÃO URBANA DO BRASIL (000)**

	Porcentagem de alfabetizados		
	1940	1950	1960
População total	41.236	51.944	70.967
População urbana	12.880	18.783	31.991
(% da popul. total)	(31)	(36)	(45)
Pop. urbana em cidades com população 20.000	6.320	10.492	19.923
(% da popul. total)	(15)	(20)	(28)

FONTE: Lorene Yap, Internal Migration and Economic Development in Brazil, Ph. O. dissertation, 1972, p. 16.

TABELA 5**CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA BRASILEIRA POR CLASSES DE CIDADES (taxa de crescimento anual médio)**

População urbana	1940-50	1950-60
Total	3,8	5,5
20.000 +	4,2	6,6
100.000 +	4,5	6,8
1.000.000 +	4,5	4,0

FONTE: Lorene Yap, 1972, p. 17.

As taxas de crescimento da população urbana são sempre maiores que as da população total (cerca de 3,2 para o período 1940-50 e de 3,0 para 1950-1960). Além disso, com exceção das taxas de cidades com 1.000.000 e mais habitantes, as demais cidades apresentam taxas crescentes de aumento populacional. Essas diferenças só podem ser devidas ao movimento populacional do meio rural para o urbano como indica a tabela 6.

TABELA 6**LOCAL DE NASCIMENTO DE MIGRANTES MASCULINOS ADULTOS EM TRÊS CIDADES BRASILEIRAS**

	Porcentagem de alfabetizados		
	Rio de Janeiro	São Paulo	Belo Horizonte
População em 1960 (000)	3.223	3.165	634
Distribuição dos migrantes (excluindo-se os estrangeiros) por local de nascimento	100	100	100
Outra cidade grande			
Cidade pequena	(15)	(20)	(28)
Vila ou fazenda			

FONTE: Lorene Yap, 1972, p. 22.

Esse fenômeno de atração das cidades brasileiras é também bastante evidente em São Paulo, ou seja, São Paulo não constitui exceção, como pode observar na tabela 7.

TABELA 7

MIGRAÇÃO PARA A CIDADE DE SÃO PAULO, 1900-60

Período intercensitário	Nº de migrantes	% crescimento do município atribuível à migração
1900-1920	218.451	64.4
1921-1940	496.543	66.5
1941-1950	619.755	70.5
1951-1960	950.093	58.4

FONTE: Daniel J. Hogan, 1972

Nesse sentido, pode-se dizer que a cidade de São Paulo não é de paulistanos. Assim, no nosso levantamento por amostragem apenas 28%, da população era de paulistanos.

O processo de migração e de crescimento urbano constitui, entretanto, um efeito do processo de transformação econômica por que passa a sociedade brasileira. Assim, no levantamento por amostragem, 66% dos migrantes deixaram seus lugares de origem devido a fatores econômicos. Por outro lado, o crescimento de São Paulo e, portanto, a sua capacidade de atração populacional se devem, também, a fatores econômicos. Esses fatores podem ser derivados da tabela 8.

TABELA 8

CRESCIMENTO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1872-1970

ANO	População	Mudança Percentual	Taxa de Crescimento Anual
1872	31.385	-	-
1886	47.697	52	3.0
1890	64.934	36	8.0
1900	239.820	168	14.0
1920	579.033	141	4.5
1934	1.030.120	83	4.5
1940	1.337.644	26	4.0
1950	2.198.096	65	5.0
1960	3.825.351	74	5.5
1970	5.978.977	56	4.5

FONTE: Daniel I. Hogan, 1972.

Observe-se que as maiores taxas de crescimento da cidade ocorreram na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XX e não após a Segunda Guerra Mundial, como alguns estudiosos supõem.

Para que se entenda o tremendo salto populacional ocorrido em São Paulo, durante as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX, é

necessária uma análise das transformações econômicas ocorridas no período imediatamente anterior, na referida cidade.

A situação econômica de São Paulo (e do Brasil) sofreu profunda transformação no início do século XIX, com a transmigração da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a abertura dos portos do Brasil ao comércio inglês.

O comércio inglês, até princípios do século XIX, não podendo vender diretamente ao Brasil, procurou, por meio do tratado de Methuen, obter a entrada livre em Portugal dos tecidos ingleses, a troca do mesmo favor dado aos vinhos do Porto. A metrópole agia, assim, como simples intermediária de produtos ingleses. As consequências desse tratado foram, como se sabe, as mais desastrosas para Portugal. Todo o ouro do Brasil, transportado para o Reino, passava para os industriais britânicos. Acabado o ouro do Brasil, fechados por Napoleão os mercados europeus, a indústria inglesa teve que procurar novos consumidores.

Como observa Rubens Borba de Moraes (1972):

"A ocasião que se apresentava era das melhores, em fins de 1807. Napoleão decretara a extinção da dinastia de Bragança e a invasão de Portugal. El-Rei decidira refugiar-se no Brasil. Mas na hora do embarque Lord Strangford exigiu de D. João VI a abertura dos portos do Brasil ao comércio inglês, como condição do transporte da corte. D. João, de mala às costas, com Junot às portas de Lisboa, não teve remédio: aceitou. E, chegando à Bahia, antes de ouvir os ministros embarcados em outros navios atrasados por tempestades, assinou uma carta régia abrindo os portos do Brasil. Pagou a passagem. A intervenção atribuída ao futuro Visconde de Cairu não foi, provavelmente, senão a de prever as felizes consequências para a colônia do ato imposto pelos industriais ingleses e de consolar os ministros" (p. XXIII).

A carta régia de abertura dos portos inaugurou a "British preeminence in Brazil" e tal fato é decisivo para as transformações posteriores que ocorreriam na cidade de São Paulo, fazendo com que cerca de 10 anos depois Saint-Hilaire (1972) observasse que a cidade mais não é do que um centro de depósito das mercadorias da Europa e de trânsito para os produtos do país" (p. 161).

O viajante francês descreve assim, de maneira sucinta mas clara, a função primordial de entreposto que a cidade iria desempenhar por mais de um século. Entretanto, observa também Saint-Hilaire (1972) que essa função dependeria fundamentalmente da ligação de São Paulo com o porto de Santos quando afirma que

"seria inexatidão afirmar que sua posição é muito favorável ao comércio. Não há, na verdade, mais de nove a doze léguas, entre ela e o mar; entretanto, quando se parte de Santos - o porto mais vizinho - o trajeto não pode ser feito em menos de dois dias, forçado que é o viajante a galgar a parte extremamente escarpada da cadeia marítima denominada Serra do Cubatão. ...é-lhe indispensável o porto de Santos, o qual poderia, em rigor, dispensá-la" (p. 161-162).

As observações do viajante francês eram verdadeiras. A serra constituiu-se no maior obstáculo ao crescimento de São Paulo até 1870, quando se deu a ligação com Santos através de estrada de ferro construída pelos ingleses. Assim, Langenbuch (1971) observa que São Paulo era, em 1870, a 14ª cidade em tamanho, no Estado, e constituía local relativamente estagnado.

A partir de 1870 São Paulo sofre o impacto da expansão cafeeira do oeste paulista. Em decorrência de sua posição geográfica intermediária entre a região produtora de café e o porto de Santos e o interesse inglês pelo café, a cidade passou a ser um ponto de intermediação capitalista e começou a crescer.

A inserção e as funções da cidade de São Paulo no sistema capitalista (que é sempre internacional) precisam ser melhores compreendidas para que se entenda o seu processo de crescimento e a sua concomitante capacidade de atração populacional. Tanto a inserção como as funções da cidade no sistema capitalista dependeram, inicialmente, da expansão cafeeira e de sua relação com o capitalismo comercial inglês. Assim, a tabela 9 apresenta o número de empresas estrangeiras autorizadas a operar no Estado de São Paulo entre 1850 e 1930.

Entre 1850 e 1870 os ingleses pouco investiram em São Paulo. Entretanto, a partir de 1871, São Paulo passou a ser objetivo de crescentes investimentos ingleses que visavam principalmente a exportação do café e a importação de bens manufaturados produzidos na Inglaterra. Por isso, os investimentos ingleses em São Paulo centralizaram-se no setor terciário da economia, ou seja, nos ramos financeiro (companhias de seguros e bancos), de transporte (navegação e estradas de ferro), da infra-estrutura urbana (água, luz, esgoto e transporte urbano), de comunicações (telégrafo) e do comércio de exportação-importação (Graham, 1968).

Se, por um lado, a expansão do café pelo Vale do Paraíba e, mais tarde, pelo oeste paulista exigia a construção de vias de transportes rápidas, por outro lado, os produtos manufaturados da Inglaterra, para serem comercializados no Brasil, também requeriam essas mesmas vias de transportes. Os investimentos em estradas de ferro e em companhias de navegação serviam a esses fins.

TABELA 9

EMPRESAS ESTRANGEIRAS AUTORIZADAS A OPERAR NO ESTADO DE SÃO PAULO: 1850-1930*

ANO	Inglesas	Americanas	Francesas	Outras
1850 – 1870	4			
1871 – 1875	6		1	2
1876 – 1880	5			4
1881 – 1885	8			
1886 – 1890	6			5
1891 – 1895	1			3
1896 – 1900	4		4	4
1901 – 1905	1		3	
1906 – 1910	3	2	2	
1911 – 1915	10	3	4	8
1916 – 1920	3	5		4
1921 – 1925	1	5		3
1926 – 1930	2	4		
Total	54	19	14	33

*Esta tabela foi construída a partir de um levantamento realizado por José Murari Bovo na Coleção de Leis do Império e da República do Brasil.

Como se pode observar na tabela 10, houve, a partir de 1870, um aumento sensível dos quilômetros de estradas de ferro construídos e o ritmo dessas construções aumentou na década seguinte.

TABELA 10

CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS DE FERRO NO BRASIL: 1851-1920

ANO	Construção nova (km)	Total construído no período (km)
1851– 1855	15	15
1856 – 1860	208	223
1861 – 1865	276	449
1866 – 1870	246	745
1871 – 1875	1.056	1.801
1876 – 1880	1.597	3.398
1881 – 1885	3.532	6.937
1886 – 1890	3.007	9.937
1891 – 1895	3.030	12.967
1896 – 1900	2.349	15.316
1901 – 1905	1.465	16.781
1906 – 1910	4.686	21.467
1911 – 1915	5.280	26.747
1916 – 1920	1.906	28.653

FONTE: Richard Graham, 1968, p. 30.

A maior parte do sistema ferroviário brasileiro construído nessa época encontrava-se na zona cafeeira, especialmente em São Paulo. A conquista das escarpas da Serra do Mar ligando Santos a Jundiaí, em 1868, estabeleceu o contato rápido e direto entre os mercados produtores de café e de bens manufaturados e os mercados consumidores desses produtos dentro e fora do Brasil e possibilitou a expansão da rede ferroviária no Estado de São Paulo (Graham, 1968, p. 29).

A participação inglesa nesse processo adquiriu diversas formas. Ela se realizou através de empréstimos a companhias ferroviárias brasileiras, de assistência técnica, de compras de companhias existentes e de investimentos diretos no setor.

Assim, praticamente todas as ferrovias brasileiras que serviam a região cafeeira de São Paulo estiveram ligadas ao mercado financeiro da Inglaterra. A Estrada de Ferro São Paulo e Rio que ligou, em 1877, a cidade de São Paulo à Estrada de Ferro Dom Pedro II (e que hoje é conhecida por Central do Brasil) tomou emprestado £600.000 em Londres em 1874 e £164.200 cinco anos depois (Graham, 1968, p. 54). Capitalistas ingleses emprestaram £483.700 à Companhia Mogiana em fins de 1880; a Sorocabana tomou emprestado £230.000 em Londres, em 1877 e em 1892 comprou a Estrada de Ferro Ituana que havia tomado emprestado £150.000 dos ingleses, quatro anos antes; finalmente, a Companhia Paulista tomou emprestado £150.000 na Inglaterra, em 1878 (Graham, 1968, p. 56).

Mas foi como investidores diretos que os ingleses exerceram sua maior influência no sistema de transportes do Brasil. De acordo com Graham, "Em fins de 1880 havia onze companhias ferroviárias inglesas no Brasil e dez anos mais tarde, havia

vinte e cinco. Quase que 50% dos investimentos ingleses no Brasil antes da Primeira Guerra Mundial foi realizado em companhias ferroviárias" (Graham, 1968, p. 57).

Dois exemplos são ilustrativos desses investimentos no Estado de São Paulo: a Estrada de Ferro Rio Claro São Paulo que serviu interesses especulativos e a São Paulo Railway que foi uma verdadeira mina de ouro.

A Rio Claro São Paulo Railway Company Ltd. pertenceu aos ingleses por pouco tempo. Uma empresa brasileira havia construído a estrada de ferro ligando a cidade de Rio Claro e Araraquara a Jaú entre 1881 e 1887. Interesses financeiros ingleses, liderados pelo English Bank of Rio de Janeiro, perceberam que essa estrada de ferro era estratégica para a futura expansão da Companhia Paulista. Organizaram, então, uma firma com um capital de £600.000 - logo aumentado para £850.000 - e não encontraram dificuldades em comprar a estrada de ferro em 1889. Em 1892, após pequena expansão, a linha foi vendida para a Companhia Paulista por £2.750,000 em troca de ações preferenciais (Oraham, 1968, p. 60).

A mais importante estrada de ferro inglesa no Brasil foi a San Paulo (Brazilian) Railway Company Limited, que ligou o porto de Santos aos distritos cafeeiros da província de São Paulo. Quando terminada media, apenas, 137 km, mas o seu papel na economia monocultora do Brasil transformou-a na mais rica e poderosa estrada de ferro do país. Funcionava como um funil coletando, com a ajuda de outras estradas de ferro, os produtos agrícolas de uma vasta região e despejando-os nos navios britânicos ancorados no porto de Santos (Oraham, 1968, p. 60-61).

Essa rede ferroviária, que afunilava-se na altura da cidade de São Paulo, possibilitou não só o transporte de café mas, também, da elite cafeeira (e, mais tarde, de boa parte da massa rural) migrar para a cidade. Assim, com a crise do café de 1895, parte da elite agrária mudou-se para São Paulo e foi viver nos Campos Elíseos (1880-1900) e em Higienópolis (1910-1930).

Assim, a compreensão das transformações sócio-econômicas que ocorreram no Brasil, no período entre 1850 e 1900, é fundamental para se entender o crescimento da cidade de São Paulo.

A onda migratória para a cidade, nos últimos 20 anos do século XIX, dependeu, por um lado, da expansão cafeeira no oeste da Província e, por outro, da construção de estradas de ferro. Entretanto, ela só se concretizou, também, graças aos melhoramentos urbanos realizados por investidores ingleses. Assim, a Cia. Cantareira que fornecia água para a cidade era inglesa; a São Paulo Light and Power Company Ltd., que controlava o sistema de transporte urbano além da energia elétrica, era canadense; a City of São Paulo Landholding Improvements Company, de capitais ingleses, possuía, por volta de 1930, cerca de 3.000 acres de terra no atual município de São Paulo e foi responsável pelo desenvolvimento dos atuais bairros de moradia da elite paulistana; as companhias que controlavam o sistema de esgoto e de gás também eram inglesas (Graham, 1969).

Mas a inserção da cidade de São Paulo no sistema capitalista afetou, também, o seu crescimento e o processo migratório em outro sentido. Refiro-me aqui à chamada "política liberal" inglesa em relação à mão-de-obra escrava e o subsequente comportamento do capitalismo inglês em relação à importação da mão-de-obra livre da Europa.

Os ingleses, ao mesmo tempo que estavam interessados na exportação do café, estavam interessados, também, na formação de um mercado consumidor de produtos

manufaturados no Brasil. A estrutura escravocrata da economia brasileira estava dificultando a formação desse mercado (Cardoso, 1972).

Por outro lado, os produtos gerados pela mão-de-obra escrava no Brasil competiam vantajosamente com os produtos gerados pela economia de enclave das Antilhas (Cardoso e Faletto, 1970). Os ingleses tinham, portanto, um duplo interesse na liquidação do sistema escravocrata brasileiro e se utilizaram da ideologia liberal, com fortes tendências igualitárias, desenvolvida com a Revolução Industrial para "sensibilizar" líderes políticos brasileiros para a causa abolicionista (Graham, 1968). Essa política, consubstanciada na Abolição do tráfico escravo, na lei do Ventre Livre e, finalmente, na Abolição da escravidão, ocorreu concomitantemente com uma "escassez de mão-de-obra" em certos setores da economia.

O problema da "escassez de mão-de-obra" que ocorreu entre 1850 e 1890 parece-me bastante complexo e requer, por si só, uma investigação específica. Entretanto, a sua discussão, ainda que de maneira esquemática, pode iluminar alguns aspectos obscuros do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Com a proibição do tráfico escravo, em 1850, numerosos representantes das chamadas "classes produtoras" de São Paulo começaram a denunciar a existência de uma "escassez de mão-de-obra" nas fazendas de café. O problema que se coloca é o de se determinar até que ponto a "escassez" era real, ou seja, se houve ou não falta de braços na economia. O problema torna-se especialmente complexo porque o fenômeno ocorreu em um período de transição, ou seja, paralelamente à expansão agrícola no oeste paulista ocorre uma expansão no setor de serviços, ligado, fundamentalmente, à expansão capitalista inglesa. A minha impressão é a de que, no setor agrícola, não houve, propriamente, falta de mão-de-obra. O que houve, na realidade, foi que a proporção, do capital variável sobre o capital constante exigido para a produção agrícola tende a aumentar nesse período diminuindo, em consequência a capacidade do setor agrícola em realizar uma taxa adequada de mais-valia. Essa situação, por sua vez, deveu-se, por um lado, ao tipo de relações de produção que predominaram no período e, por outro lado, à organização do sistema político.

Já no setor de serviços, houve uma falta de braços devido, também, ao tipo de relações de produção que foram engendradas. Como já disse, o setor de serviços desenvolveu-se, no período, a partir da expansão do capitalismo inglês. Por isso, as relações de produção que foram engendradas fundavam-se na existência de um mercado livre de trabalho. Assim, o contrato de construção da San Paulo Railway não permitia a utilização da mão-de-obra escrava. Além, disso, os serviços urbanos na cidade de São Paulo também eram realizados por mão-de-obra livre. Mas como a maioria esmagadora da mão-de-obra disponível era escrava, o setor ressentiu-se da inexistência, de um mercado desenvolvido de mão-de-obra livre. Assim, em 1862, devido às chuvas copiosas que desabaram nos primeiros dias de janeiro e que provocaram grandes estragos na "Estrada da Maioridade" (que ligava São Paulo a Santos), houve necessidade de se empregarem trabalhadores para reconstruir os trechos danificados. Tal situação não só provocou um substancial aumento do "jornal" pago aos trabalhadores da estrada de ferro em construção, como promoveu a paralisação das obras públicas na cidade de São Paulo (Debes, 1968). Tudo indica, também, que esse aumento do custo da mão-de-obra contribuiu para uma das falências de Mauá (Debes, 1968). Ora, tanto o aumento do custo da mão-de-obra como a paralisação das obras públicas da cidade indicam a inexistência de abundante mão-de-obra livre no mercado de trabalho.

Já no setor agrícola a "escassez de mão-de-obra" adquiriu, no meu entender, um significado bastante diverso. Em primeiro lugar, se houve realmente falta de braços, como foi possível a expansão do café para oeste que implicava na derruba da mata, em queimadas, e na preparação da terra para o plantio? Em segundo lugar, apesar da proibição do tráfico, havia escravos que podiam ser comprados (e, efetivamente, foram) em zonas decadentes de Minas, do Nordeste e até do Vale do Paraíba (Stein, 1961)

Parece que a expansão do café para o oeste paulista foi realizada por frentes pioneiras de trabalho livre e escravo advindas de Minas Gerais. Além disso, numerosos fazendeiros das regiões de Itu, Campinas, Amparo, etc., possuíam, por volta de 1870, um numeroso contingente de escravos (Santos, 1942). Entretanto, é evidente que o preço da mão-de-obra escrava deve ter subido bastante com a abolição do tráfico e com a Guerra do Paraguai. Ora, os fazendeiros paulistas, ainda que fossem (como eram) suficientemente endinheirados para comprar escravos, foram percebendo, aos poucos, que a sua parcela de capital investida na mão-de-obra crescia rapidamente. Surgiu, então, a "escassez".

Mas o fenômeno da "escassez" possuía, também, um significado político. Não se pode esquecer que o processo da abolição esteve intimamente vinculado ao processo republicano. O Partido Republicano Paulista reunia em suas fileiras tanto abolicionistas ferrenhos como antiabolicionistas apaixonados, que coexistiram pacificamente no seio da organização graças à habilidade conciliadora de Francisco Glicério (Santos, 1942). Os antiabolicionistas e donos de escravos sabiam que se se aventurassem no mercado comprador iriam prejudicar outros fazendeiros, seus aliados na questão republicana. Assim, numerosos senhores de escravos viam a expansão cafeeira para o oeste paulista como uma ameaça, pois o preço do escravo no mercado subia e os paulistas eram os únicos que tinham condições de comprá-los, provocando, assim, uma transferência de mão-de-obra das regiões agrícolas mais antigas para São Paulo (Leff, 1972). O período anterior e posterior à Abolição assistiu, como resultado dessa ameaça, a uma luta política em torno das questões da República e da Abolição entre, de um lado, os fazendeiros antiabolicionistas de Minas, do Nordeste e de São Paulo que não queriam nem a abolição nem a competição dos fazendeiros de café no mercado escravo e, de outro, os representantes dos interesses ingleses e do café que lutavam pela abolição. Mas, apesar da oposição dos mineiros, dos nordestinos e de alguns paulistas, o período anterior à Abolição assistiu a essa transferência ainda que Graham e Buarque de Hollanda Filho (1971) notem que ela não foi grande.

A solução para esses impasses foi encontrada na importação de mão-de-obra européia, a partir dos meados do século XIX e que se intensificou no fim do século. Assim, nos cinquenta anos, entre 1880 e 1930, o Estado de São Paulo recebeu cerca de 1.500.000 imigrantes italianos, além de sírio-libaneses, alemães e japoneses (Morse, 1970). Observe-se, entretanto, que o problema de "escassez de mão-de-obra" no setor cafeeiro era tanto político como econômico. Ela poderia ser facilmente resolvida com a transferência de trabalhadores de Minas Gerais, do Nordeste e do Vale do Paraíba. Tal fenômeno, entretanto, poderia atrasar a Abolição e desorganizar a estrutura agrária daquelas regiões, dificultando a expansão de um mercado consumidor de produtos manufaturados que dependia do trabalho livre e gerando conflitos políticos indesejáveis. Para evitar conflitos que surgiriam daí é que fazendeiros como o Senador Vergueiro foram buscar na Europa a mão-de-obra necessária para a expansão cafeeira mesmo antes da Abolição.

Note-se, porém, que a mão-de-obra exigida e procurada pelos fazendeiros de café possuía características peculiares. Assim, discurso pronunciado por Martinho Prado

Jr. na Assembléia Provincial, em 1881, revela que o imigrante que vinha para o Brasil, em regra, não tinha recurso nenhum - eram os que viviam na miséria em seu país; o que ia para a República Argentina era o que tinha alguns recursos, tinha algum capital. Observava ainda aquele deputado:

"Por isso é que grande parte da imigração (para a Argentina) é de negociantes. Toda margem do Paraná é quase exclusivamente povoada de italianos e esses italianos são quase todos comerciantes, não contando-se os que vêm fazer as colheitas nos meses respectivos, e aplicar-se às construções de suas linhas férreas, e da nova capital La Plata, sendo em sua maioria procedente da província da Lígúria.

Ao passo que a imigração para a província de São Paulo é uma imigração exclusivamente agricultora, composta de famílias que se fixam como acabei de dizer, por ser a nossa legislação em matéria de imigração, a legislação mais sábia e mais prudente que se tem feito em todo e qualquer país que se tem ocupado do assunto" (Os deputados republicanos na Assembléia Provincial de São Paulo, 1881).

A sabedoria e a prudência da política imigratória paulista constituiu-se na importação de uma mão-de-obra barata, subsidiada pelo governo da Província e parcialmente financiada pelos ingleses que realizaram empréstimos para esse fim em 1888 e em 1904, que, em última análise, iria possibilitar a baixa, da proporção do capital variável sobre o constante nos investimentos, e estimular a realização da mais-valia.

A "grande migração européia" teve numerosos efeitos importantes na economia e na estrutura social do Brasil, alguns dos quais haviam sido visualizados tanto pelos cafeicultores quanto pelos ingleses (Graham, 1968).

Em primeiro lugar, esse programa garantiu a expansão da produção cafeeira resolvendo o problema da "escassez de mão-de-obra", sem conflitos políticos mais graves entre os diversos setores da aristocracia agrária. Em segundo lugar, promoveu uma certa expansão de um mercado interno consumidor de produtos manufaturados graças às novas relações de trabalho. Neste caso, nota Cardoso (1972) que:

"No caso brasileiro dizia-se que o café era uma 'planta democrática' em oposição à cana-de-açúcar que seria uma 'planta aristocrática'. Na nudez vegetal, café e açúcar sofreram estes epítetos impavidamente. Na verdade 'democrática' tornou-se a produção do café quando o braço escravo foi substituído pelo trabalhador imigrante livre. Este processo, rompendo a tendência à autarquia produtiva das fazendas, intensificou as funções comerciais e artesanais em inúmeros pontos no hinterland da região cafeeira (São Paulo). Foi graças a isto e não, como apressadamente pensam alguns, pelo aumento imediato e direto do poder aquisitivo do trabalhador rural imigrante que substituiu o escravo, que se ampliou o mercado interno. Neste contexto, o crescimento da vida urbana é um indicador muito mais seguro da expansão do mercado interno do que o discutível incremento do consumo do trabalhador rural. Os níveis salariais destes eram baixíssimos e é uma ilusão pensar que o escravo a quem eles substituíram não custava um certo preço. Havia que alimentá-los e vesti-los. Para supor que o imigrante rural exerceu maior pressão sobre o consumo é preciso demonstrar que ele era capaz de comer melhor que os escravos, vestir-se melhor do que eles e, ainda mais, que pôde ampliar os gastos de consumo. Por certo, este processo também ocorreu, porém mais lentamente e contou menos para a formação do mercado interno do que a expansão da vida urbana, ou seja, dos negócios, das oficinas artesanais e pequenas indústrias das cidades cafeeiras. O aumento simplesmente numérico da mão-de-obra contou, por certo, na ampliação do consumo interno, mas este foi também uma função direta da expansão exportadora.

De qualquer forma, o imigrante que, por seu êxito econômico, passou a ter peso na vida nacional foi o imigrante habitante da cidade e não o pobre lavrador" (p. 17-18).

A "grande migração européia" teve, entretanto, outros efeitos tão ou mais importantes que os anteriormente descritos que não foram antecipados por aqueles que promoveram o referido programa.

Em primeiro lugar, diversos imigrantes europeus vieram diretamente para a cidade de São Paulo e abriram negócios comerciais e industriais iniciando, assim, um processo de industrialização que iria se acelerar nos anos futuros. Os exemplos mais conhecidos são os de Matarazzo, que iniciou suas atividades em Sorocaba, e Jafet (Carone, 1970). Em segundo lugar, numerosos migrantes europeus trouxeram consigo poupanças familiares geradas na Europa que foram investidas tanto em atividades agrícolas como comerciais e industriais. Essa injeção de capital cujo montante é desconhecido deve ter colaborado para o crescimento comercial e industrial de São Paulo durante esse período (Dean, 1969). Em terceiro lugar, numerosos imigrantes europeus permaneceram poucos anos nas fazendas de café vindo, em seguida, para a cidade. Assim, de acordo com Morse, em 1900 a cidade de São Paulo tinha aproximadamente dois italianos para cada brasileiro (Morse, 1970). Em quarto lugar, a "grande migração européia" possibilitou a manutenção da estrutura agrária predominante tanto na região de São Paulo como na de Minas Gerais e no Nordeste. No caso de São Paulo, o sistema latifundiário do café foi reforçado pela migração européia que fornecia mão-de-obra a tais empresas. No caso de Minas e Nordeste, possibilitou a transição do sistema escravocrata para outro, patriarcal e de subsistência, sem alterar profundamente nem os padrões de posse da terra nem as relações sociais aí predominantes. A "grande migração européia" foi, portanto, num primeiro momento, fator, de estabilização da estrutura social agrária brasileira e atrasou, pelo menos até 1930, o fenômeno da "oferta ilimitada do fator trabalho" tal como Lewis o define (Lewis, 1954). Na realidade, a oferta ilimitada do fator trabalho só começou a ocorrer no Brasil por volta de 1930 quando a estabilidade da estrutura agrária de Minas Gerais e do Nordeste foi destruída pelo processo de industrialização de São Paulo (Arrighi, 1970). Isso não quer dizer que não havia "um excesso" de mão-de-obra em Minas e no Nordeste. Assim, quando, nos primeiros anos do século XX, ocorreu o "boom" da borracha na Amazônia, uma parte desse "excesso" se transferiu para aquela região. Além disso, tanto os movimentos militaristas (Canudos e Padre Cícero) como o cangaço podem ser vistos como indicadores da existência desse "excesso". Entretanto, não se tratava de "oferta ilimitada do fator trabalho" que só ocorreu devido a mecanismos de remuneração do trabalho imposto na região de agricultura tradicional, de subsistência, por um setor capitalista industrial, moderno.

Finalmente, a política econômica inglesa afetou, também, o crescimento urbano da cidade de São Paulo na medida em que estimulou a política do preço mínimo do café proporcionando, por um lado, a transferência de capitais do meio rural para a cidade e, por outro, a transferência de capitais das mãos da aristocracia cafeeira para as dos trabalhadores agrícolas europeus que também investiam (ou consumiam) na cidade (Dean, 1969). É necessário observar, entretanto, que financistas ingleses como Rothschild foram contrários à política de valorização e só participaram do processo quando verificaram as vantagens financeiras do mesmo.

Quando os ingleses reduziram drasticamente a sua aventura na região cafeeira, por volta de 1914, a cidade de São Paulo não só estava integrada no sistema capitalista como, também, começou a apresentar transformações funcionais (Dean, 1969).

Até cerca de 1914, a função primordial da cidade de São Paulo era a de entreposto comercial, ou seja, constituía um módulo fundamental da "economia dependente" implantada pelos interesses ingleses (Cardoso e Faletto, 1970). Entretanto, como já foi visto, as próprias contradições geradas por esse tipo de atividade econômica proporcionaram as condições para a industrialização da cidade. Assim, a política econômica inglesa que visava criar um mercado consumidor interno de bens manufaturados importados da Inglaterra possibilitou a formação de capitais que foram investidos em atividades industriais na cidade; os investimentos ingleses nos serviços de infra-estrutura urbana que pretendiam criar condições para São Paulo se transformar em entreposto comercial terminaram por fornecer uma infra-estrutura de serviços especializados (de energia, água, esgotos, transportes e comunicações) necessários para a aglomeração espacial da atividade industrial. Finalmente, a transformação do mercado de trabalho escravocrata para um mercado de "trabalho livre" que visava a formação do mercado consumidor interno e diminuir a competitividade do café proporcionou a vinda para a cidade de São Paulo de imigrantes europeus que possuíam capital e uma tradição industrial até então desconhecida no Brasil.

Dessa forma, no bojo da economia dependente haviam as sementes da industrialização de São Paulo.

IV. SÃO PAULO NO PERÍODO DA INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

Esse processo que, mais tarde, ficou conhecido por "industrialização por substituição de importações" possuía três características fundamentais: a sua "partida" e sustentação dependeu de capitais gerados internamente; a tecnologia que utilizou foi trabalho intensivo requerendo abundante mão-de-obra não qualificada e, finalmente, seus produtos foram consumidos internamente, graças a um "perfil de demanda" que possibilitou a realização da substituição (Tavares, 1966; Furtado, 1972).

O capital inicial necessário para a "partida" desse processo foi parcialmente obtido, como já vimos, do setor agrário. Warren Dean mostra, por exemplo, que um número substancial de empresários industriais paulistas era também de fazendeiros de café (Dean, 1969). Além disso, a política de valorização possibilitou essa transferência. Observe-se, entretanto, que a transferência direta de capital do meio rural para o urbano não é uma constante do caso brasileiro (Castro, 1969). Ao contrário, na maioria das vezes ela se dá indiretamente, e, em outras, em momentos históricos determinados como, por exemplo, no período em que vigorou o confisco cambial.

Por outro lado, a mão-de-obra necessária para o processo de industrialização por substituição de importações não poderia mais ser buscada na Europa, pois esta, a partir de 1880, se entregara a uma vasta aventura imperialista na Ásia e na África tendo provocado uma escassez populacional na Inglaterra, França, Alemanha e até Itália, agravada com a Primeira Guerra Mundial (Barracough, 1967). Os salários pagos pelas indústrias paulistas começaram, então, a ser fator de atração da mão-de-obra mineira e nordestina. É a partir desse momento que surge a chamada "oferta ilimitada do fator trabalho", ou seja, uma realocação do fator trabalho de um setor de subsistência com baixa produtividade para um "setor capitalista" de alta produtividade (Lewis, 1954). Note-se, entretanto, que a oferta ilimitada do fator trabalho resulta, em grande parte, de um processo de acumulação primitiva onde fatores políticos predominaram sobre mecanismos de mercado e através do qual o fosso entre a produtividade do trabalho

agrícola e o do setor urbano-industrial aumentou progressivamente (Arrighi, 1970, p. 197). O fenômeno que ocorreu em São Paulo constituiu, assim, um caso concreto do processo mais geral descrito por Paul I. Singer, ou seja,

"Uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas. O crescimento da cidade torna-a, por sua vez, um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos. Tal é o caso das indústrias de bens de consumo não duráveis, dos serviços de consumo coletivo (escolas, hospitais, etc.), de certos serviços de produção (comércio varejista) e assim por diante.

As cidades que acabaram por se industrializar foram, geralmente, aquelas que tinham relativa expressão urbana por terem sido antes importantes centros comerciais. Tais centros, quase sempre, já possuíam parte dos serviços de infra-estrutura que a indústria necessitava. A industrialização, por sua vez, fez surgir uma grande variedade de novos serviços (de educação, de pesquisa científica, governamentais, de finanças, contabilidade, etc.) além de fazer crescer enormemente muitos dos já existentes.

Toda esta transferência de atividades de campo à cidade parece ser motivada por uma exigência técnica da produção industrial: a aglomeração espacial das atividades - que se traduz em sua urbanização - parece ser um requisito de sua crescente especialização e conseqüente complementaridade. Há que acrescentar ainda o imenso crescimento das escalas de produção, que torna a especialização economicamente rentável e leva ao surgimento de estabelecimentos de grande porte. O gigantismo das unidades produtivas acarreta, evidentemente, uma concentração espacial ainda mais acentuada. Neste contexto, as migrações internas (sem falar das internacionais, que poderiam, em boa parte, ser explicadas do mesmo modo) não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Os mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimento às cidades e ao mesmo tempo criam os incentivos econômicos às migrações do campo à cidade, não fariam mais que exprimir a racionalidade macro-econômica do progresso técnico que constituiria a essência da industrialização" (Singer, 1972, p. 2-3).

Essa "racionalidade", como ainda observa Paul Singer, é expressa pelos arranjos institucionais que o sistema capitalista é capaz de gerar e o processo de migração constitui uma das expressões genéricas desses arranjos.

Assim, o processo de industrialização por substituição de importações demandou investimentos gerados pela poupança interna que se transferiram de áreas rurais para urbanas e de certas regiões do país para outras. Além disso, tais poupanças mudaram de mãos.

As expressões desses, dois fenômenos constituem tanto a concentração espacial como a populacional da renda que ocorre no Brasil a partir dos anos 30.

V. CONCLUSÕES

Dizer-se, portanto, que o processo de urbanização ocorre, na América Latina, de maneira independente do processo de industrialização constitui, com efeito, uma afirmação equivocada pelo menos no caso de São Paulo. Esse equívoco se deve, em grande parte, ao caráter abstrato e ahistórico tanto da noção de urbanização como da de industrialização. O crescimento urbano faz parte de uma série de relações concretas, isto

é, que se dá no espaço e no tempo e que constitui, em resumo, a estrutura em que a cidade está inserida. No caso de São Paulo, esta estrutura foi determinada pelo processo de acumulação capitalista no Brasil que adquiriu três formas concretas: 1) a agroexportadora; 2) a da industrialização por substituição de importações; e 3) a do capitalismo associado.

Assim, entre 1850 e 1930, a economia brasileira cresceu graças ao seu setor agroexportador que se constituía praticamente no único componente autônomo do crescimento da Renda. De um modo geral, o desenvolvimento desse setor deu lugar a um processo de urbanização mais ou menos intenso onde se iam estabelecendo as chamadas indústrias "residenciárias", tais como as de tecidos, calçados, vestuário, móveis, etc. Estas, como se sabe, são indústrias tradicionais, de baixo nível de produtividade que juntamente com o setor agrícola, de subsistência era insuficiente para dar à atividade interna um dinamismo próprio. Assim, o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, donde o caráter eminentemente dependente e reflexo da economia brasileira (Tavares, 1972).

De 1914 a 1945 a economia brasileira foi sendo abalada por crises sucessivas no comércio exterior decorrente de um total de 20 anos de guerra e/ou depressão. A crise prolongada dos anos trinta, no entanto, pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do período agroexportador. À violenta queda na receita de exportação acarretou, de imediato, uma drástica diminuição na capacidade para importar. Apesar da violência desse impacto, a economia brasileira não mergulhou em depressão prolongada. A profundidade do desequilíbrio externo fez com que o governo adotasse uma série de medidas tendentes a defender o mercado interno dos efeitos da crise no mercado internacional. Essas medidas que consistiam basicamente em restrições e controle das importações, elevação da taxa de câmbio e compra, de excedentes ou financiamento de estoques de café, visavam antes defender a economia contra o desequilíbrio externo do que estimular a atividade interna. Esses mecanismos serviram, entretanto, para manter o nível de demanda preexistente que não era satisfeito como antes devido à violenta redução na capacidade de importar. A solução desse "impasse" ocorreu mediante um acréscimo substancial dos preços relativos das importações provocando um estímulo considerável à produção interna substitutiva (Tavares, 1972).

Inicialmente utilizando e mesmo sobreutilizando a capacidade produtiva existente, foi possível substituir uma parte dos bens que antes se importavam. Posteriormente realocando fatores e particularmente o recurso escasso de divisas, utilizou-se a capacidade para importar disponível com o fim de obter do exterior os bens de capital e as matérias-primas indispensáveis à instalação de novas unidades produtoras destinadas a continuar o processo de substituição. O que ocorre, em resumo, é uma mudança do "modelo" agroexportador para um "modelo" de industrialização por substituição de importações (Tavares, 1972).

O primeiro ponto que se deve assinalar nessa mudança é a transformação das variáveis dinâmicas da economia. Houve uma perda de importância relativa do setor externo no processo de formação da Renda Nacional e, concomitantemente, um aumento da participação e dinamismo da atividade interna. A importância das exportações como principal determinante (exógena) de crescimento foi substituída pela variável endógena investimento, cujo montante e composição passaram a ser decisivos para a continuação do processo de desenvolvimento. O setor externo não deixou de desempenhar papel relevante, no Brasil, apenas houve uma mudança significativa nas

suas funções. Em vez de ser o fator diretamente responsável pelo crescimento da renda, através do aumento das exportações, a sua contribuição passou a ser decisiva no processo de diversificação da estrutura produtiva, permitindo importações de equipamentos e materiais. Compreende-se, assim, a possibilidade de manter uma taxa razoável de investimento e, em consequência, de crescimento mesmo em condições de estancamento ou declínio temporário das exportações, desde que se pudesse modificar a composição das importações, comprimindo as não essenciais para dar lugar aos bens de capital e insumos necessários à industrialização (Tavares, 1972).

O segundo ponto que convém destacar, para se compreender o “modelo” de industrialização por substituição de importações no Brasil, diz respeito à natureza e amplitude das transformações ocorridas no sistema. Em primeiro lugar, deve-se levar em consideração que as transformações da estrutura produtiva circunscreveram-se, praticamente, ao setor industrial e atividades conexas (especialmente as do setor terciário) sem modificar, de modo sensível, a condição do setor primário, inclusive as atividades tradicionais de exportação. Deste caráter “parcial” da mutação ocorrida no sistema econômico resultam duas circunstâncias importantes. Uma delas é a preservação de uma base exportadora precária e sem dinamismo, o que por sua vez é uma das causas do crônico estrangulamento externo. A outra é o aparecimento de um novo tipo de “dualismo” em que as flagrantes disparidades de produtividade se produzem dentro do próprio “setor” interno da economia em contraste com o modelo anterior no qual a dicotomia se dava visivelmente em termos do setor externo (Tavares, 1972).

Em segundo lugar ressalta o fato, já suficientemente divulgado, de que os novos setores dinâmicos aparecem e se expandem no âmbito restrito do mercado nacional, o que determina o caráter “fechado” do novo modelo (Tavares, 1972).

O processo de industrialização por substituição de importações entra em crise no início da década de 1960 sugerindo a diversos estudiosos que a economia brasileira viveria um longo período de prostração (Tavares, 1972).

Entretanto, a recuperação que se dá a partir de 1967 sugere que

“A crise que acompanha o esgotamento do processo substitutivo representa essencialmente, ..., uma situação de transição em direção a um novo esquema de desenvolvimento capitalista, que pode apresentar características bastante dinâmicas, ao mesmo tempo que reforça alguns traços do “modelo” substitutivo de crescimento, em suas etapas mais avançadas: a exclusão social, a concentração espacial, assim como a modificação (rezago) de certos subsectores econômicos no que se refere a níveis de produtividade” (Tavares, 1972, p. 31).

A crise do processo de industrialização por substituição de importações está ligada, por um lado, a estrutura da demanda e, por outro, à estrutura da poupança.

O processo de industrialização que ocorreu entre 1930 e 1960 visava satisfazer de modo crescente a demanda do segmento populacional de alta renda e esta, por sua vez, tendeu a repercutir negativamente na taxa de crescimento. Assim, como observa Celso Furtado

“A estrutura industrial brasileira teve de adaptar-se, desde o início, a um perfil de demanda caracterizado por um desnível considerável entre os padrões de consumo da massa e os de uma pequena minoria; em razão da oferta totalmente elástica de mão-de-obra, os incrementos de produtividade engendrados pelo progresso técnico e pelas economias de escala puseram em funcionamento um mecanismo adicional de concentração da renda; como o poder de compra realmente em expansão era o dos grupos de altas rendas, o desenvolvimento tendeu a assumir a forma de introdução de

novos produtos e diversificação do consumo; a concentração da renda, ao entorpecer o processo de difusão em benefício do de diversificação, tende a repercutir negativamente na taxa de crescimento” (Furtado, 1972, p. 30).

Tendo concluído a realização de um “pacote” de investimentos complementares principalmente em bens de consumo durável e de produção – que havia utilizado as reservas de mercado preexistentes, proporcionando uma expansão da renda e uma diversificação do consumo, a economia necessitaria de um conjunto de projetos para novos investimentos que pudesse ser introduzido em uma seqüência temporal adequada – isto é, depois de amadurecidos os investimentos do “Plano de Metas” de Juscelino Kubitschek (Tavares, 1972; Lafer, 1969).

Tal fenômeno, entretanto, não ocorreu devido, também, à estrutura da poupança particular que estava limitada pela evolução da relação excedente – salários e pelo investimento público que dependia da relação despesas – carga fiscal, além dos problemas existentes na própria definição dos projetos de investimento (Tavares, 1972).

Desta forma, parecia que as possibilidades de crescimento no sistema estavam limitadas pela falta de recursos para financiar os novos investimentos e pela falta de demanda para torná-los rentáveis, ainda que houvesse um potencial produtivo não aproveitado plenamente. Nessas circunstâncias, a solução consistia em modificar a composição da demanda – redistribuindo “para cima”, em favor das camadas médias e altas, a renda pessoal e seus futuros aumentos – e aumentando a relação excedente – salários mediante um “arrocho salarial” (Tavares, 1972).

O problema do financiamento, entretanto, não se esgotava nos aspectos relacionados com a massa de recursos a mobilizar, mas dependia, também, da forma de mobilização. O mecanismo de financiamento ao longo do processo de industrialização por substituição de importações estava baseado em um esquema inflacionário que cumpriu um papel muito importante como “acelerador” da crise e que não mais poderia ser utilizado devido à sua desfuncionalidade (Tavares, 1972).

A política econômica adotada a partir de 1964 serviu, num primeiro momento, para acentuar a depressão, mas preparou o caminho para uma nova etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Tal política consistiu na quase eliminação dos mecanismos habituais de financiamento que eram comuns na década de 1950 e que estavam relacionados com a política cambial, de crédito, de salários e de déficit público. A carga fiscal foi drasticamente aumentada, diminuíram-se as despesas públicas e o crédito foi violentamente restringido (Tavares, 1972).

Paralelamente instituiu-se uma drástica política de compressão salarial, cujos efeitos sobre a economia foram ambivalentes: por um lado, serviu para aliviar o custo da produção mas, por outro, reduziu a demanda (Tavares, 1972).

Mas, de maneira geral, essas medidas podem ser consideradas “funcionais” do ponto de vista do enfrentamento da crise e da mudança para uma nova etapa do desenvolvimento capitalista. Foram liquidadas muitas empresas marginais, de menor solidez financeira ou capacidade de endividamento, abrindo-se caminho para uma reconcentração da atividade industrial e comercial. Em decorrência disso, eliminou-se parte da capacidade produtiva que “sobrava” no sistema, com óbvios efeitos positivos sobre a eficiência produtiva. A política de compressão salarial modificou substancialmente a distribuição funcional da renda em favor dos lucros das empresas (em geral, estrangeiras) que tinham melhores condições para sobreviver, permitindo,

junto com algumas medidas de emergência para atender problemas financeiros (de capital de giro), a recuperação e expansão futuras (Tavares, 1972).

Finalmente, duas formas institucionais – a tributária e a de mercado de capitais – prepararam o terreno para um novo esquema de financiamento do setor público e particular.

Já em 1966 o governo aumentava a sua taxa de investimento, conseguia atrair capital estrangeiro de curto prazo para alimentar a recuperação das indústrias de ponta, estimulava o desenvolvimento de uma série de empresas financeiras e preparava os novos projetos de solidariedade entre o capital estrangeiro de longo prazo e o Estado (nos setores de minérios, petroquímica, construção naval, transporte e energia) (Tavares, 1972).

Por sua vez, as funções desempenhadas pela cidade de São Paulo fazem parte e dependem desse processo de expansão que promove, em última análise, o seu crescimento. Não há, pois, razão para se buscar na urbanização paulistana possíveis causas da marginalidade social. Na realidade, o processo de urbanização e a formação da classe trabalhadora na cidade são resultados das transformações econômicas ocorridas no Brasil e dos mecanismos de acumulação utilizados por essa economia.

BIBLIOGRAFIA

1881 Os deputados republicanos na Assembléia Provincial de São Paulo, São Paulo, Leroy King Bookwalter.

1942 SANTOS, José Maria dos, Os republicanos paulistas e a Abolição, São Paulo, Livraria Martins.

1954 LEWIS, W. Arthur, “Economic Development with Unlimited Supplies of Labour”, The Manchester School, maio; reproduzido em A. N. Agarvala e S. P. Singh (ed), The Economics of Underdevelopment, New York, Oxford University Press, 1963.

1961 STEIN, J. Stanley, Orandeza e decadência do caté, São Paulo, Editora Brasiliense.

1963 BAZZANELLA, W., “Industrialização e urbanização no Brasil”, América Latina, ano VI, n. I, p. 3-27.

1966 GOUVEIA, Aparecida Joly, Escala de prestígio das ocupações, São Paulo, mimeografado.

1966 TAVARES, Maria da Conceição, “Substituição de importações e desenvolvimento econômico na América Latina”, Dados, 2º semestre, nº. 1, p. 115-140.

1966 VIOTTI DA COSTA, Emília, Da senzala à colônia, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

1967 BARRACLOUGH, Geoffrey, “The Dwarfing of Europe: The Significance of the Demographic Factor”, in An Introduction to Contemporary History, Baltimore, Penguin Books.

1968 DEBES, Celio, A caminho do Oeste: subsídios para a história da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e das Ferrovias de São Paulo, 1ª. parte, 1832-69, SP.

1968 GRAMAM, Richard, Britain and the Onset of Modernization in Brazil, New York, Cambridge University Press.

- 1969 CASTRO, Antonio Barros de, 7 ensaios sobre a economia brasileira, vol. 1, Rio de Janeiro, Forense.
- 1969 DEAN, Warren, The Industrialization of São Paulo: 1880-1945, Austin, The University of Texas Press.
- 1969 LAFER, Celso, The Planning Process and the Political System in Brazil: A study of Kubitschek's Target Plan -1956-1961, Ithaca, N. Y., Cornell University Latin American Studies Program Dissertation Series nº. 16.
- 1970 ARRIGMI, G., "Labour Supplies in Historical Perspective: A Study of the Proletarianization of the African Peasantry in Rhodesia", Journal of Development Studies, vol. 6, nº. 3, April, pp. 197-234.
- 1970 CARDOSO, Fernando H. e Enzo Faletto, Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- 1970 CARONE, Edgar, A República Velha: Instituições e Classes Sociais, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- 1970 MORSE, Richard M., Formação Histórica de São Paulo, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- 1971 GRAMAM, Douglas H. e Sergio Buarque de Hollanda Filho, Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record: 1872-1970, São Paulo, IPE/USP.
- 1971 LANGENBUCH, Juergen R., A estruturação da Grande São Paulo: estudo de Geografia Humana, Rio de Janeiro, Fundação IBGE.
- 1972 CARDOSO, F. H., "A cidade e a política", São Paulo, CEBRAP (mimeografado) .
- 1972 FURTADO, Celso, Análise do "modelo" brasileiro, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- 1972 BORBA DE MORAES, Rubens, "Prefácio" in Auguste de Saint-Hilaire, Viagem à Província de São Paulo, São Paulo, Livraria Martins Editora.
- 1972 HOGAN, Daniel J., Internal Migration, Access to Information and the Use of Urban Resources in São Paulo, Brazil: A Study of Population Adaptation in a Changing Economy, Ph. D. dissertation, Cornell University.
- 1972 LEFF, Nathaniel H., "Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro", Revista Brasileira de Economia, vol. 26, nº 1, janeiro-março, p. 3-21.
- 1972 SAINT-HILAIRE, Auguste, Viagem à Província de São Paulo, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1972.
- 1972 SINGER, Paul I., Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu Estudo, São Paulo, CEBRAP.
- 1972 TAVARES, Maria da Conceição, Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- 1972 YAP, Lorene, Internal Migration and Economic Development in Brazil, Ph. D. dissertation, Harvard University.

CAPITULO III

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO APÓS-GUERRA E A EXPANSÃO DA POBREZA

I. INTRODUÇÃO

Depois de ter procurado demonstrar, no capítulo anterior, que a urbanização paulistana dependeu do processo de industrialização que caracterizou o capitalismo desde a Revolução Industrial, pretendo demonstrar, neste capítulo, que há conexões estruturais entre o chamado "setor marginal" ou periférico e o "núcleo moderno" da sociedade paulistana. Em outras palavras, pretendo demonstrar que o aumento da pobreza na cidade de São Paulo resulta, em última análise, do próprio "estilo" do desenvolvimento capitalista ocorrido na sociedade brasileira, nos últimos 50 anos.

II. O CRESCIMENTO DA RENDA E SUA DISTRIBUIÇÃO

Para tanto, é necessário constatar, em primeiro lugar, que, pelo menos a partir da segunda metade do século XIX, a economia brasileira vem apresentando uma tendência ao crescimento de seu PNB. É lógico que nesse período houve flutuações importantes que exigiram rearranjos estruturais internos, alguns dos quais foram mencionados no capítulo anterior. Assim, como já foi dito, a partir de 1850 até aproximadamente 1930, a economia brasileira fundou-se na produção cafeeira que foi acompanhada de uma incipiente industrialização. Com a crise financeira mundial de 1929, a economia sofreu um importante rearranjo estrutural e iniciou o chamado processo de industrialização por substituição de importações que só veio entrar em colapso no fim da década de 50. Mas, apesar desses momentos de "crises" e devido a esses rearranjos estruturais, a taxa do PNB do Brasil apresenta uma tendência persistente a ser positiva e relativamente alta como se pode observar pela tabela 1.

Esta tabela indica que o Produto Real cresceu em média 5,4% no período 1947/1966 sendo que nos anos posteriores essa tendência acentuou-se chegando a alcançar cerca de 9,0% em 1970/71. Observe-se, entretanto, que entre 1961 e 1965 houve uma queda substancial da taxa de crescimento do Produto Real atribuída ao esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações (Tavares, 1972).

Esse crescimento econômico tem sido acompanhado por um processo persistente de concentração de renda que é tanto espacial como populacional. A concentração espacial da renda que gera desigualdades regionais não é fenômeno recente da economia brasileira. Assim, Leff (1972) examinando o fenômeno observa que no fim do século XVIII o Nordeste não parece ter sido uma região relativamente atrasada dentro do País.

"Entretanto, já na década de 1850, os níveis de produção per capita no Sudeste eram mais altos que no Nordeste. Um maior produto de valor marginal conjunto da mão-de-obra e capital no Sudeste é demonstrado pela capacidade dos plantadores da região de deslocar, por seu poder aquisitivo, uma grande percentagem da mão-de-obra

escrava (e o capital nela invertido) do Nordeste, apesar da existência de elevadíssimos custos de transporte inter-regionais" (p. 4-5).

TABELA 1

PRODUTO INTERNO E PRODUTO NACIONAL BRUTO (A PREÇOS DE 1953) - 1947/1966

Ano	P.I.B. a preços de 1953 (milhos de Cr\$)	P.N.B. a preços de 1953 (milhos de Cr\$)	Taxa de Crescimento do Produto Real (%)
1947	309,6	300,5	-
1948	338,9	326,1	9,5
1949	357,8	343,3	5,6
1950	375,8	377,9	5,0
1951	395,0	397,3	5,1
1952	417,3	415,8	5,6
1953	430,7	427,1	3,2
1954	463,9	470,7	7,7
1955	495,4	491,7	6,8
1956	504,8	500,0	1,9
1957	539,6	537,0	6,9
1958	575,2	572,0	6,6
1959	617,2	608,9	7,36
1960	658,6	645,4	5,4
1961	706,7	693,4	1,6
1962	744,8	727,1	3,1
1963	756,7	744,4	3,9
1964	780,2	770,5	4,4
1965	809,9	798,2	
1966	845,8	826,1	

FONTE: Diagnóstico do Programa Estratégico do Desenvolvimento -1968-1970 - 111-4, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral – IPEA, janeiro de 1969.

A partir do início do século XX tal fenômeno se acentua. Assim, analisando-se os dados sobre a distribuição percentual do valor da Produção Industrial Brasileira, entre 1907 e 1965, é fácil verificar a crescente concentração espacial do parque industrial brasileiro, na área do Estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que diminui paulatinamente o peso e a importância do ex-Distrito Federal (Guanabara) na economia nacional. A inversão dos papéis de liderança industrial entre São Paulo e o antigo Distrito Federal se deu na segunda década deste século. O progresso bandeirante acelera-se nas décadas seguintes', até a concentração atingir, em nossos dias, 57,6% do total da produção industrial do País. No mesmo período, todos os outros Estados da Federação diminuíram sua participação no produto industrial, como se pode observar na tabela 2.

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA: 1907 - 1965

	1907	1920	1938	1958	1965
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
São Paulo	16,15	31,5	43,5	55,0	57,6
Guanabara	33,1	20,8	14,2	11,4	9,3
Outros	50,4	47,7	42,3	33,6	33,1

FONTE: H. Rattner, 1972, p. 46.

O dinamismo de São Paulo é atribuído a diversos fatores tais como:

a) a existência de capitais à procura de investimentos lucrativos e que tiveram a sua origem nas receitas provenientes' da exportação do café;

b) a presença de mão-de-obra não qualificada, "livre" para locomover-se aonde for preciso, em consequência da libertação dos escravos;

c) o afluxo intenso de imigrantes europeus, fornecendo o quadro de técnicas e operários qualificados para os estabelecimentos industriais nascentes e que trouxeram consigo "know how" e disposição de trabalhar até então desconhecidos na sociedade brasileira, submersa em preconceitos em relação ao trabalho manual. A concentração desses imigrantes europeus, com nível de vida e aspirações mais elevadas do que a população rural nativa, concorreu para a criação de um mercado consumidor dos produtos industriais;

d) a localização geográfica da área ao redor da capital paulista, com condições climáticas favoráveis e com um centro de comunicações ferroviárias que vinham substituir, paulatina- mente, os antigos caminhos e estradas de penetração;

e) o fornecimento de energia elétrica abundante, a partir do início deste século, a preços relativamente baixos;

t) finalmente, as duas guerras mundiais e a crise do café, em 1929, que tiveram o efeito de impulsionar e consolidar a tendência para a expansão e fortalecimento de um parque industrial revolucionando não somente as formas de atividade econômicas, mas também as próprias relações sociais de produção e dando origem à formação e crescimento de novos estratos e camadas sociais, estreitamente ligados ao processo de urbanização e industrialização (Rattner, 1972, pp. 31-33, Langenbuch, 1971).

Esses fatores promoveram não só a industrialização e a urbanização de São Paulo, mas também acrescente concentração de atividades produtivas nessa mesma região, acentuada a partir da década dos 50.

Essa concentração industrial, entretanto, não se distribui de maneira homogênea pelo Estado. Ela é mais intensa na região metropolitana da Grande São Paulo onde o Município da capital desempenha papel de destaque. Assim, em 1967, o Município de São Paulo e o de Osasco possuíam 80% da mão-de-obra industrial empregada no Estado (Mahon, 1970, p. 18).

Apesar, entretanto, da crescente concentração de renda no Estado de São Paulo, o crescimento econômico não foi capaz de reduzir a pobreza nessa região.

De acordo com a Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo, 30% da população do Estado possui hoje uma renda mensal familiar "per capita" de apenas Cr\$ 33,00, em famílias compostas, em média, por 5, 4 pessoas (Promoção Humana, s/d). Na região metropolitana, excluindo-se o Município da Capital, existem 668.868 pessoas ou 32% da população com essa renda mensal familiar "per capita" (Promoção Humana, s/d).

Esse fenômeno é, entretanto, ainda mais claro para o resto do Brasil. Assim, a tabela 3 fornece uma possível distribuição da renda pela população brasileira.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PELA POPULAÇÃO BRASILEIRA, 1967

% da população	População (1.000 hab.)	Renda per capita(dólares)	Renda Total (1.000 dólares)	% da Renda Total
50%	45.000	130	5.850	19
40%	36.000	350	12.600	40
9%	8.100	880	7.128	22
1%	900	6.500	5.850	19

FONTE: Celso Furtado, 1968, p. 38.

Esta tabela sugere que 50% da população possui uma renda per capita próxima de um nível de subsistência. Sugere, também, que a renda total de 50% da população é igual à renda total de 1% dessa mesma população. Tais dados são indicativos de forte tendência à concentração de renda, na sociedade brasileira.

Entretanto, pode-se argumentar que os dados fornecidos por esta tabela são nulos, pois ela foi construída como uma hipótese de trabalho a partir de informações secundárias fornecidas pela CEPAL.

Dessa forma, a tabela 3 é apresentada aqui apenas como uma possível situação da sociedade brasileira, em 1967, e requer outras informações para ser confirmada ou não. A tabela 4 contém informações sobre o crescimento da população total e o crescimento da população inativa para os anos de 1940, 1950 e 1960.

Verifica-se, através destas informações, que a porcentagem de população inativa cresceu de, aproximadamente, 4% nos vinte anos intercensitários. Considerando-se que houve um aumento na renda real durante esse mesmo período, pode-se deduzir que o crescimento econômico brasileiro vem ocorrendo com uma concentração de renda.

Entretanto, ainda aqui se poderia argumentar que os dados apresentados na tabela anterior são demasiadamente grosseiros. Poder-se-ia argüir que a porcentagem de pessoas inativas de 10 anos e mais cresce porque o setor educacional se desenvolve, melhoram e se ampliam os serviços de assistência pública, etc., e que esses mecanismos atrasam a entrada desse segmento da população no mercado de trabalho, aumentando, assim, o número de inativos. Impõe-se, por este motivo, um reforço destes dados. A tabela 5 diminui ainda mais essas dúvidas. Ela fornece outro tipo de indicador sobre o processo de concentração de renda. Mostra como o peso relativo dos salários sobre o valor crescente da produção da indústria de transformação vem se comportando.

Essas informações indicam que o peso relativo dos salários – tanto sobre o valor da produção como sobre o valor da transformação industrial – vem diminuindo

paulatinamente e indica uma concentração de renda nesse setor mais dinâmico da economia.

TABELA 4

RAMO DE ATIVIDADE, NOS CENSOS DE 1940, 1950 E 1960

Ramo de Atividade	Pessoas presentes de 10 anos e mais					
	Números Absolutos			% sobre o Total		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Agricultura, pecuária e silvicultura	9.453.512	9.886.934	11.697.798	32,56	27,04	23,99
Indústrias extrativas	390.560	482.972	573.443	1,34	1,32	1,18
Indústrias de transformação	1.137.356	1.608.309	2.069.962	3,92	4,40	4,25
Indústrias de construção	262.700	584.644	785.014	0,90	1,60	16,1
Comércio de mercadorias	749.143	985.509	1.520.046	2,58	2,62	3,12
Transportes, comunicações e armazenagem	500.184	697.089	1.088.798	1,72	1,91	2,23
Prestação de serviços	1.437.320	1.672.802	2.732.148	4,95	4,58	5,6
Outras atividades	827.823	1.226.103	2.184.054	2,85	3,35	4,48
Condições Inativas	14.279.251	19.440.628	26.110.204	49,18	53,18	53,54
TOTAIS	29.037.849	36.557.990	48.761.467	100,00	100,00	100,00

FONTE: I.B.G.E.: Censo Demográfico: Resultados Preliminares, Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Recenseamento, série especial, 1965, vol. II.

Informações adicionais apresentadas em estudo sobre padrão de vida da classe trabalhadora da cidade de São Paulo confirmam tais observações. Este estudo, que compara dados de 1958 e 1969, revela que, nesse período, ocorreu uma perda sensível do poder aquisitivo da família trabalhadora e do salário do seu chefe.

"A redução do salário real do chefe alcançou 39,2% no decorrer de 11 anos, enquanto a redução da renda real da família foi da ordem de 9,4%. Isto significa que, para compensar aquela considerável perda do tempo aquisitivo do salário, a família do trabalhador foi compelida a colocar mais gente a trabalhar para o seu sustento, o que foi apenas em parte conseguido" (DIEESE, 1970, p. 4).

Trabalho realizado por Duarte (1971) obteve os seguintes resultados para a distribuição da renda no Brasil em 1960 e 1970 (Tabela 6).

TABELA 5

BRASIL: INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

PESO RELATIVO DOS SALÁRIOS SOBRE O VALOR DA PRODUÇÃO

Anos	Salários	Salários
	Valor de produção em %	Valor da transformação industrial em %
1955	14,4	32,9
1956	14,2	31,8
1957	14,5	32,4
1958	13,3	29,8
1962	12,7	28,0
1963	12,5	25,8
1964	12,4	25,3
1965	11,9	24,4

FONTE: Cano, Wilson, 1968.

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL DE 1960 E 1970 – PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO NOS ESTRATOS DE RENDA E RESPECTIVAS RENDAS MÉDIAS NOMINAIS E DEFLACIONADAS

Porcentagem da população	1960			1970			R1/R2
	Estratos de renda	Renda média (Cr\$)	Renda média deflacionada* (r1)	Estratos de renda	Renda média (Cr\$)	Renda média deflacionada* (r2)	
50	De 0 a 4.033	2.111	3,62	De 0 a 151	75	3,64	1,01
10	De 4.034 a 4.890	4.469	7,67	De 152 a 190	171	8,30	1,08
10	De 4.891 a 5.957	5.388	9,25	De 191 a 221	197	9,56	1,03
10	De 5.958 a 7.713	6.749	11,58	De 222 a 316	263	12,76	1,10
10	De 7.714 a 11.558	9.315	15,99	De 316 a 533	405	19,65	1,23
10	De 11.558 a 00	23.194	39,80	De 533 a 00	1.322	64,14	1,61
5% superiores	De 16.795 a 00	32.641	56,02	De 846 a 00	1.982	96,16	1,72

Fonte: Duarte, 1971, p. 42.

* Conforme Deflator Implícito, com base em 1949. Se utilizássemos outro deflator, os resultados seriam ligeiramente diferentes: O Deflator Implícito era em 1970, 35,4 vezes maior que em 1960, enquanto que para o Índice Geral de Preços (“Índice 2” da Conjuntura Econômica) e para o índice de Custo de Vida (da Guanabara) aquela relação era, respectivamente, 34,6 e 36,9 (Conjuntura Econômica, vol. 25, nº 9).

Duarte (1971), analisando esses resultados e baseando-se em Tavares (1969), sugere que se pode identificar, a grosso modo, quatro grupos ao longo do perfil de distribuição da renda e afirma:

“De 1960 a 1970 reforçaram-se as características principais do padrão de distribuição da renda, no Brasil. A concentração na cúpula da distribuição intensificou-se. Os 5% detentores das rendas mais altas tiveram aumentada sua participação percentual na renda total, o que correspondeu a uma diminuição da participação de quase todo o restante da população na renda gerada no sistema. O

perfil da distribuição que se delineia no momento é o que se segue: 50% da população recebem 13,7% da renda total, os 30% seguintes recebem 23,1% da renda; os 15% sob a cúpula retêm 27% da renda e os 5% de rendimentos mais altos apropriam-se de 36% do total da renda" (Duarte, 1971, p. 54-55).

Ainda, de acordo com esse autor, os 50% da população que recebem 13,7% da renda total têm uma renda média de 75 Cruzeiros (de 1970) e, portanto, podemos considerá-los à margem dos mercados consumidores organizados. Engloba, provavelmente, grande parte da população rural não proprietária (trabalhando a baixos níveis de produtividade), considerável parcela da população do Nordeste, tanto rural como urbana, parte dos trabalhadores independentes do setor terciário, e dos trabalhadores da indústria (ou subempregados).

O grupo seguinte corresponde aos 30% da população localizados logo acima da mediana da distribuição, tem uma renda média de 210 cruzeiros, cerca de 3 vezes a do grupo anterior e correspondente a 80% da renda média da distribuição. Comporiam este grupo grande parte dos assalariados em tempo integral da indústria e dos serviços e uma minoria de assalariados rurais ligados a propriedades modernas. Constituem mercado para produtos de primeira necessidade como alimentos, roupas e calçados. Apenas alguns dos produtos industriais modernos são acessíveis aos integrantes desse grupo.

O terceiro grupo constituir-se-ia de operários especializados, quadros médios da burocracia, pequenos comerciantes e parte do pessoal administrativo dos setores secundários e terciários. Seu nível médio de rendimento é de 491 cruzeiros, apenas 2,4 vezes o do grupo anterior. Corresponde aos 15% da população remunerada colocados logo abaixo da cúpula e recebendo aproximadamente 27% da renda total.

Finalmente, a cúpula da distribuição da renda constitui-se de 5% das pessoas remuneradas, que detêm 36% da renda total e cuja renda média é de 1.982 cruzeiros, ou seja, 26,4 vezes a renda média da metade da população situada no outro extremo da distribuição.

"Constituem, esses 5% da população, a base estável do mercado de bens duráveis de consumo, uma base restrita cujas necessidades moldaram e ainda moldam muitas das características do processo de industrialização do Brasil" (Duarte, 1971, p. 41 e 43).

Finalmente, resultados semelhantes foram obtidos por Fishlow (1972).

Uma das principais causas do aumento no grau de concentração da renda no Brasil no decênio 1960-70 é a chamada "compressão salarial". Assim, de acordo com Hoffmann

"Sabe-se que o salário mínimo real diminuiu durante o período mencionado. Um índice do valor do salário mínimo real médio na cidade de São Paulo, tendo por base o triênio 1959-61 = 100, caiu para 82 no triênio 1962-64 e para 75 e 71 nos triênios 1965-67 e 1968-70, respectivamente.

Dados divulgados pelo IPEA mostram que o salário real médio dos empregados na indústria subiu no período 1956-63 e diminuiu nos três anos seguintes. Dados mais recentes mostram que esse salário real médio caiu de um nível 100 em 1963 para 85 em 1967, mantendo-se no nível 90 em 1968 e 1969 (Hoffmann, 1972, p. 6).

Alguns autores têm sugerido que essa tendência secular à concentração de renda deverá ser revertida na medida em que o Brasil se tornar um país desenvolvido.

É extremamente difícil demonstrar que tal proposição não é verdadeira. Entretanto, o exemplo dos Estados Unidos da América do Norte pode ser revelador.

Estudo realizado por Ackerman e outros (1971) revela que nos Estados Unidos, durante o período do pós-guerra, 20% de todas as famílias vêm consistentemente recebendo menos do que 6% da renda pessoal total enquanto que os 20% mais ricos vêm recebendo mais do que 40%.

Esses autores obtiveram os seguintes resultados para a distribuição da renda familiar antes do imposto, no período 1947- 1969.

TABELA 7

ESTADOS UNIDOS: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA RENDA FAMILIAR, ANTES DO IMPOSTO: 1947-1969.

20% mais pobres	1969	1968	1964	1960	1956	1950	1947
	5,6	5,7	5,2	4,9	5,0	4,5	5,0
Segundo 20%	12,3	12,4	12,0	12,0	12,4	12,0	11,8
Terceiro 20%	17,6	17,7	17,7	17,6	17,8	17,4	17,0
Quarto 20%	23,4	23,4	24,0	23,6	23,7	23,5	23,0
20% mais ricos	41,0	41,0	41,1	42,0	41,2	42,6	43,0
5% mais ricos	14,7	14,7	15,7	16,8	16,3	17,0	17,2

FONTE: Ackerman, Frank et al. 1971.

Esta tabela sugere que, no período considerado, as flutuações nos padrões de distribuição de renda nos Estados Unidos foram irrisórias.

A hipótese de que o crescimento econômico diminui as desigualdades não encontra, portanto, apoio empírico, no caso da sociedade mais desenvolvida do mundo contemporâneo.

Tudo indica, ao contrário, que a concentração de renda (junto com o crescimento econômico) constituiu um fenômeno comum e permanente do sistema capitalista. Em outras palavras, crescimento econômico e concentração de renda constituem sintomas de um sistema capitalista onde a concentração dos fatores de produção na mão de uma classe gera relações que se fundam na espoliação do trabalho produzindo, assim, a existência de ricos e pobres (Wachtel, 1971).

III .OS EFEITOS DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA NA ESTRUTURA AGRARIA

Essa concentração que transformou São Paulo no mais importante centro industrial do Brasil promoveu, por um lado, a descapitalização relativa de certas regiões brasileiras (o Nordeste, Minas Gerais, e, mais recentemente, o Rio Grande do Sul) e, por outro lado, criou condições para a cidade se transformar em pólo nacional de atração populacional. A tabela 8 constitui uma demonstração dessa segunda tendência.

Nessa tabela pode-se observar que a capacidade de atração gerada pela concentração espacial da renda é responsável pela redução paulatina da proporção de migrantes do interior do Estado em favor das regiões mais pobres do país como Pernambuco, Bahia, Alagoas e Minas Gerais.

A concentração populacional da renda, por sua vez, é também responsável não só pela crescente capacidade de atração da cidade como pelas mudanças das

características sociais dos migrantes para São Paulo (Berlinck e Cohen, 1970). A tabela 9 demonstra claramente essa tendência.

Enquanto a proporção de migrantes que nasceram em cidades grandes (de mais de 100.000 habitantes) permanece relativamente estacionária no tempo, a proporção de migrantes nascidos em áreas rurais aumenta. Em outras palavras, nos últimos trinta anos, a cidade de São Paulo vem recebendo, em proporções crescentes, migrantes oriundos de áreas rurais. De acordo com o Departamento de Imigração da Secretaria de Promoção Social

“cerca de 200 mil (estimativa) migrantes adentram anualmente no território de São Paulo, sendo que 30% a 40% são assistidos pelo Departamento de Migrantes.

Egressos da lavoura, mais destacadamente da pecuária, das regiões mais diferentes do país, com “ethos” próprios da existência culturalmente distinta da evolução litorânea, e que podem satisfazer tão somente a procura de mão-de-obra não-qualificada” (Secretaria da Promoção Social, 1969, p. 31).

TABELA 8

CORRENTE MIGRATÓRIAS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO NO TEMPO

Ano de Chegada Estado de Nascimento	1900-29	1930-34	1935-39	1940-44	1945-49	1950-54	1955-59	1960-64	1965-70
SP	77,8%	76,3%	69,4%	71,7%	54,1%	37,6%	30,8%	21,6%	22,1%
ES / RJ	4,4	5,3	2,0	0,0	6,8	1,1	2,6	7,2	5,5
SUL	2,2	2,6	2,0	3,3	5,4	2,2	6,4	6,4	5,5
MG	8,9	7,9	8,2	13,3	13,5	14,0	15,4	10,4	20,2
PE	2,2	2,6	2,0	1,7	2,7	7,5	7,7	11,2	12,3
AL	0,0	0,0	4,1	1,7	5,4	9,7	5,1	11,2	8,0
BA	2,2	2,6	10,2	3,3	8,1	18,3	17,9	16,8	17,2
Outros	2,2	2,6	2,0	5,0	4,1	9,7	14,1	15,2	9,2
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
(n)	(45)	(38)	(49)	(60)	(74)	(93)	(78)	(125)	(163)

Fonte: Daniel J. Hogan, 1972

Cerca de 70% desses migrantes dirigem-se para a Capital do Estado e a maioria absoluta é pobre (Chardon, 1966). Os motivos da migração podem ser encontrados na precariedade da vida rural brasileira e na atração exercida pelas cidades grandes (Wilkening, 1968; Feder, 1971). Segundo Jordão Netto, três fatores principais do meio rural explicariam esses deslocamentos humanos: a) o regime de ocupação da terra vigente no país; b) a ocorrência de perturbações mais ou menos intermitentes, por causas naturais, das atividades econômicas e das condições de vida em certas regiões e c) o alto índice de crescimento vegetativo da população brasileira.

Esses fatores, somados a outros menos expressivos, forçam os moradores da zona rural (principalmente os não-proprietários) a abandonarem o campo em demanda da cidade, onde esperam encontrar melhores condições de vida. Os autores que têm tratado mais recentemente do assunto afirmam que o regime de posse da terra é, talvez, causa fundamental das migrações, assinalando que os diversos levantamentos realizados no Brasil têm mostrado que a terra é mal distribuída, concentrando-se nas mãos de minorias, que exploram a grande massa dos não- proprietários.

TABELA 9**CORTES DE MIGRANTES POR CARACTERÍSTICAS SOCIAIS**

Tempo	1900-29	1930-34	1935-39	1940-44	1945-49	1950-54	1955-59	1960-64	1965-70
A. População do lugar de nascimento									
Menos de 10.00	6,4	5,2	6,0	8,6	7,2	6,8	6,8	7,8	10,3
10.000 a 99.999	78,7	73,7	80,0	69,0	70,9	73,9	74,3	67,5	71,9
Mais de 100.000	14,9	21,0	14,0	22,4	21,7	21,7	19,1	24,8	17,9
B. Porcentagem dos nascidos em áreas rurais									
	11,1	15,8	34,0	25,0	39,5	37,2	48,7	47,2	56,1
C. Educação ⁵									
Não frequentou escola	4,4	10,5	12,0	10,0	21,1	24,5	24,7	34,4	38,4
Primário completo	73,0	76,4	64,0	66,7	59,2	57,4	53,3	42,4	34,1
Algum secundário	51,0	63,2	36,0	43,4	38,1	31,9	29,9	26,4	23,1
Univers. Completo	11,1	18,4	12,0	13,3	10,5	6,4	10,4	9,6	7,3
Porc. dos Analfabetos.	-	7,9	12,0	10,0	17,3	23,4	23,1	33,6	38,4
D. Nível médio do último emprego antes de migrar ⁶									
	4,4	6,3	5,8	6,0	6,0	5,8	5,8	5,9	5,9
E. Porcentagem dos migrantes diretos									
	91,1	73,7	67,3	70,0	60,0	62,0	47,4	37,1	38,9
F. Porcentagem daqueles cujo último emprego antes de migrar era agrícola									
	14,3	27,3	33,3	48,3	48,0	38,0	45,2	37,9	45,7

Fonte: Daniel J. Hogan, 1972.

As baixas condições de vida geradas pela exploração dos proprietários e as dificuldades de acesso à terra provocam o desânimo e a desesperança dos trabalhadores rurais, levando-os a deixar o campo. Soma-se à má distribuição o mau uso da terra, o que gera uma baixa produtividade com reflexos imediatos no setor social.

Relativamente aos deslocamentos motivados por causas naturais, a tendência dos especialistas é negar que tenham tais causas (estiagem, principalmente) a importância que se lhes atribuía há algum tempo atrás. Colocando tais motivos como secundários, os autores argumentam que são as estruturas patrimonialistas de certas regiões do país e não as secas que levam os camponeses a emigrar.

⁵ As colunas "educação" não somam 100% porque são cumulativas.

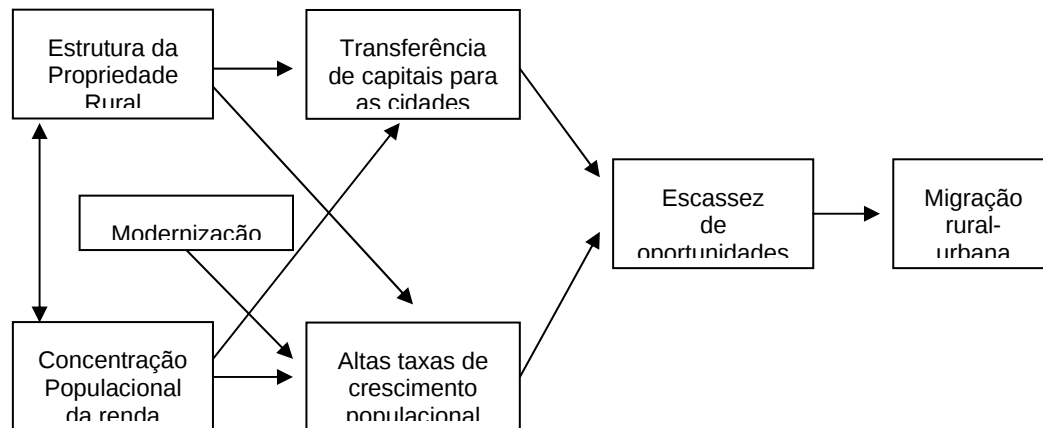
⁶ As médias ocupacionais apresentadas nesta e em outras Tabelas deste trabalho foram elaboradas a partir da escala de prestígio das ocupações construídas por Hutchinson (1960) e modificada por Gouveia (1965). Os seguintes valores foram atribuídos às seguintes categorias ocupacionais: 1. Altos cargos políticos e administrativos, proprietários de grandes empresas e assemblados; 2. Profissões liberais, cargos de gerência ou direção, proprietários de pequenas empresas de tamanho médio; 3. Posições mais baixas de supervisão ou inspeção de ocupações não-manuais, proprietários de pequenas empresas comerciais, industriais, agropecuárias, etc.; 4. Ocupações não-manuais de rotina e assembladas; 5. Supervisão de trabalho manual e ocupações assembladas; 6. Ocupações manuais especializadas e assembladas; 7. Ocupações manuais não-especializadas.

Finalmente, as estatísticas têm revelado que há uma tendência de crescimento vegetativo cada vez maior da população brasileira, o que tem aumentado cada vez mais a pressão demográfica em certas regiões.

“Como tais regiões coincidem ser justamente as mais subdesenvolvidas, a população transborda para outras regiões à cata de melhores recursos” (Jordão Netto, 1968, p. 48-49).

Estudo realizado por Santa Helena Bosco junto a 205 migrantes oriundos do leste e nordeste do país revelou que o motivo financeiro é a razão que os leva a procurar outras regiões mais favoráveis à sobrevivência (Bosco, 1969). O nosso levantamento por amostragem revela que os principais motivos que fazem as pessoas abandonarem seus locais de origem são, por ordem decrescente de importância, os seguintes: 1) porque ganhavam pouco; 2) porque desejavam um trabalho melhor; 3) para procurarem melhores oportunidades; 4) porque membros de suas famílias haviam se mudado; e 5) para estudarem.

A combinação dessas situações estruturais cria uma escassez de recursos no meio rural e provoca a migração para as cidades. Tais relações causais poderiam ser representadas da seguinte forma:



IV. A CONCENTRAÇÃO DE RENDA E A QUALIDADE DAS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS

Essas mesmas causas provocam, por outro lado, uma piora sistemática da “qualidade das características sociais” dessa população de migrantes para a cidade de São Paulo aumentando a frequência de analfabetos com o correr dos anos, em detrimento dos migrantes com alguma educação. É lógico que os migrantes mais bem educados são os primeiros a abandonar o seu local de origem quando a situação econômica se deteriora (e nesse sentido, ocorre, também, uma transferência indireta de capital). Mas o persistente empobrecimento do meio rural afeta o nível educacional dos que aí vivem de forma a gerar altos índices de analfabetismo tanto no meio rural como no urbano.

Os trechos que seguem e que foram obtidos nas entrevistas antropológicas ilustram situações comuns entre migrantes das classes mais baixas.

José Jerônimo nasceu em Campos Sales, Ceará. Antes de 14 anos não trabalhou: só "pastorava o arroz", isto é, ficava perto do arroz para espantar os passarinhos. Mas brincava na rua com os colegas. Com 14 anos, “passou para a pesada”. Trabalhava no

sítio do pai que administrava e dava serviço para os filhos e outros parentes que vinham trabalhar no sítio. Com 20 anos, foi trabalhar na usina de algodão do ex-prefeito de Campos Sales. Lá, ninguém ganhava bem e José Jerônimo não foi registrado. Quando saiu, não recebeu indenização. O usineiro não pagava férias. Só na época de Natal ele dava alguma coisa: uma calça, por exemplo. Em 1954, José Jerônimo casou-se e foi morar na casa de um parente da mulher a quem pagava aluguel. Percebeu que a situação piorava com o nascimento dos filhos e resolveu vir para São Paulo.

Dídimo Barcelos nasceu na Vila de Córrego de Água, município de Ara Cruz, Espírito Santo. Com 12 anos começou a trabalhar na roça plantando arroz, feijão, milho, no sítio de 4 alqueires que era de seu pai. Em 1951, a família de Dídimo mudou-se para São Gabriel da Palha (Espírito Santo) e o sítio ficou abandonado porque não dava quase nada. Em São Gabriel foram diretamente para a roça onde arrendaram terras. Formaram café num sítio de um alqueire e meio e plantavam cereais entre os pés de café. Depois de 3 anos, começaram a dar um terço da colheita dos cereais ao dono da terra e depois de 4 anos davam a metade da colheita de café ao dono. Em 1962, Dídimo casou-se e alugou uma casinha na cidade indo trabalhar de ajudante de maquinista numa indústria de madeira. A fábrica estava começando e ele ajudou a fazer a fundação. Foi o primeiro operário e ficou 3 meses sem ser registrado e 8 meses registrado quando foi mandado embora porque os donos não deixavam o operário ficar mais de um ano. Dídimo não quis mais voltar a trabalhar na roça e veio diretamente para São Paulo.

Sebastião Leandro nasceu em Iganopeba, perto de Boa Vista (Pernambuco), e aí morou até 14 anos. O pai plantava algodão e trabalhava por dia, cortando cana. Tocava, também, uma pequena lavoura para consumo próprio. Sebastião trabalhava com o pai desde criança. Aos domingos, ia apanhar capim para os animais e, depois, ficava em casa. Com 14 anos, veio com a família para São Paulo. Deixaram o Nordeste porque lá não dava para sustentar 6 filhos.

Benedito Laurindo nasceu em Bebedouro (Alagoas). Em setembro de 1959, o pai da esposa deu a idéia de deixar Alagoas para ir a São Paulo e vieram todos juntos: a família do entrevistado e a família da esposa. Vieram de trem e um pouco de canoa tendo levado 22 dias até São Paulo. Ao chegar, passaram dois dias na Capital e, depois, a migração mudou-os para Lucélia (SP). Não pagaram a viagem. Nada de comida na viagem! Só o arroz e o feijão que a imigração dava. Chegaram em Lucélia. Ficaram 5 dias na estação. Foi duro achar serviço. O pai da esposa também não achava serviço. Uma viúva deu serviço: uma camioneta chegou e levou-os para a fazenda dela. Deu casa. Tinha água só no rio. Benedito apanhava café. A viúva pagava por pé de café. Ganhava pouco. Ficaram 2 meses e passaram para a fazenda "Santa Maria" onde ficaram 2 anos. O dono, português, era bom: dava comida. Ele trabalhava no café. Saíram de lá porque estavam arrancando o cafezal e a fazenda ia ser dividida em quatro. Foram para a Fazenda Ipê e ficaram mais ou menos dois anos. Fazenda boa. Saíram de lá porque acabou o serviço e foram para a fazenda Califórnia (sempre em Lucélia). O dono havia morrido. Eles conheceram só o fiscal que foi padrinho de um dos filhos de Benedito. Ficaram menos de 6 meses porque Benedito trabalhava com veneno para matar formigas e o veneno "atacava". Lá não tinha café, mas só algodão, amendoim e milho. Recebiam carne e leite aos sábados e domingos. Foram para a fazenda Maripá que era de um espanhol que só plantava amendoim e algodão. Ficaram nove meses e saíram porque era ruim: não dava para comer, não tinham casa, viviam debaixo de um quixó que caiu uma vez. Não cabia nada dentro. Foram para a Fazenda Três Butecos onde havia só amendoim. Ficaram 1 mês e voltaram à Fazenda Maripá onde ficaram 3 meses. Depois, para a fazenda Rio Feio que era de gado. Benedito ia buscar lenha e

cuidava dos porcos. Ficaram pouco tempo. Foram, aí, para a fazenda Tipurim que era o sítio do Matias, onde ficaram 5 meses. A fazenda era só de café e tinha uma casa boa de seis cômodos e caixa d'água. O Matias tinha avisado que não podiam ficar mais de cinco meses mas dava leite, lenha e outras coisas. Tinha luz elétrica que eles não pagavam e ele dava muitas frutas. Choraram quando saíram do Tipurim. Foi o Matias que os levou e queria que voltassem logo, mas pouco depois faleceu. Aí foram para a fazenda do Shimota, o japonês. Fazenda grande. Ficaram 6 meses. Foi aí que o Ademir (filho de Benedito) morreu de vermes, com 1 ano e meio. Ademir vivia doente fazia tempo. Iam atrás de médico; ele dava receitas, mas eles não podiam comprar. Iam atrás de benzedoras, mas elas falavam que era "bichos" e ia piorando. O médico dizia que era grave, mas o fazendeiro engolia as receitas e não queria comprar. Um dia, Ademir amanheceu vermelho, parecia camarão. Comeu, pediu mais comida. Deitou, "os olhos pareciam correndo". A mãe mandou chamar o marido e colocaram uma vela na mão dele. Eles se matavam pelo café do patrão e ele não queria comprar remédios para o Ademir. Quando o menino morreu, vomitou bastante vermes vivos e mortos. Colocando a mão na barriga dele a gente podia sentir os vermes correr. Os vermes tomavam conta do corpo dele. O patrão veio ver o menino morto. A mãe falou com ele que era culpado, mas ele respondeu: "Não sabia que ia morrer". Nem o caixão ele quis pagar: foi a Prefeitura que deu. No fim, o patrão levou o caixão ao cemitério com o carro dele. Foi o Shimota que deixou morrer o filho deles e resolveram sair da fazenda para vir para São Paulo.

O pai de Isaura conta a sua própria vida. "Sou do estado do Ceará, cearense. Nasci em 1913, 15 de novembro, em Iguatu. Tenho 59 anos. Meu pai é sergipano e mãe alagoana. Trabalhavam na lavoura. Naquele tempo não se falava de salário. Foi Getúlio Vargas que abriu salário pra turma. Meu pai trabalhava de agregado. Plantava um pouquinho, tinha uns porcos, umas galinhas. De 4 carreiras, uma carreira era sua. Uns 5 salamim, por dia. Uma tarefa são 25 braças. Nós não medimo que nem os engenheiro. Meus pais beiraram o cativo, meus avós também. Nós já peguemo um Brasil libertado. Meu pai plantava mindim, mandioca. Tirava 3 partes e o patrão uma, cada lavoura. Seis meses era tudo seco. A lavoura até setembro termina. O inverno é janeiro-fevereiro quando chove. A seca vai de julho a outubro. Na seca meu pai ia pra cana, cortar, roçar, pescar. Comia muito mal. Andava nu. Governo nunca deu auxílio: só aumento deu auxílio. No meu alcanço o Getúlio acabô cos jagunço. O Getúlio ajudou na seca de 32. Eu trabalhei pra ele como fiscal de 18 barracão. Era um cômodo para 10 pessoas coberto com palha de palmeira. Um bule de leite e uma canequinha pequena, uma xícara de arroz e uma de açúcar pras casas com criancinhas. Pra turma grande a ração feita. Em 32 tinha 17 anos. Hoje a coisa tá bem organizada, naquele tempo era selvagem. Fui aprendê a assiná o nome já pai de 6 filho. Lá só 2 irmão trabalhô em fábrica, hoje tá tudo trabalhando. Hoje até servente é profissão organizada, naquele tempo nada que se fazia era profissão, tudo era assim...

Casei em maio de 33, dia 27. E vim pra cá em 49. Quando cheguei aqui mudei de assuntos. Eu era aclimatado lá. Lá depois que eu me entendi, logo que casei fui pra cidade. Trabalhei 6 anos de vaqueirista pra um mesmo patrão. Desleitava 120 vacas, tudo corria por meu cuidado. Muito bom patrão. Às 8 horas da manhã desleitava a vaca, dava 4 bule grande de leite. Ia na roça pegava um jumento e a pé levava o jumento com o leite. Deixava o leite com a patroa, era uma distância de 5 km; a patroa distribuía pra freguesia que vinha buscar. Aí ia buscar. água. Era 12 viagem para levar 12 carga d'água pra casa da patroa; picava lenha, almoçava. Ia 5 km pra dar água pros animal. Tocava gado pro rio Jaguaribe. Separava ração e carregava nas costa comida pra 170 vacas. Saía do curral às 6 e meia, pulava pro muro da Cleiton e ia trabalhar até com 20 k

de fardo de lã nas costas pra ganhar \$4,20 por noite, até 11 horas, meia-noite. Dormia muito pouco, deitava no canto do muro e parece que tinha um relógio na idéia. 3 horas eu acordava. Criei, meus fio todinho sem auxílio do governo e hoje tô rico em vista do que já passei pra trás.

Em 6 ano num tinha melhora de salário, nem nada. Aburreci. Leite fedia no meu nariz. Carregava as ração na cabeça, piolho de algodão. O patrão foi padrinho de 2 fio meu, naquele tempo foi um pai. Fiquei doente de maleita, malária, 6 meses. Achei ele muito homem, me sustentou. Cortava a maleita com um chazinho de pimenta do reino. O médico era um prefeito que depois foi deputado federal. Os candidato dava umas roupinha pra nós comparecer. Sempre ganhava 3,00 por dia em seis ano. Comia carne de cabrito e de vaca, farinha de milho, polenta macunzá.

Me fingi doente, num saí da rede pra ir desleitar as vaca, e sai do emprego. Mas o patrão sempre me procurava. Mas eu fui trabalhá de carreteiro, na chapeada. Paga 20,00 de imposto na prefeitura e põe uma chapa na testa e transportava carga na cabeça. Naquele tempo tudo era feito na cabeça de homem. Chegava a carregá 200 k. Ganhava 2,00, 3,00 até 8,00 por dia.

A patroa fez uma caixinha e eu sempre tirava 1 tostão e punha na caixinha.

Aí um dia meu compadre morreu e deixô uma carroça pra viúva. Ela queria 3 mil e 200 pela carroça. Fui falá com o antigo patrão, e ele perguntô quanto eu tinha. Eu abri a caixinha e tinha 655,00. Falei que tinha 650,00, deixei pra lá os 0,05. Ele interô e fui trabalhá com a carroça. Cheguei a montá 3 carroça. Ganhava até 100,00 por dia. O boato de São Paulo era grande. Juntei 30 mil cruzeiros na caixinha (1949). Já era pai de dez fio, tinha mãe, irmão com 2 fio, diária 22 pessoas fazia refeição em casa. Dei o balanço no cofre, deu 30.000,00. Vendi os móveis e foi a minha vez. Comigo é assim, decide e faz. O segredo é só meu e de minha vêia. Vim com 18 pessoas na minha companhia tudo pago por mim, bóia e passagem. Os menor veio em baixo do banco cobertos com pano. Quando os guarda passava agente tirava os panos que é pra eles respirar, e num afogá. Quando os guarda chegava a gente cobria cos panos. Assim paguemo menos passage. Viero 2 "espião" (peão), meu irmão cos fio e a minha família. Cheguei, fiquei 3 dias no hotel Queiroz em SP. Mas desacorsoei. Tinha medo de ficar aqui, analfabeto. Peguei imigração para Presidente Prudente e fui morre nos tubarões, plantá café pros fazendero no Paraná. Gastemo 16 dias pra vim do Ceará prá cá. No Paraná cheguei com 30.000,00: a muié guardava na cinta. Mas lá era um grilo danado. Os fazendeiro era os primeiro a ser grilo. Era um quebra milho, e os nordestino pensava que quebrá milho era o que eles fazia no Norte, quebrá o milho, mas no Paraná eles pegava os ingênuo e quebrá milho queria dizer tomá terra armado. Lá eu ganhava 30,00 por dia em comida, que comprava no armazém do patrão e ele que punha o preço. Paraná é terra do grilo. (A mulher repete). Banquei o jacu e num comprei umas terra de medo dos jagunço. E o preço era bom, 10,00. Se tinha saldo na fazenda ou me tomava ou me dava fim. Num podia nem dormi de tanto tiro.

Aí fui bancá o gato. Pegá 200 alq. e derrubá por minha conta, e plantava café. Comprava no armazém com o preço que eles quisesse. Se pagava o dinheiro que me devesse, tinha até recibo, me matava. Saí da fazenda corrido. Tinha 35 dias de serviço a recebê de adulto a 30,00 fora as crianças e devia 900,00 à fazenda, das compra no armazém. E me aburreci e resolvi ir embora. Foi porque o administradô disse que só podia ficar em casa uma muié pra fazer o almoço e levá no eito 9 horas. Eu tinha 18 pessoas no café. Um frio de tremê, o administradô era um paraguaio. Os fio sem roupa, no norte é calor. Tinha que ir tudo. As crianças num podia trabalhar com as mãos dura.

Eu falava pra muié: aqui nós vai sofrê que nem Jesus Cristo. Mas eles num deixava sair. Nós saiu duma terra tão quente pra vim matá os fiozinho de frio. Elas nem tinha casaco nenhum. Mas minha fia maió já tinha alguma leitura, não tinha muita, mas já tinha até o 1º ano ginásio. Fez no norte. Eu disse: "Fia minha não trabaia na roça nem minha muié que nunca trabaio. A fia pode trabaia na casa do patrão: engomá, lavá, passá. Mas na roça, serviço pesado não. Vocês vão fazê de mim o que quizé, mas eu vivo, a fia e a muié não vai de jeito nenhum".

Ai o patrão me mandô chamá à meia noite naquele frio. Eu pensei que era algum serviço e fui com 2, Pedro, um pretão e mais um baiano. Sai com a capa de foia de palmeira. Os campo coberto de neve. Cheguei lá, o patrão de terno com os capanga e 2 revolver, 38 e 48 no cinto. Ele perguntava: O que é? O que é?

Eu disse :

- Sou nalfabeto, language daqui num entendo, o sê só fala o que é, e eu num entendo nada. Manda alguém passá pra minha língua.

-"O sê tá aqui desde ontem e já qué mandá na fazenda" ele falô.

A, eu disse: -" Me dá minha conta e eu vô m'imbora". Aí engrossou.

Aí ele disse: -Eu tô dizendo, o sê tá querendo mandá em mim, tô dizendo.

Meus companheiro me dizia: -Fica quieto. Mas eu num tinha mais coração dentro de mim, tava trancado. Falei pra eles: Se eu morrê sês cuida da família.

Aí eu disse pro home: -Tou com 18 pessoa na lavoura, mas minha muié e minha fia não vai não. Sê me mata, mas com eu vivo não senhor.

Aí ele queria puxá briga pra me matá; os home dele tudo armado oiando.

-"Cearence, eu tô vendo que o senhor tem muita cara de home. Tou vendo que é home de briga".

Ficou muito tempo me provocando mas eu disse que num queria briga. Se eu brigasse eles me matava.

Passô uns dias nós fugiu da fazenda de noite, sem recebê nada. Escapemo.

Dali fui pra muitas fazenda. Bento M. Rocha. Centenário do Sul na Fazenda Rincão. (Mostrou o contrato e disse): Isso aqui é prova de sofrimento, tenho comigo pra mostra pra famia o que eu passei. Era 1,00 por cova de café, com 4 pé. Tinha 25.000 covas. O café do 4º ano era do formador, mas o café não deu por causa da geada. E tinha uma meada de 0,25 por cova que ele nunca pagou. Fiquei os 6 anos e não deu um tostão pra nada. Aí fui pra Jandaia do Sul, trabaia de agregado. Fui tocar café a meia. Em Jandaia, município de Marumbi, fiquei 1 ano e meio. Depois voltei para Pirauana, plantando café a %, a 40% .Depois Barbosa Ferraz.

Aí me aprumei, depois de trabaia 12 anos pra tubarão sem saldar nada. Aí a famia cresceu e fui caminhando. Vamos viver de emprego que é meiô. Vamos pra São Paulo. Viemo todo mundo".

Em resumo, a "qualidade" das características sociais do migrante rural-urbano, no Brasil, depende do desenvolvimento agrícola. Como observa Furtado (1972):

"O modelo clássico de desenvolvimento agrícola das economias capitalistas baseia-se na hipótese de que o crescimento da demanda de excedentes agrícolas e forte absorção de mão-de-obra rural pelas zonas urbanas a níveis mais altos de salários, são dois processos que ocorrem paralelamente. A elevação do custo da mão-de-obra e a redução relativa dos custos dos insumos agrícolas induzem O empresário agrícola à

capitalização, abrindo-lhe a vida do progresso técnico. Sob a dupla ação da demanda urbana de produtos agrícolas e de mão-de-obra rural, a agricultura se transforma, assumindo finalmente as características de uma atividade industrial. Se a oferta de mão-de-obra se mantém elástica nas zonas rurais, as condições para elevação do nível técnico só se apresentarão quando as terras agrícolas tenham sido totalmente ocupadas. Nesta hipótese, o progresso técnico tende a traduzir-se em aumento do rendimento da terra, o que não engendra necessariamente aumento dos salários agrícolas.

O caso brasileiro diverge duplamente desse modelo, pois as terras continuam a ser abundantes e a oferta de mão-de-obra permanece elástica no que respeita ao conjunto do setor agrícola. Em face dessa abundância de recursos, a extrema concentração da propriedade da terra permite à empresa agromercantil impor à população rural salários ínfimos; por outro lado, o baixo-custo da mão-de-obra transforma-se em barreira à penetração do progresso técnico, perpetuando-se uma agricultura de altos e crescentes custos sociais, responsável pela depredação dos recursos naturais do país. Como a estagnação do nível de vida da massa rural contribui para deprimir os salários urbanos e são estes que determinam a evolução da demanda de produtos agrícolas, tampouco por este lado surgem possibilidades de ruptura do impasse” (Furtado, 1972, p. 118-120).

De maneira geral, esse raciocínio é confirmado também pela proporção crescente de migrantes cujo último emprego antes de migrar era agrícola e pelo seu baixo status ocupacional na cidade (veja tabela 11, adiante).

V. A CONCENTRAÇÃO DE RENDA E O EMPOBRECIMENTO URBANO

Aparentemente, a única característica social dos migrantes para São Paulo que melhorou no tempo foi a dos direitos, ou seja, uma proporção crescente dos migrantes são indiretos, tendo, assim, tido outras experiências urbanas antes de chegarem em São Paulo. Entretanto, pode ser que este fenômeno indique uma crescente rigidez estrutural da cidade em absorver tais migrantes, ou seja, as vantagens de migrar para São Paulo já não são tão grandes como no passado e, por isso, os migrantes tentam, antes, viver em outras cidades. Tal processo de crescente rigidez estrutural explicaria o declínio da taxa de crescimento das cidades de mais de 1.000.000 de habitantes observada na tabela 5 do capítulo anterior.

As tabelas 8 e 9 indicam, também, que está havendo rearranjo estrutural nas relações entre a cidade e a zona rural mais próxima, ou seja, num primeiro momento a cidade atrai migrantes de zonas próximas. Entretanto, com o correr do tempo, esse fenômeno diminui de intensidade. É possível que tal fato se deva às relações entre a cidade e essas regiões que, de certa forma, passa a fazer parte do meio urbano. Assim, por exemplo, até o fim da Segunda Guerra Mundial, Bragança Paulista forneceu mão-de-obra para São Paulo. A partir da década de 50, a região de Bragança começou a prestar "serviços" demandados por São Paulo e as relações entre essas duas regiões tenderam a apresentar um "novo equilíbrio" de forma a não continuar o esvaziamento da zona bragantina. Nesse sentido, Bragança passou a fazer parte do sistema metropolitano de São Paulo. Essas relações dinâmicas entre meio rural e urbano precisam, entretanto, ser melhor compreendidas.

Enfim, algumas das características sociais adquiridas pelos migrantes em seus locais de origem parecem demonstrar um crescente "empobrecimento" da cidade

(provocada pela migração) em decorrência da crescente concentração tanto espacial como populacional da renda.

Como a "qualidade" das características sociais do migrante piora paulatinamente no seu local de origem e os arranjos institucionais aí existentes provocam a migração, o aspecto que precisa ser examinado em seguida é se a "qualidade" das suas características sociais melhora com a vinda para a cidade.

Essa questão possui, na realidade, dois aspectos distintos. Em primeiro lugar, ela se refere às vantagens comparativas da migração, ou seja, às comparações entre a situação social no local de origem e a situação social na cidade. Em segundo lugar, ela se refere às próprias condições da vida urbana, ou seja, a simples permanência no meio urbano garante a melhoria das características sociais do migrante?

O trabalho de Lorene Vap (1972) demonstra claramente as vantagens comparativas tanto da migração rural-urbana como da migração urbana-urbana. Segundo essa autora, os rendimentos médios mensais da população empregada nos setores não- agrícolas da economia são bastante superiores aos da empregada no setor agrícola em 1960 (Vap, 1972, caps. II e III). Além disso, como a cidade congrega uma série de serviços (hospitais, médicos, escolas, pronto-socorro etc.) inexistentes ou extremamente escassos no meio rural, a migração rural-urbana possui vantagens comparativas não-monetárias. Finalmente, como a "qualidade" das características sociais do migrante antes da migração é muito ruim, qualquer melhoria provocada pela migração constitui uma vantagem comparativa. Essas vantagens comparativas, por sua vez, afetam o comportamento do migrante que tem sempre presentes as condições de vida anteriores à migração.

Entretanto, a questão fundamental refere-se às condições estruturais da cidade, ou seja, se a cidade apresenta um arranjo institucional capaz de melhorar a "qualidade" das características sociais de seus habitantes (tanto nativos como migrantes). A tabela 10 fornece indicação de que a cidade não apresenta tais arranjos.

TABELA 10

MÉDIAS DO PRIMEIRO EMPREGO EM SÃO PAULO PARA NATIVOS POR ANO QUE ENTRAM NA FORÇA DE TRABALHO (20 ANOS) E PARA MIGRANTES QUE CHEGARAM COM 20 ANOS E MAIS POR ANO DE MIGRAÇÃO

	1900-29	1930-34	1935-39	1940-44	1945-49	1950-54	1955-59	1960-64	1965-70
Migrantes	4,2 (5)	6,3 (6)	5,1 (17)	5,4 (24)	5,3 (37)	5,4 (48)	5,4 (51)	5,5 (99)	6,0 (148)
Nativos	5,5 (19)	4,6 (20)	4,5 (23)	4,2 (41)	4,6 (51)	4,5 (55)	4,6 (38)	4,5 (23)	5,0 (13)

FONTE: Daniel J. Hogan, 1973.

Observe-se, em primeiro lugar, que as médias do primeiro emprego urbano dos migrantes pioram sistematicamente de 1935 até 1970, com exceção do período que vai de 45 a 49. Observe-se, em segundo lugar, que as médias do primeiro emprego dos nativos melhora no período que vai de 1900 a 1944. Entre 1945 e 1964, a situação mantém-se relativamente estagnada e, a partir de 1964, a sua situação piora. Observe-se, em terceiro lugar, que as diferenças de médias entre nativos emigrantes permanecem relativamente constantes, no tempo, com exceção do período que vai entre 1940 e 1944.

Não se pode dizer, portanto, que os arranjos institucionais existentes na cidade de São Paulo são capazes de melhorar a "qualidade" das características sociais dos migrantes. Ao contrário, o mesmo processo de "empobrecimento" que ocorre no meio rural brasileiro parece estar afetando o migrante na cidade. Entretanto, como as vantagens comparativas da migração parecem ser grandes, o migrante empobrece e acha que melhorou quando veio para a cidade.

A situação dos nativos é relativamente diferente. No período que vai de 1900 a 1944 houve um declínio daqueles que entraram nas categorias mais baixas da força de trabalho (as categorias manuais especializadas e de rotina). Tal fenômeno se deve, provavelmente, ao crescimento do setor terciário especialmente no período que vai entre 1930 e 1944 quando Vargas expandiu o emprego no setor da administração pública. O período do pós-guerra (e após Vargas) assistiu a um aumento de mais de 10% nas categorias mais baixas da força de trabalho em detrimento dos que entraram na categoria das ocupações não-manuais de rotina. Tal situação permaneceu estável até 1964 quando se observa uma nova deteriorização da qualidade do emprego urbano que afeta tanto os nativos como os migrantes. Entre 1965 e 1970, 46% dos nativos empregados pela primeira vez foram-no em ocupações manuais, havendo um aumento de 50% dessa categoria em relação à década anterior e a maior proletarianização da força de trabalho de São Paulo desde 1930. Tal situação provavelmente se deve ao esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações e ao novo estilo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro iniciado na segunda metade da década de 60. Esse novo estilo, descrito por Tavares (1972), está gerando arranjos institucionais no mercado de trabalho que leva ao empobrecimento de boa parte da população urbana. Assim, observa aquela autora que

"as possibilidades de crescimento do sistema (econômico) estavam limitadas pela falta de recursos para financiar novas inversões e de demandas para fazê-las rentáveis (...) Nessas circunstâncias, a solução para o sistema consistia em mudar a composição da demanda – redistribuindo para cima, em favor das camadas médias e altas, a renda pessoal e seus incrementos futuros e aumentando a relação excedentes – salários, mediante a compressão, inclusive absoluta, das remunerações concedidas à massa de trabalhadores menos qualificados" (p. II).

Assim, entre outras medidas práticas, o "recente modelo de desenvolvimento" foi realizado a partir de uma política de "saneamento" da economia executada pelo Ministro Roberto de Oliveira Campos que promoveu falências e concordatas de inúmeros pequenos e médios comerciantes e industriais que se empregaram em seguida. Além disso, a política de concentração do capital eliminou do mercado uma série de pequenos proprietários que passaram a trabalhar como assalariados. Esses dois fenômenos são, provavelmente, responsáveis parciais pela proletarianização e empobrecimento dos nativos de São Paulo a partir de 1964.

Entretanto, não se deve esquecer que este fenômeno não é circunscrito à cidade de São Paulo e sim que se constitui em fenômeno nacional que atinge, de maneiras distintas, diversas regiões do país provocando o empobrecimento do meio rural que, por sua vez, colabora com o empobrecimento do meio urbano. Assim, a tabela 11 contém uma indicação desse processo.

Observe-se, em primeiro lugar, que os migrantes de origem ocupacional agrícola obtêm, sistematicamente, ocupações manuais não-especializadas na cidade. Como a quantidade desse tipo de migrante aumenta no tempo, ele tende a puxar a média ocupacional para baixo. Entretanto, observe-se, em segundo lugar, a piora dessa

situação a partir de 1960. Esse fenômeno se deve, pelo menos em parte, às condições urbanas de emprego que se deterioraram a partir de 1960, para esse tipo de migrante.

TABELA 11

MÉDIA DA PRIMEIRA OCUPAÇÃO EM SÃO PAULO DE MIGRANTES CUJA ÚLTIMA OCUPAÇÃO ANTES DE MIGRAR ERA AGRÍCOLA, POR TEMPO DE CHEGADA

1940-44	1945-49	1950-54	1955-59	1960-64	1965-70
6,9 (10)	6,4 (12)	6,6 (14)	6,6 (18)	6,7 (31)	6,9 (68)

FONTE: Daniel J. Hogan, 1973.

Finalmente, a tabela 12 contém informações adicionais a respeito desse processo de empobrecimento.

TABELA 12

OCUPAÇÃO MÉDIA DO PAI POR NATIVOS E MIGRANTES E TEMP DE ENTRADA NA FORÇA DE TRABALHO EM SÃO PAULO

	1930-34	1935-39	1940-44	1945-49	1950-54	1955-59	1960-64	1965-70
Migrantes	3,9 (20)	3,8 (23)	4,2 (41)	4,1 (51)	4,0 (46)	4,5 (45)	4,7 (22)	5,5 (12)
Nativos	5,3 (6)	4,8 (17)	5,5 (24)	4,9 (37)	4,5 (47)	4,8 (52)	5,0 (101)	5,4 (151)

Fonte: Daniel J. Hogan, 1973

Esta tabela indica, em primeiro lugar, que a média da ocupação tanto para os pais dos nativos como para os dos migrantes decresceu a partir de 1950. Tal fato, junto com os demais apresentados anteriormente, sugere que o processo de empobrecimento não é circunscrito a uma única geração de indivíduos, mas é um fenômeno mais amplo que poderia ser atribuído às classes sociais. Em outras palavras, o processo de empobrecimento que está sendo examinado aqui é um fenômeno estrutural e não, simplesmente, algo produzido por conjunturas econômicas. Finalmente, a tabela 12 indica, também, que as diferenças entre as médias ocupacionais dos pais de nativos e de migrantes vêm diminuindo paulatinamente desde cerca de 1940. Quais as possíveis causas desse fenômeno? Essa homogeneização para baixo das médias ocupacionais dos nativos e dos migrantes decorre, por um lado, do próprio esgotamento do processo de industrialização por substituição de importações e do novo estilo de desenvolvimento brasileiro que é capital intensivo e tecnicamente sofisticado. Mas, por outro, depende também da própria migração que desempenha aqui uma das funções clássicas atribuídas ao exército industrial de reserva, ou seja, enquanto a situação ocupacional dos migrantes mantém-se relativamente estagnada, a situação dos nativos piora com o passar do tempo. Na realidade, a situação do migrante não pode piorar porque ele penetra no mercado de trabalho através de ocupações manuais não-especializadas e, de maneira geral, aí permanece. Mas a sua presença serve para degradar parcialmente o mercado de trabalho do nativo, isto é, serve como exército de reserva na medida em que degrada a situação ocupacional do mercado.

Note-se, entretanto, que essa degradação é, no máximo, parcial, pois grande parte dela é causada pelos mecanismos de concentração de renda que estão, como já vimos, presentes na economia urbana.

Outros indicadores desse processo de empobrecimento são apresentados na tabela 13.

TABELA 13

Estabilidade ocupacional do migrante por ano de chegada a São Paulo

Ano	1900-29	1930-34	1935-39	1940-44	1945-49	1950-54	1955-59	1960-64	1965-70
Meses que trabalha na ocupação principal	204.4 (45)	154.2 (37)	156.4 (49)	123.0 (60)	100.6 (75)	93.6 (94)	83.5 (77)	68.0 (122)	28.8 (103)

Aspiração ocupacional média do migrante por ano de chegada a São Paulo

Ano	1900-29	1930-34	1935-39	1940-44	1945-49	1950-54	1955-59	1960-64	1965-70
Aspiração ocupacional média	3.8 (45)	3.8 (37)	4.3 (49)	3.7 (58)	3.9 (73)	4.2 (86)	4.5 (78)	4.7 (115)	4.9 (151)

Aspiração educacional média do migrante por ano de chegada a São Paulo

Ano	1900-29	1930-34	1935-39	1940-44	1945-49	1950-54	1955-59	1960-64	1965-70
Aspiração educacional média	4.0 (45)	4.3 (36)	3.4 (49)	4.0 (57)	3.9 (73)	3.5 (82)	3.3 (76)	2.9 (114)	2.7 (146)

Essa tabela indica, em primeiro lugar, que a instabilidade ocupacional média aumenta para os migrantes chegados mais recentemente em São Paulo. Poder-se-ia argumentar, aqui, que não se trata de aumento de instabilidade, mas aumento de estabilidade ocupacional dos migrantes que estão há mais tempo na cidade. Entretanto, esta última interpretação nos parece equivocada por dois motivos básicos. Em primeiro lugar, as diferenças entre os dados obtidos para os migrantes recentes e os mais antigos é muito grande para ser explicada, apenas, pelo tempo de moradia na cidade e, em segundo lugar, tal interpretação estaria em desacordo com os dados apresentados anteriormente.

Esta tabela indica, também, que tanto a aspiração ocupacional como a educacional diminuem na medida em que o migrante é mais recente. Creio que tais fenômenos se devem à piora das "qualidades" das características sociais do migrante em seu local de origem, ou seja, o empobrecimento do meio rural provoca uma piora da "qualidade" das características sociais do migrante que, por sua vez, leva a uma queda paulatina das aspirações. Creio que tal interpretação é especialmente evidente no caso das aspirações educacionais, pois os migrantes mais recentes são os mais jovens, e, portanto, deveriam apresentar uma aspiração educacional mais alta. Entretanto, o inverso é verdadeiro, ou seja, os migrantes mais antigos e, portanto, mais velhos possuem uma aspiração educacional mais alta.

Enfim, tudo indica que o processo de crescimento econômico no Brasil vem acompanhado de um empobrecimento das classes trabalhadoras rurais que se manifesta pela piora persistente das "qualidades" das características sociais dessa população. Esse fenômeno, juntamente com o processo de modernização da agricultura e o sistema de propriedade da terra provocam a migração rural-urbana. A migração e a concentração desse tipo de população na cidade provoca, por sua vez, um empobrecimento paulatino

da população urbana que se manifesta tanto no nível estrutural como no psicossocial. Tais mecanismos sugerem, portanto, que as chamadas "massas marginais" não são nem um pouco marginais, pois desempenham uma das funções clássicas atribuídas ao exército industrial de reserva, ou seja, o do persistente achatamento da remuneração do trabalho.

No próximo capítulo pretendo, entretanto, examinar essas funções em mais detalhes.

BIBLIOGRAFIA

1960 HUTCHINSON, Bertran. *Mobilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

1965 GOUVEIA, Aparecida Joly. "Desenvolvimento econômico e prestígio de certas ocupações", *América Latina*, ano 8, nº 4, p. 66-79.

1966 CHARDON, Roland E. "Changes in the Geographic Distribution of Population in Brazil, 1950-1960" in Eric N. Baklanoff (ed.), *New Perspectives of Brazil*. Nashville: Vanderbilt University Press.

1968 CANO, Wilson. "Industrialização e absorção de mão-de-obra no Brasil", *Indústria e Produtividade*, junho, ano 1, n. 1.

1968 FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Saga.

1968 JORDÃO NETTO, Antônio. "Migração rural-urbana obedece a três fatores", *Promoção Humana*, ano I, nº 1, setembro/outubro, p. 48-55.

1968 WILKENING, E. A., "Comparisons of Migrants in Two Rural and an Urban Area of Central Brazil", *Madison, Land Tenure Center Research Paper*, nº 35.

1969 BOSOO, Santa Helena, "Motivações locais e externas das migrações para São Paulo", *Promoção Humana*, ano 1, nº 3, maio/junho, p. 31-38.

1969 Secretaria da Promoção Social.

1969 TAVARES, Maria da Conceição, "Características da distribuição de renda no Brasil", Santiago, mimeografado.

1970 BERLJNCK, Manoel T. e Youssef Cohen, "Desenvolvimento econômico, crescimento econômico e modernização na cidade de São Paulo", *Revista de Administração de Empresas*, vol. 10, nº 1, março, p. 45-64.

1970 DIEESE, "Pesquisa de padrão de vida da classe trabalhadora da cidade de São Paulo", São Paulo, mimeografado.

1970 MAHON, Joseph, "A formação e situação atual da classe operária na região da Grande São Paulo", São Paulo, mimeografado.

1971 ACKERMAN, Frank et al., "Income Distribution in the United States", *The Review of Radical Political Economics*, vol. 3, nº 3, Summer, p. 20-43.

1971 DUARTE, João Carlos, Aspectos da distribuição da renda no Brasil em 1970, Piracicaba, Tese de mestrado apresentada à ESALQ.

1971 FEDER, Ernest, *The Rape of the Peasantry: Latin America's Landholding System*, Garden City, N. Y. Anchor Books.

1971 LANGENBUCH, Juergen R., *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de Geografia Humana*, Rio de Janeiro, Fundação IBGE.

1971 WACHTEL, Howard M., "Looking at Poverty from a Radical Perspective", *The Review of Radical Political Economics*, vol. 3, nº 3, Summer, p. 1-19.

1972 FISHLOW, "Brazilian Size Distribution of Income", *American Economic Review*, vol. LXII, nº 2, May, p. 291-302.

1972 FURTADO, Celso, *Análise do "modelo" brasileiro*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

1972 HOFFMANN, Rodolfo, "Tendências da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico", São Paulo, ESALQ, série estudos nº 13.

1972 HOGAN, Daniel J., *Internal Migration, Access to information, and the Use of Urban Resources in São Paulo, Brazil: A Study of Population Adaptation in a Changing Economy*, Ph. D. dissertation, Cornell University.

1972 LEFF, Nathaniel H., "Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro", *Revista Brasileira de Economia*, vol. 26, nº 1, janeiro-março, p. 3-21.

1972 RATTNER, Henrique, *Localização da indústria e concentração econômica em São Paulo*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

1972 TAVARES, Maria da Conceição, "Além da estagnação" in *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

1972 YAP, Lorene, *Internal Migration and Economic Development in Brazil*, Ph. D. dissertation, Harvard University.

CAPÍTULO IV

ALGUNS MECANISMOS. INSTITUCIONAIS DE ESPOLIAÇÃO

I. INTRODUÇÃO

O processo de persistente empobrecimento das camadas de renda mais baixas da população urbana constitui, como foi visto no capítulo anterior, um fenômeno estruturado da acumulação capitalista que desenvolve uma série de mecanismos institucionais gerais e setoriais que possibilitam a espoliação.

No capítulo anterior procurei demonstrar a existência de um processo de empobrecimento na cidade de São Paulo. Neste capítulo pretendo descrever alguns mecanismos institucionais que possibilitam a espoliação garantindo, assim, o empobrecimento urbano.

Não conheço estudos sistemáticos a respeito dos mecanismos institucionais de espoliação existentes na sociedade urbana do Brasil. Entretanto, esses mecanismos são diversos, podendo ser classificados em gerais e setoriais. Os mecanismos gerais são aqueles que recaem sobre todas as camadas de renda mais baixas da população enquanto que os mecanismos setoriais ocorrem, apenas, em alguns segmentos dessa população que participa da economia urbano-industrial.

Não se pretende, aqui, um exame sistemático desses fenômenos, mas apenas a descrição de alguns mecanismos que demonstram que o processo de acumulação capitalista tal como ocorre na cidade de São Paulo depende, pelo menos em parte, do processo de espoliação dessas camadas. Em outras palavras, descrevendo alguns mecanismos de espoliação existentes na cidade de São Paulo pretendo demonstrar que aquilo que se denomina de "setor marginal" colabora ativamente para o processo de acumulação, estando, portanto, integrado no sistema capitalista em desenvolvimento na cidade de São Paulo.

II. ALGUNS MECANISMOS GERAIS DE ESPOLIAÇÃO: A POUTICA SALARIAL

A política salarial, como vem sendo praticada no Brasil, constitui um mecanismo institucional geral de espoliação das camadas mais baixas da população urbana.

A tabela 1 contém informações sobre salários médios, em US\$, do pessoal empregado nas indústrias manufatureiras de diversos países.

TABELA 1

SALÁRIOS MÉDIOS, US\$, DO PESSOAL EMPREGADO NAS INDÚSTRIAS MANUFATURADAS

Países	Argentina		Brasil		Canadá		EUA	Japão	França		Alemanha	
Salários Médios Anuais	US\$ hora	US\$ mês(*)	US\$ mês	US\$ hora	US\$ mês	US\$ hora	US\$ mês	US\$ mês	US\$ hora	US\$ mês	US\$ hora	US\$ mês
1961	0,319	57,42	52,516	71,380	285,52	92,34	369,36	68,507	0,459	82,62	32,900	131,600
1962	0,247	44,46	70,926	71,197	284,788	96,56	386,24	76,091	0,498	89,64	36,128	144,512
1963	0,305	54,90	100,825	73,552	294,208	99,63	398,52	83,436	0,541	97,38	38,599	154,396
1964	0,346	62,28	52,597	77,244	308,976	102,97	411,88	92,350	0,580	104,40	40,985	163,940
1965	0,368	66,24	69,279	80,828	323,312	107,53	430,12	100,044	0,612	110,16	45,432	181,728
1966	0,382	68,76	88,523	84,548	338,192	112,34	449,36	111,572	0,642	115,56	48,529	194,116
1967	0,350	63,00	93,247	89,584	358,336	114,90	459,60	125,913	0,687	123,66	48,512	194,048
1968	0,363	65,34	89,070	96,925	387,700	122,51	490,04	147,327	0,766	137,88	51,500	206,000
1969	0,399	71,82	92,717	104,119	416,476	129,51	518,04	172,596	0,750	135,00	62,873	251,492
1970	0,413	74,34		118,505	474,020	133,73	534,92	199,796	0,844	151,92	71,546	286,184

FONTE: Organização Internacional do Trabalho, *Anuário de Estadística del Trabajo*, Genebra, 1971 – (*) 45 h/sem**TABELA 2**

BRASIL: SALÁRIOS NAS INDÚSTRIAS MANUFACTUREIRAS, POR TIPO DE INDÚSTRIA: GANHOS MÉDIOS MENSAIS

Data	Alimentos	Bebidas	Fumo	Têxtil	Vestuário	Madeira	Mobiliário	Papel, artigos de papel	Gráfica
1963	26,72	32,89	29,19	29,19	25,90	21,50	30,52	36,57	43,03
1964	49,05	58,18	64,60	64,60	49,09	41,85	56,48	66,10	73,56
1965	76,60	84,81	107,92	107,92	75,52	65,47	87,02	99,15	120,53
1966	118,36	147,72	137,50	137,50	112,92	93,58	136,36	143,79	194,02
1967	152,04	208,49	182,57	182,57	137,35	115,34	149,07	205,22	233,26
1968	191,89	267,69	248,88	248,88	181,63	146,81	192,83	264,65	312,66
1969	245,72	333,78	288,70	288,70	246,20	196,53	259,38	331,13	428,06

Data	Couro e artigos de couro	Produtos de borracha	Produtos químicos	Produtos minerais não-metálicos	Indústrias metalúrgicas básicas	Maquinaria (não-elétrica)	Maquinaria elétrica	Material de transporte	Indústrias manufatureiras diversas
1963	28,41	42,32	47,78	27,80	39,47	42,00	38,90	57,25	33,26
1964	52,74	72,74	91,83	51,17	76,30	74,66	73,54	95,70	60,82
1965	81,62	119,65	143,81	81,43	115,94	121,96	111,93	146,88	91,91
1966	122,95	189,46	225,28	122,24	180,71	190,01	184,17	245,90	158,30
1967	150,58	236,62	287,11	147,42	236,02	254,78	263,02	328,42	183,45
1968	195,35	309,02	384,71	189,19	282,01	327,72	328,67	418,69	236,88
1969	241,65	396,45	526,27	262,39	392,21	435,78	435,80	556,02	324,58

FONTE: Organização Internacional do Trabalho, *Anuário de Estadística del Trabajo*, Genebra, 1971

É lógico que não se pode comparar os salários pagos nos diversos países, pois estes só têm significado quando se determina o seu poder real de compra. Entretanto, essa tabela indica algumas tendências que são comparáveis e que revelam orientações gerais com relação à remuneração do trabalho. Note-se, em primeiro lugar, que as flutuações salariais que ocorrem na Argentina e no Brasil são maiores do que as que ocorrem nos chamados países desenvolvidos. Observe-se, em segundo lugar, que a tendência a aumentar o salário médio é muito mais acentuada nos países desenvolvidos do que na Argentina e no Brasil. Finalmente, ainda que não se possa comparar os salários entre os países, deve-se observar que não só a diferença entre, de um lado, Argentina e Brasil e, de outro, os países desenvolvidos é grande como, também, tende a aumentar. Assim, em 1961, a diferença dos salários pagos no Brasil e no Japão era de aproximadamente 16 dólares e em 1970, era de 80 dólares.

Como o setor manufatureiro trabalha com fatores de produção (capital e tecnologia) cujos preços tendem a ser homogeneizados internacionalmente e como a remuneração do trabalho no Brasil é bastante mais baixa e cresce menos do que em países industrializados, há vantagens comparativas em se investir nesse setor da economia brasileira, pois o custo de produção tende a ser mais baixo. Por outro lado, esse fenômeno deve-se a dois fatores básicos e interligados: a oferta abundante de mão-de-obra e a política salarial que permite essas flutuações e a relativamente pequena taxa de incremento dos salários. Em outras palavras, a oferta abundante de mão-de-obra permite a aplicação de uma política salarial orientada para o barateamento da mão-de-obra que, por sua vez, garante taxas relativamente altas de lucro.

Além disso, quando se comparam os salários pagos pelos diversos tipos de indústrias manufatureiras existentes no Brasil (tabela 2) verifica-se que as indústrias de tipo tradicional (como, por exemplo, a de alimentos, a de fumo, a têxtil, a de vestuário, etc.) pagam salários bem menores do que as chamadas indústrias modernas ou "de ponta" (produtos químicos, material de transporte, etc.).

Essas diferenças setoriais permitem a sobrevivência das indústrias tradicionais e, ao mesmo tempo, criam distinções sociais dentro da classe operária aumentando a sua diferenciação interna e diminuindo as suas características de classe, no sentido clássico da palavra. Finalmente, é necessário observar que mesmo os altos salários pagos pelas indústrias modernas não são altos em termos internacionais. Quais os mecanismos institucionais que garantem a existência desses níveis salariais?

A fórmula de reajuste salarial adotada a partir de 1965 para trabalhadores e empregados dos setores público e particular supunha que o salário reajustado fosse calculado de modo a igualar o salário médio vigente nos últimos 24 meses. Devia agregar-se uma proporção que compensaria a taxa de inflação esperada para o período do reajuste. Além disso, como benefício adicional, se consideraria uma taxa representativa do aumento da produtividade nacional, que equivaleria a uma melhora real do salário. Dessa maneira, pretendia-se manter a participação do setor assalariado na distribuição da renda.⁷

O aspecto-chave dessa forma de calcular os reajustes está no prognóstico da inflação. Se ele for inferior à taxa efetiva de inflação, o trabalhador sai perdendo inclusive se o erro for corrigido posteriormente, ainda que, como é óbvio, neste último caso, perderia menos.

⁷ A fórmula para se realizar o cálculo do resgate pode ser encontrada em Serra (1972), p. 18

Até 1967 a fórmula de reajuste não continha um fator de correção para as diferenças entre a taxa prevista e a taxa real de inflação. Na tabela 3 pode-se observar que as diferenças entre uma e outra taxa foram bastante significativas, entre 1965 e 1967, constituindo-se no fator determinante de uma violenta quebra dos salários reais durante esse período. Assim, em São Paulo, o seu poder de compra médio foi reduzido em 26% (Serra, 1972, p. 19).

TABELA 3

TAXAS PREVISTAS* E EFETIVAS DE INFLAÇÃO NO ESTADO DA GUANABARA

Em julho de	Prevista (%)	Efetiva (%)
1966	25	45,0
1967	10	30,1
1968	15	21,5
1969	15	21,1
1970	15	21,3
1971	12	22,0

FONTE: J. Serra, 1972.

A partir de 1967 produziu-se uma mudança na política salarial com a introdução de um fator de correção entre a taxa prevista e a efetiva de inflação. Entretanto, não se compensaram, as diferenças dos anos anteriores e a correção passou a ser feita a posteriori. Dessa maneira, no cálculo do salário mínimo subestimou-se o aumento do custo de vida ocorrendo, conseqüentemente, uma diminuição quase ininterrupta da remuneração dos trabalhadores devido à disparidade entre os aumentos do custo de vida e dos salários nominais. A tabela 4 contém informações mais precisas a esse respeito.

TABELA 4

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL NA CIDADE DE SÃO PAULO E DO PIB POR HABITANTE

ANO	Salário Mínimo		PIB por habitante	
	Índice	Variação Anual	Índice	Variação Anual
1963	100,0	-	100,0	-
1964	107,2	7,2	100,1	0,1
1965	101,2	-5,6	99,9	-0,2
1966	85,0	16,0	102,0	2,1
1967	80,4	-5,4	104,0	2,0
1968	78,5	-2,4	110,4	6,2
1969	75,7	-3,6	117,0	6,0
1970	76,9	1,6	124,5	6,4

FONTE: J. Serra, 1972, p. 21.

Esta tabela demonstra não só uma queda persistente do salário mínimo real como uma discrepância crescente entre o aumento da produtividade e a remuneração do trabalho de níveis mais baixos.

Tal fenômeno que passou a ser conhecido por arrocho salarial foi acompanhado de medidas tendentes a diminuir a estabilidade ocupacional.

Antes de 1964, os trabalhadores ocupados durante mais de um ano em uma mesma empresa possuíam condições legais de estabilidade. Assim, um trabalhador que contasse entre um e dez anos de emprego numa empresa só podia ser despedido mediante "justa causa". Se essa não fosse comprovada nos tribunais do trabalho, a empresa deveria pagar uma indenização equivalente a um salário por cada ano trabalhado. Depois de 10 anos de antiguidade, a indenização dobrava, ou seja, a empresa deveria pagar dois salários por cada ano de trabalho e os tribunais do trabalho tornavam-se mais severos ainda no reconhecimento da "justa causa", de maneira que ficava muito difícil a dispensa de um trabalhador nessas condições.

Em 1966, o governo formulou uma política que permitiu a eliminação desse esquema de estabilidade e abriu possibilidades de realização do excedente liberado a partir da compressão salarial. Ela se consubstanciou na criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que pode ser definido resumidamente da seguinte maneira: as empresas devem depositar em contas bancárias vinculadas uma quantia equivalente a 8% de sua folha de salários, em nome de seus trabalhadores. O fundo constituído por esses depósitos só pode ser retirado pelos trabalhadores em situações excepcionais como em caso de aposentadoria, construção de casa própria ou desemprego por mais de seis meses. A quota de cada trabalhador, que aumenta mensalmente com os depósitos, é objeto de correção monetária e rende juros que oscilam entre 3 a 6 por cento ao ano, segundo a duração de seu emprego.

O FGTS, assim concebido, aumentou a flexibilidade do capitalismo brasileiro na medida em que garantiu simultaneamente uma melhor exploração da mão-de-obra e uma aplicação produtiva do excedente potencial liberado a partir do arrocho salarial. Entretanto, argumenta-se frequentemente sobre as suas virtudes para os trabalhadores. O principal argumento utilizado baseia-se na idéia de que o novo sistema prejudicaria apenas os trabalhadores que contavam com mais de 10 anos de trabalho em uma mesma empresa, cuja indenização se reduziria à metade. Este fato não seria grave – argumentava-se – porque as pessoas nessa situação constituiriam uma pequena minoria, já que as empresas procuravam evitar a existência em seus quadros de trabalhadores com mais de 10 anos de casa. Por outro lado, a imensa maioria da força de trabalho seria beneficiada, pois, com o novo sistema, receberia sempre a indenização, independentemente da "justa causa" (Serra, 1972).

Visto dessa forma o argumento parece razoável. Observe-se, entretanto, que para as empresas desaparece qualquer custo direto na dispensa de um trabalhador, já que esse custo foi regularização e incorporado aos custos normais da mão-de-obra. Possuem, portanto, maiores facilidades para regularizar seu estoque de mão-de-obra segundo as flutuações da demanda por suas produções, ao mesmo tempo que podem promover uma rotação mais intensa de trabalhadores com o objetivo de proporcionar menores reajustes salariais. Este último mecanismo se realiza na dispensa de uma parte dos trabalhadores que deveriam beneficiar-se dos reajustes a que teriam direito e na contratação de novos trabalhadores por salários não reajustados ou menores (Serra, 1972). Tal situação, entretanto, só pode ocorrer quando existe uma "oferta ilimitada do

fator trabalho" cujo contingente passa, dessa forma, a desempenhar função clássica atribuída ao exército industrial de reserva.

Por outro lado, a intensa rotação da mão-de-obra tendeu a debilitar de forma muito significativa os já débeis sindicatos, diminuindo a capacidade de pressão organizada dos trabalhadores. Sabe-se que, para níveis salariais idênticos, quanto maior é o tempo de serviço, maior é a taxa de sindicalização. A instabilidade ocupacional aumenta a insegurança dos trabalhadores e a proporção de novos trabalhadores nas empresas, dificultando a formação de uma experiência reivindicatória, bem como a percepção da solidariedade e interesses de classe (Serra, 1972).

Em decorrência disso, a instabilidade ocupacional e o subemprego são correlativos estruturais dos mecanismos institucionais de apropriação da mais-valia que o desenvolvimento do capitalismo engendrou no Brasil. O setor instável e subempregado da força de trabalho não é, portanto, marginal ao sistema, mas é gerado por ele e nele está integrado.

Assim, de acordo com Serra (1972):

“Entre 1966 – ano em cujo final o FGTS foi instituído - 1970; os trabalhadores despedidos nas indústrias têxteis de São Paulo cresceram aproximadamente 113%. Em 1968, 70% das pessoas admitidas nesse setor já haviam trabalhado antes. Em 1969 tal porcentagem se elevou para 74%.”(p. 28).

Observa, também, o mesmo autor que pesquisa sobre a indústria química e farmacêutica de São Paulo, baseada em amostra de 41 empresas do setor, revelou que a dispensa dos trabalhadores do sindicato de química e farmácia aumentaram em 200,8% entre 1966 e 1970. Nesse setor, 42% dos trabalhadores estavam em seu emprego há menos de 3 anos e 21% estavam no emprego de 3 a 5 anos (Serra, 1972, p. 68).

Esses fenômenos apreendidos em nível mais amplo pelos dados estatísticos foram apreendidos, também, pelas entrevistas antropológicas. Assim, Benedito Laurindo, vindo de Bebedouro, Alagoas, chegou a São Paulo em setembro de 1967 e ficou desempregado durante um ano porque não tinha nenhum documento. Nesse período "quebrava o galho". Depois de um ano conseguiu emprego numa construtora, como servente. Entrou no dia 3 de outubro de 1968 e saiu no dia 3 de fevereiro de 1969 quando o seu trabalho terminou. Recebia por semana e, portanto, não foi registrado. Entrou em outra construtora no dia 14 de março de 1969 e saiu no dia 6 de maio de 1969 porque a construtora não pagava. Empregou-se em outra construtora no dia 22 de maio de 1969 e saiu no dia 6 de maio de 1970 porque os patrões queriam que fosse para Campinas, mas não davam casa e ele não queria deixar a família em São Paulo. Empregou-se em uma quarta construtora no dia 17 de novembro de 1970 e foi despedido, sem ser registrado, no dia 24 de fevereiro de 1971. Finalmente, empregou-se em uma quinta construtora em junho de 1971 e estava trabalhando lá quando a entrevista foi realizada.

Esse padrão de instabilidade repete-se sistematicamente nas demais entrevistas sugerindo, assim, que se trata de fenômeno generalizado. Entretanto, como se pode observar pela tabela 5, certos setores industriais apresentam maior instabilidade ocupacional do que outros.

TABELA 5

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NA INDÚSTRIA SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA E O TEMPO DE SERVIÇO NA EMPRESA EM 1970

	Número de empregado				
	Total	Menos de 3 meses		Menos de 12 meses	
		N	%	N	%
Extrativista	53.555	10.398	19,4	30.393	56,8
Extrativista mineral	70.846	6.00	8,5	19.845	28,0
Produtos alimentares	304.751	35.384	11,6	107.936	35,4
Bebidas	44.574	3.029	6,8	11.710	26,3
Fumo	20.430	4.380	21,4	9.719	47,6
Têxtil	311.745	22.114	7,1	88.002	28,2
Calçados	149.921	15.810	10,5	57.355	38,3
Madeira	123.962	12.505	10,1	47.486	38,3
Mobiliário	69.415	6.807	9,8	24.354	35,1
Papel e Papelão	46.770	3.193	6,8	12.436	26,6
Gráfica	66.324	6.872	10,4	25.192	38,0
Couros	28.640	2.165	7,6	8.705	30,4
Artefatos de borracha	33.908	2.790	8,2	16.617	49,0
Química	124.678	9.817	7,9	37.217	29,9
Derivados de petróleo	40.074	1.224	3,1	5.171	12,9
Artefatos plásticos	40.266	4.090	10,2	15.470	38,4
Produtos minerais	126.211	10.844	8,6	41.946	33,2
Metalurgia	197.111	15.336	7,8	54.574	27,7
Mat. Elétrico e Elet.	419.977	41.352	9,8	155.681	37,1
Const. e Rep. Veículos	144.647	12.163	8,4	46.904	32,4
Construção civil	546.018	129.129	23,6	354.258	64,9
Diversos	35.103	3.679	10,5	13.666	38,9
TOTAL	2.998.926	359.081	12,0	1.184.637	39,5

Note-se, por exemplo, que o setor de construção civil apresenta o dobro de empregados com até 12 meses de trabalho do que o setor de construção e reparação de veículos. Mas, ainda que não se conheça a intensidade do rodízio por tipo de qualificação profissional, tamanho de empresa ou segundo o modo monopolista ou competitivo de acumulação, os dados mostram que a média de permanência no emprego é, em muitos casos, di- minuta, pois 12% dos empregados não ultrapassa três meses e quase 40% não completa um ano de serviço consecutivo na mesma unidade produtiva.

Segundo Kowarick (1972): "A taxa de permanência no emprego constitui um indicador que sugere a facilidade com que se pode substituir o 'exército atuante', ou seja, revela uma 'reserva' que pode ingressar nas 'fileiras' do trabalho, revezando ou substituindo os trabalhadores 'ativos' " (p. 165).

Mas, além disso, ela é um mecanismo institucional de barateamento da mão-de-obra na medida em que permite a substituição de um empregado mais caro por outro mais barato.

A freqüente substituição de empregados permite, também, o aparecimento de outras práticas (muitas vezes, setoriais) que levam à espoliação do trabalho e à acumulação. Assim, uma parcela considerável do custo da produção é dada, no Brasil, pelos encargos trabalhistas que são pagos tanto pelo empregador como pelo empregado. O empregador inclui a sua parcela desses encargos no custo da produção e desconta do trabalhador a sua parcela, devendo declarar periodicamente os encargos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Entretanto, se o empregado não for devidamente registrado na empresa, ela, muitas vezes, não se sente obrigada a recolher tais encargos mantendo-os, por outro lado, no custo da produção e descontando a parcela do trabalhador. Esse mecanismo, entretanto, só pode ser praticado se a substituição da mão-de-obra for freqüente e se o empregado for suficientemente ignorante a respeito das leis trabalhistas. Esse segundo óbice é, no entanto, resolvido através de um contrato experimental, ou seja, o empregador "contrata" os serviços de um empregado que trabalha na empresa por um período de até 90 dias sem ser registrado, pois está "em experiência". No fim de 90 dias ele é despedido e outro empregado é contratado nas mesmas condições.

Não sei o grau de generalização dessa prática nem o montante de lucro adicional que gera para as empresas. Sei, entretanto, que é prática comum nos setores onde a instabilidade ocupacional é maior e onde a proporção da mão-de-obra não qualificada é grande, pois, neste caso, os trabalhadores são suficientemente ignorantes a respeito das leis trabalhistas para permitirem sua ocorrência.

É lógico que esses mecanismos só são viáveis em uma economia que funcione sob condições de "oferta ilimitada de mão-de-obra", ou seja, que tenha uma massa que desempenhe as clássicas funções de exército industrial de reserva. A existência dessa massa não só permite a queda paulatina do salário real como garante o crescimento da economia através de altas taxas de acumulação. Não há, pois, como chamar-se de marginal a um setor da população que desempenha essas funções. Mas os mecanismos institucionais de espoliação do trabalho não terminam aqui.

III. ALGUNS MECANISMOS GERAIS DE ESPOLIAÇÃO: O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Em recente estudo sobre o sistema tributário nacional, Eros Roberto Grau (1972) demonstrou que tanto a tributação indireta como a direta, no Brasil, são altamente regressivas.

Assim, observa este autor, que:

"Apreciados, como um conjunto, os três principais impostos indiretos (ICM, IPI, ISS) do sistema tributário nacional, apresentam uma distribuição da carga tributária violentamente regressiva, através de uma "seletividade" que, sem dúvida, não foi inspirada por um critério que objetivasse atenuar as distâncias sociais" (p. 17).

Essa seletividade inversa da tributação indireta torna-se clara quando se comparam as alíquotas aplicadas sobre o consumo de bens com as incidentes sobre os serviços. A quase totalidade dos bens, no Brasil, sofre a incidência de 16%, "ad valorem", do ICM. Para um subconjunto próprio importante destes bens se sobrepõe o

IPI com alíquotas diferenciadas, variando de 4% a 365,63%. Os serviços, gravados pelo ISS, suportam, em geral, taxa de 5%, com a única exceção dos jogos e diversões, com 10%. Pode-se afirmar, por conseguinte, que os bens com menor gravame (isentos de IPI e tributados com os 16% do ICM) são sempre mais pesadamente taxados do que os serviços com maior gravame (diversões com 100/0). "O arroz beneficiado suporta os 16% do ICM, enquanto que o bilhete de entrada para o 'show' de um cantor estrangeiro importará oneração de apenas 10%" (Grau, 1972, p. 18).

A lei de Engel revela que os serviços possuem elasticidade de renda superior aos bens, de tal modo que, quanto maior for a renda individual, maior é a proporção da renda despendida na compra de serviços. Em contrapartida, os bens do tipo alimentos industrializados (óleos, comestíveis, farinhas, massas, etc.), tecidos de algodão, calçados populares, etc., são itens representativos e de alta ponderação nos orçamentos familiares dos grupos de baixas rendas. A tributação indireta no Brasil faz recair taxas mais altas sobre os bens, onerando com cargas percentualmente superiores os extratos de renda inferiores, e beneficiando com taxas reduzidas os que, desfrutando altas rendas, podem adquirir serviços em maior proporção (Grau, 1972).

No caso específico da tributação indireta sobre bens, o IPI poderia servir para atenuar a carga universal de 16% imposta pelo ICM através da diferenciação de suas alíquotas, segundo o tipo de bem adquirido. Aparentemente o IPI desempenha essa função na medida em que busca introduzir certa progressividade no sistema. Assim, por exemplo, as alíquotas mais freqüentes nos capítulos estariam concebidas da seguinte maneira: capítulo alimentos - 5%; capítulo vestuário - 12%; capítulo ourivesaria - 18% (Grau, 1972). Entretanto, uma regressividade adicional é introduzida na medida em que o IPI não diferencia os chamados bens inferiores dos bens superiores em um mesmo capítulo, gravando ambos com a mesma taxa, em uma única posição.

"O tecido de chita (inferior) sofre a mesma incidência do tecido fino (superior), o móvel de marqueteria (superior) recebe o mesmo tratamento que o armário de pinho (inferior), a banana popular, a mesma que o "marron-glacê" nacional, uma vez que estão classificados na tabela sob posições genéricas: tecidos de algodão, móveis, doces de frutas, etc." (Grau, 1972, p. 19).

Seria de se esperar que a regressividade da tributação indireta fosse atenuada pelos impostos diretos. O imposto sobre a renda da pessoa física desempenharia essa função, pois, normalmente, cumpre a missão de conferir progressividade à imposição que é feita através da aplicação, sobre a renda individual, de alíquotas crescentes, segundo o nível de renda. O IRPF brasileiro obedece formalmente a este modelo, mas tem acoplada uma série de dispositivos que anulam completamente sua progressividade tornando-se regressivo (Grau, 1972).

Esquemáticamente, pode-se afirmar que, no Brasil, os rendimentos de trabalho se incluem, maciçamente, na faixa de renda que vai de 0 a Cr\$ 43.200,00 anuais e que, a partir dessa faixa, encontra-se grande parte dos rendimentos do capital. Observando-se, entretanto, a tabela progressiva aplicada para o exercício de 1972, verifica-se que na primeira faixa o imposto se eleva de 0% para 25% em relação aos primeiros Cr\$ 43.200,00 de renda, enquanto na segunda faixa são necessários Cr\$ 129.600,00 para fazer o imposto crescer de 25% para 50%. Ora,

"além de apresentar, a tabela, uma progressividade muito mais acentuada na faixa de rendimento do trabalho, verifica-se que, na faixa dos rendimentos do capital, o imposto torna-se a partir de Cr\$ 172.800,00, equivalentes a Cr\$ 14.400,00 mensais, o que está, evidentemente, muito aquém do nível correspondente ao das altas rendas pessoais" (Grau, 1972, p. 20).

Ocorre, porém, que a injustiça com que são tratados os rendimentos do trabalho é, na realidade, muito maior do que revela o simples exame da tabela progressiva do imposto de renda.

"Mesmo sem levar em conta que, por sua intensidade e caráter totalmente regressivo, a tributação indireta pesa muito mais fortemente sobre a classe dos assalariados, o fato é que o imposto progressivo atinge apenas nominalmente a maior parcela dos rendimentos da propriedade" (Grau, 1972, p. 20).

Tomando-se a sociedade anônima como forma típica de organização das grandes empresas, pode-se afirmar que as grandes fortunas nacionais estão representadas pela propriedade de ações. No Brasil, entretanto, os dividendos de ações não são incluídos na renda líquida, sobre a qual é aplicada a tabela progressiva. Os proprietários de ações ao portador e nominativas podem optar por recolher na fonte o IRPF, pagando as seguintes alíquotas: dividendos de companhias de capital aberto - 15%; dividendos de companhias de capital fechado - 25%. Por conseguinte, qualquer acionista que receba dividendos anuais superiores a Cr\$ 17.280,00 (capital aberto) ou Cr\$ 43.200,00 (capital fechado) somente se ignorante, não recolhe na fonte (Grau, 1972). "A pseudoprogressividade do IRPF é contornada, de tal forma, que um profissional liberal, que ganhe de Cr\$ 43.201,00 a Cr\$ 64.800,00 por ano, paga uma taxa superior a um acionista não identificado, que receba dividendos anuais de Cr\$ 300.000,00" (Grau, 1972, p. 21).

Entretanto, não são apenas excluídos da tabela progressiva os dividendos. O IRPF brasileiro exclui igualmente os juros dos títulos de crédito (tipo: letra de câmbio, letra imobiliária etc.). Para estes rendimentos o IRPF aplica uma alíquota que é decrescente, segundo o prazo de resgate do título, caminhando de 10% (resgates inferiores a 270 dias) até 4% (resgates superiores a 720 dias). Assim, um assalariado que ganhe Cr\$ 17.500,00 anuais paga mais que um indivíduo que receba Cr\$ 100.000,00 de juros anuais de letras, com prazos superiores a 720 dias.

Finalmente, os lucros não distribuídos estão totalmente isentos, bem como a distribuição de novas ações das sociedades anônimas, produto da incorporação de reservas ao capital nominal das empresas. Este dispositivo permite completar o quadro de favores aos rendimentos de capital através de uma série de apropriações por usufruto com carros da empresa, casas, verbas de representação, etc. (Grau, 1972).

Não se esgotam aí, todavia, os favores fiscais que anulam a progressividade do IRPF. A legislação brasileira, a título de estímulo à poupança e orientação dos investimentos, permite deduções da renda tributável (até 50% da renda), se o contribuinte subscrever ações de projetos da SUDENE, SUDAM, turismo, reflorestamento, etc.

"Ocorre que esses favores somente podem ser acolhidos pelos grupos de altas rendas, que têm elevadas propensões marginais a poupar. O assalariado, de baixas e médias rendas, como tem que gastar toda sua renda na manutenção do grupo familiar, em nada se beneficia dos polpudos descontos denominados "incentivos fiscais para investir". Os incentivos não o levam a comprimir seu consumo, pois seu baixo nível de renda o impede de poupar. Por conseguinte, os incentivos são colhidos pelos que, com ou sem estes dispositivos, poupariam, em função de suas altas rendas" (Grau, 1972, p. 22).

Ademais, os rendimentos do trabalho são desfavorecidos por mais dois outros dispositivos do IRPF. Em primeiro lugar, são descontados na fonte, mensalmente, enquanto que os demais rendimentos da propriedade pagam por declaração com um intervalo de um ano em nada desprezível, dada a inflação. Em segundo, não existe para o rendimento do trabalho nenhuma dedução celular que corresponda às despesas de

conservação permitida aos rendimentos de aluguel. Finalmente, no Brasil, o imposto predial é proporcional ao valor do imóvel e, através dos contratos de locação, transferidos aos inquilinos, funcionando, na prática, como imposto indireto (Grau, 1972).

O exame do sistema tributário nacional revela, portanto, uma dupla função. Por um lado, apropria-se de uma parcela considerável (cerca de 14% para uma família de marido e mulher com dois filhos que ganhe o salário mínimo) da renda dos assalariados mais próximos de um nível de subsistência. Assim, de acordo com Grau (1972),

"A carga tributária indireta é máxima sobre o operário não-qualificado, com o salário mínimo mensal; mantém-se elevada até 10 salários mínimos, descendo violentamente nas situações superiores, refletindo a poupança crescente destes grupos e suas estruturas de gastos. A carga tributária direta é máxima sobre o funcionário público e sobre o proprietário de imóveis, que não se beneficiam com o imposto de renda sobre a pessoa física, decaindo rapidamente nos extratos superiores. A carga tributária composta é mínima nos extratos superiores, sendo inferior a 10% para o dono da "S/A" de capital fechado" (p. 29).

Por outro lado, favorecendo os rendimentos de capital e os grupos de altas rendas, trata-se de mecanismo institucional de concentração dinâmico da riqueza.

IV. CONCLUSÕES

Quando se postula a hipótese alternativa à da marginalidade encontram-se mecanismos institucionais gerais e setoriais de espoliação que vinculam camadas de renda mais baixas ao sistema de produção e que indicam que essas camadas desempenham funções clássicas atribuídas ao exército industrial de reserva, ou seja, a função de manter baixos os salários e a de contribuir para o processo de acumulação.

No caso brasileiro, essas funções seriam exacerbadas pela existência de uma "oferta ilimitada do fator trabalho" que, como já foi visto, é gerada pela própria maneira como o processo de acumulação se dá.

Por outro lado, não foi possível determinar até que ponto a parcela da renda retirada das camadas mais baixas através de mecanismos como a política salarial e o sistema tributário nacional contribui para o processo de acumulação. Acredito que esses fenômenos têm efeitos setoriais diversos dentro de qualquer economia capitalista. Assim, é provável que sejam vitais para os setores tradicionais da economia, possibilitando a sua sobrevivência. Além disso, tudo indica que facilitam o processo de acumulação de setores competitivos que, como já foi dito, estão vinculados ao setor monopolístico. Finalmente, a existência desses mecanismos sugere que as camadas de renda mais baixas são capazes de gerar um excedente que vem sendo apropriado pelo Estado brasileiro e redistribuído de forma a incentivar o processo de acumulação e promover o crescimento econômico.

Não há, portanto, como supor que tais setores populacionais são marginais ao desenvolvimento capitalista que ocorre na sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

(1972) GRAU, Eros Roberto. "O sistema tributário nacional: descrição conceitual e análise crítica", São Paulo, mimeografado.

(1972) KOWARICK, Lúcio. *Marginalidade urbana e desenvolvimento: aspectos teóricos do fenômeno na América Latina*, São Paulo, mimeografado.

1972 SERRA, José, *"El milagro económico brasileño: ¿realidad o mito?"*, Santiago, mimeografado.

CAPITULO V

ADAPTAÇÃO DA POPULAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO E "CULTURA DA POBREZA"

I. INTRODUÇÃO

Nos dois capítulos anteriores procurei demonstrar a inexistência daquilo que se denomina "marginalidade social" na cidade de São Paulo, tentando mostrar que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro ocorre concomitantemente com um empobrecimento persistente das camadas mais baixas da população e que, para isso, o sistema desenvolveu uma série de mecanismos institucionais de espoliação que promovem a concentração de renda e facilitam a acumulação.

Resta, entretanto, examinar uma questão que diversas noções de marginalidade social colocam, ou seja, quais os principais mecanismos que garantem a existência desse sistema social concreto? A meu ver, essa questão se refere ao problema da adaptação da população em um determinado sistema. A adaptação refere-se, em última análise, ao desenvolvimento de uma rede de interação que permita à população obter do meio em que vive os recursos necessários à satisfação de suas necessidades e desejos.

Do ponto de vista da marginalidade social, o problema da adaptação refere-se a mecanismos "sui generis" que aquele segmento desenvolve para satisfazer suas necessidades e desejos, ou seja, os que postulam a existência da marginalidade postulam, também, a existência de mecanismos de adaptação qualitativamente diferentes dos empregados pela população "não-marginal" ou "integrada". Resta, entretanto, verificar se isso é verdade ou se os mecanismos de adaptação utilizados pelos pobres não são assim tão diferentes daqueles utilizados pelas camadas mais altas da população.

II. A ADAPTAÇÃO NO MEIO URBANO

Do ponto de vista da adaptação, o meio urbano constitui um sistema que apresenta disponibilidade de recursos que podem ser obtidos desde que uma rede de interação organizada permita o acesso a tais recursos. É lógico que a disponibilidade de recursos existentes no sistema não é ilimitada. Além do mais, a própria rede de interação, por ser organizada, possibilita a distribuição desigual de recursos. Mas, apesar dessas dificuldades, recursos existem e qualquer população procura sempre a satisfação de suas necessidades e desejos. Quando, entretanto, se examinam as camadas de renda mais baixas na cidade de São Paulo, verifica-se que a sua quase totalidade é composta, como já foi visto, por migrantes de recente origem rural. Tal fato coloca uma dificuldade adicional para o problema da adaptação na medida em que se admite que esses migrantes constituem, por definição, um contingente que sai de um sistema (rural) dirigindo-se para outro (urbano) (Pastore, 1971).

Para se entender melhor essa dificuldade adicional é necessário que se reconheça que dois sistemas são distintos na medida em que suas estruturas são diferentes (Berlinck, 1968). No caso específico dos sistemas sociais, diferenças estruturais implicam em diferenças culturais (Williams, Jr., 1961). Nesse caso, o migrante, para se adaptar, deve socializar-se, ou seja, deve adquirir um novo estoque simbólico que possibilite o seu comportamento adequado na nova estrutura. É lógico, entretanto, que sistemas sociais distintos não são inteiramente diferentes. No caso específico, então, os sistemas de origem e destino dos migrantes nacionais são bastante semelhantes, mas variam em graus de diferença. Assim, por exemplo, um indivíduo que emigre do Rio de Janeiro ou Belo Horizonte para São Paulo deve ter menos dificuldades em se adaptar do que um migrante de Quixadá ou Xique-Xique.

Por outro lado, o processo de ressocialização pode ser regido por mecanismos diferentes do de socialização na medida em que naquele o indivíduo já possui uma "experiência de vida" que, dependendo das circunstâncias, pode facilitar ou dificultar o aprendizado da nova cultura. Assim, de maneira geral, pode-se dizer que quanto mais complexa for a "experiência de vida" anterior, mais facilmente o indivíduo aprende a viver novas situações. Outro fator importante que facilita esse processo é o que implica justamente numa rede de interação que se baseie na, cooperação e no auxílio mútuo incluindo, aí, a transmissão de informações a respeito dos recursos do novo sistema.

É justamente por isso que, neste capítulo, o problema que se coloca é o de conhecer os mecanismos que as populações de migrantes e de nativos desenvolvem e utilizam para se familiarizarem com os recursos existentes na cidade de São Paulo.

Antes, porém, de se examinarem tais mecanismos é necessário que se descrevam as necessidades consideradas mais urgentes pela população pobre na cidade.

As entrevistas antropológicas realizadas para este trabalho revelam que a moradia, a "legalização", o emprego e a alimentação constituem quatro necessidades consideradas urgentes pela população que compõe as camadas de mais baixas rendas de São Paulo. É necessário que se diga, entretanto, que a ordem de prioridade das necessidades pode não ser essa ainda que tais necessidades estejam sempre presentes nas entrevistas.

A moradia refere-se, num primeiro momento, a um local onde o migrante obtém abrigo. Mas, num segundo momento, a moradia possui um significado social mais complexo: refere-se a um local onde o indivíduo pode ser encontrado se for procurado por alguém. Nesse sentido, ter uma moradia fixa e definida constitui uma demanda do sistema: o indivíduo que não possui um endereço residencial corre o risco muito provável de ser preso e/ou de não conseguir emprego.

A necessidade da legalização refere-se à existência de documentos que garantam uma responsabilidade civil para o indivíduo. A grande maioria dos migrantes das classes mais baixas chegam em São Paulo sem nenhum documento (nem mesmo certidão de nascimento). Tal fato dificulta sobremaneira a sua sobrevivência na cidade onde a grande maioria de relações sociais é regidas por normas contratuais. Assim, sem documentos, o migrante tem enormes dificuldades em alugar um local de moradia, em obter emprego, em comprar a prazo e até mesmo em circular livremente pela cidade, pois a polícia prende aqueles que não são capazes de apresentar um documento de identidade ou uma carteira de trabalho que comprove que esteja efetivamente trabalhando. Parece, na verdade, que, para as camadas mais baixas, a carteira de trabalho contendo um carimbo de firma onde o indivíduo esteja trabalhando é mais

importante que a posse de um documento de identidade, pois aquela evita prisões por vadiagem e facilita a obtenção de novo emprego.

A necessidade de emprego está ligada à própria sobrevivência do indivíduo no sistema, mas está relacionada, também, a garantias civis: um indivíduo desempregado pode ser confundido com o vadio. Além do mais, a falta de emprego dificulta a realização de uma série de contratos que requerem "referências".

Finalmente, a necessidade da alimentação refere-se à própria sobrevivência física do indivíduo e está intimamente relacionada com o emprego. Observe-se, entretanto, que a necessidade de alimentação possui dimensões sociais importantes. Onde obter alimentos baratos? Como obter crédito para a compra de alimentos? Onde comer quando não se tem dinheiro e crédito? Respostas a essas perguntas só podem ser obtidas a partir da rede de interação à qual o indivíduo pertence.

A satisfação de todas essas necessidades consideradas urgentes depende, em última análise, de três fatores básicos: 1) dos recursos materiais à disposição do pobre; 2) do estoque de informações que possui a respeito dos recursos existentes na cidade e das maneiras como atingir esses recursos; e 3) do acesso a diferentes canais de comunicação através dos quais pode se informar tanto a respeito dos recursos existentes como das maneiras de atingi-los.

É fácil compreender que quanto maior o volume de recursos materiais à disposição do migrante, maior a facilidade em satisfazer suas necessidades e desejos ou, em outras palavras, quanto mais alta a camada a que o migrante pertence, maior a possibilidade de satisfação de necessidades e desejos independentemente dos outros fatores, com exceção do estoque de informações que possui a respeito dos recursos existentes na cidade. Não se deve esquecer, entretanto, que, dentro de certos limites, informações podem ser adquiridas.

No caso dos indivíduos das camadas mais baixas, o volume de recursos materiais – a renda – à sua disposição é bastante pequeno, porém varia, como veremos adiante, de maneira bastante acentuada. Os outros fatores adquirem, portanto, grande importância e, por isso, devem ser analisados, ou seja, a situação de pobreza não se caracteriza apenas pela falta de recursos materiais. Um dos fatores não materiais que parece afetar o acesso aos recursos urbanos é a maneira como os indivíduos se localizam no espaço urbano. Assim, Leeds (1969) sugere que diferentes tipos de favelas (determinados por localização, tamanho e suas histórias) não só devem abrigar populações com características diferentes, como devem afetar o processo de adaptação urbana. Finalmente, um terceiro conjunto de fatores que deve afetar a adaptação urbana é o estoque de informações que indivíduos possuem. Oscar Lewis, como já foi visto, analisando a "cultura da pobreza", sugere que um de seus elementos característicos é a "pobreza da cultura", ou seja, que os membros da "cultura da pobreza" possuem um estoque simbólico muito pobre que é usado tanto no processo de comunicação entre os membros dessa "cultura" como entre eles e o mundo circundante. (Lewis, 1965; Lewis, 1966).

Para a adaptação, a pobreza dessa "cultura" significa, em primeiro lugar, uma dificuldade na medida em que implica em "experiência de vida" relativamente simples e essa, como já foi dito, dificulta a ressocialização. Mas significa, também, um isolamento que dificulta a adaptação, pois impede a transmissão de informações. Tanto em termos teóricos como em termos empíricos, estudiosos têm afirmado que a participação em diversos grupos e a ligação a diversos canais facilita a adaptação dos indivíduos a diferentes situações na medida em que permite a cooperação e aumenta o seu estoque

simbólico fornecendo, portanto, um maior número de possíveis alternativas de ação em situações determinadas. Assim, por exemplo, Hawley (1966) sugere que, na medida em que dois ou mais indivíduos reúnam suas energias através de certo tipo de comportamento cooperativo, podem realizar mais coisas do que se trabalhassem isoladamente, no mesmo intervalo de tempo. Na medida em que indivíduos cooperam, começa a desenvolver-se uma organização. Ao mesmo tempo, um ambiente progressivamente mais amplo torna-se acessível à organização. Dessa forma, ela maximiza o acesso a recursos disponíveis para seus membros. Estudo que Suttles (1968) realizou em Chicago confirma as observações teóricas de Hawley. Suttles examinou a situação de italianos e negros que, além de apresentarem níveis semelhantes de pobreza, viviam em áreas contíguas na cidade e verificou que os italianos conseguiam obter com mais facilidade do que os negros recursos tais como educação, assistência médica, emprego, moradia, etc. Suttles atribuiu essa facilidade diferencial ao diferente grau de participação em associações voluntárias desses dois segmentos da população de Chicago. Assim, esse autor observou que os italianos estudados participavam, com frequência, de reuniões com parentes até longínquos, de clubes religiosos, e tinham um intenso padrão de interação primária com diferentes comerciantes do bairro enquanto que os negros apresentavam um grande isolamento participando, apenas, e só em alguns casos, das conhecidas "gangs" formadas nas ruas. Por isso, conclui Suttles, ainda que os dois grupos sejam discriminados na sociedade norte-americana, os italianos conseguem mais facilmente a satisfação de suas necessidades e desejos (talvez, também, porque sejam menos discriminados).

II.1 .Recursos materiais: renda

A renda da população das camadas baixas na cidade de São Paulo advém, como é de esperar, do trabalho. Entretanto, ela sofre variações bastante significativas. Em 1970, a renda média mensal do principal trabalho dos que possuíam ocupações manuais não-especializadas era de Cr\$ 275,13 (com um desvio-padrão de Cr\$ 206,56). Já a dos que possuíam ocupações manuais especializadas era de Cr\$ 629,82 (com um desvio-padrão de Cr\$ 702,02). Entretanto, tudo indica que a unidade geradora de renda não é o indivíduo, mas a família. A mulher e os filhos geralmente produzem alguma renda adicional. Além disso, algumas poucas vezes, indivíduos possuem "bicos" que geram uma renda adicional. Assim, a renda média mensal total da família dos que possuíam ocupações manuais não especializadas era de Cr\$ 430,73 (com um desvio padrão de Cr\$ 405,35) e a dos que possuíam ocupações manuais especializadas era de Cr\$ 878,87 (com um desvio-padrão de Cr\$ 897, 19).

Observe-se que a renda adicional gerada por "bicos" e por outros membros da família aumenta cerca de 56% os rendimentos dos que possuem ocupações manuais não especializadas, ao passo que aumenta 40% os rendimentos dos que possuem ocupações manuais especializadas. Dessa forma, as fontes adicionais de renda são mais importantes para aqueles que possuem ocupações mais baixas, pois geram uma renda adicional maior.

Tanto a renda média mensal da principal ocupação como a renda total da unidade familiar variam bastante, dependendo do "nicho" ecológico nos quais os indivíduos se colocam na cidade. A tabela 1 possui dados que são demonstrativos dessa proposição.

TABELA 1

REND A MÉDIA MENSAL EM Cr\$ POR "NICH O" ECOLÓGICO

	Renda da ocupação principal	Desvio-padrão	Renda total de unidade familiar	Desvio-padrão
Cortiços	479,58	482,01	627,80	547,35
Vila Anglo- brasileira	475,46	302,71	701,52	417,29
Favela de Vila Prudente	277,12	146,33	371,35	215,06
Favelas pequenas longe de indústrias	264,73	454,70	381,86	1.032,20
Favelas pequenas perto de indústrias	197,02	60,76	255,70	95,27

Observa-se que tanto a menor como a mais homogênea renda média é gerada pelos moradores de favelas pequenas localizadas perto de zonas industriais. Os moradores de favelas pequenas localizadas longe de zonas industriais e perto de bairros' de moradia de membros de classes altas não só geram rendas sensivelmente mais altas do que o grupo anterior como, também, apresentam um aumento maior na renda total da unidade familiar.

Tanto as variações internas como as diferenças entre esses "nichos" devem-se, provavelmente, a diferentes tipos de relações que os seus membros mantêm com o mundo exterior. Este, por sua vez, varia dependendo da localização do "nicho". Assim, os moradores de favelas pequenas, longe de zonas industriais e perto de bairros de moradia de membros das classes mais altas, devem estabelecer relações com essas classes que devem proporcionar-lhes recursos que os moradores de favelas pequenas perto de zonas industriais não conseguem obter. Observe-se, além disso, que os desvios-padrão indicam a existência de uma diferenciação bastante grande nas rendas médias dos moradores de favelas pequenas longe de zonas industriais, ao passo que as rendas médias dos moradores de favelas pequenas perto de zonas industriais' são bastante homogêneas. Finalmente, essas diferenças nos desvios-padrão, tanto entre favelas pequenas longe e perto de zonas industriais, como entre a renda média da principal ocupação e da renda média total da unidade familiar, indicam que a heterogeneidade dos recursos materiais entre os membros das classes baixas depende fundamentalmente dos tipos de relações que mantêm com as outras classes sociais. Ora, a noção de marginalidade social pressupõe tanto uma homogeneidade do setor marginal como a inexistência de relações entre o setor marginal e o integrado, que não foram observados aqui. Ao contrário, o que se verificou é que variações de recursos materiais no seio das classes baixas são bastante grandes e dependem das relações que os diferentes segmentos dessas classes mantêm com outras classes sociais.

II.2. A pobreza da cultura e a "cultura da pobreza"

O levantamento por amostragem revelou (tabela 2) que a grande maioria da população do município não participa de associações voluntárias.

TABELA 2**PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS**

Associação	Pertence	Não Pertence	Total
Associação religiosa	2,8	97,2	(1015)
Associação de bairro	3,3	96,7	(1015)
Clube no local de trabalho	5,8	94,2	(1015)
Grupo profissional	11,2	88,8	(1015)
Sindicato	15,0	85,0	(1015)
Associação esportiva	23,1	76,9	(1015)

A maior participação ocorre em associações esportivas onde, geralmente, as informações trocadas não são relevantes para a adaptação da população na cidade, a não ser como forma de lazer. Quando, entretanto, se compara a participação em associações voluntárias entre as classes sociais é que a seletividade da participação fica evidente. A tabela 3 contém essa informação.

TABELA 3**CLASSES SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIA***

Classe social	Religiosa		De bairro		Clube no local de trabalho		Grupo profissional		Sindicato		Associação Esportiva	
	part.	ñ pert	part.	ñ pert	part.	ñ pert	part.	ñ pert	part.	ñ pert	part.	ñ pert
Alta	3,1 (4)	96,6 (127)	2,3 (3)	97,7 (129)	6,9 (9)	93 (121)	52,3 (69)	47,7 (63)	22,1 (29)	77,9 (102)	63,9 (85)	36,1 (48)
Média	3,7 (13)	96,3 (334)	2,3 (8)	97,7 (335)	8,5 (29)	91,5 (313)	11,0 (38)	89,0 (307)	20,5 (71)	79,5 (275)	35,1 (121)	64,9 (224)
Média Baixa	2,5 (6)	97,5 (236)	5,0 (12)	95,0 (228)	4,7 (11)	95,3 (225)	1,7 (4)	98,3 (234)	17,5 (42)	82,5 (198)	8,8 (21)	912 (272)
Baixa	1,8 (5)	98,2 (273)	3,6 (10)	96,4 (268)	2,5 (7)	97,5 (268)	0 (0)	100 (274)	2,5 (7)	97,5 (268)	1,1 (3)	98,9 (272)
NS/NR	(17)		(22)		(32)		(26)		(23)		(23)	

* As frequências absolutas encontram-se entre parênteses. As frequências relativas foram calculadas para a participação em cada associação

Observe-se, em primeiro lugar, que nos seis tipos de associações voluntárias investigadas a participação dos membros da classe alta é sempre superior à participação dos de classe média baixa ou baixa, com exceção da participação em associações de bairro. Observe-se, em segundo lugar, que há certos tipos de associações voluntárias cuja participação tende a ser limitada pela classe social. Assim, a participação em associações de bairro tende a ser limitada às classes mais baixas já a participação em clubes criados no local de trabalho tende a ser característica da classe média e a participação em grupos profissionais é limitada à classe alta. Entretanto, o resultado

mais interessante contido nessa tabela refere-se à participação em sindicatos onde a participação das classes mais altas é mais freqüente do que as das classes mais baixas.

Esse dado confirma a observação feita no capítulo anterior, ou seja, a de que aqueles que mais precisariam do sindicato são os que menos participam dele, ficando, assim, vulneráveis a manipulação dos empregadores. Por outro lado, os trabalhadores em ocupações manuais especializadas e em posições de supervisão (que compõem a nossa classe média baixa) bem como os trabalhadores de "colarinho branco" concebem os sindicatos como associações de assistência, pois não precisam dessas organizações como instrumentos de reivindicação. Portanto, esse fato pode explicar, também, o tipo de atuação dos sindicatos, no Brasil, bem como prever tanto o tipo de atuação futura como a estrutura que prevalecerá nesse tipo de associação.

A tabela 4 apresenta o número total de associações voluntárias das quais os indivíduos participaram durante suas vidas, por classes sociais.

TABELA 4

CLASSE SOCIAL E NÚMERO TOTAL DE ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS AS QUAIS PERTENCEU DURANTE SUA VIDA*

Classe Social	Número total de associações				Total
	Nenhuma	1 ou 2	3	Mais de 3	
Alta	41,4 (55)	38,3 (51)	12,0 (16)	8,4 (11)	(133)
Média	56,9 (198)	36,8 (128)	3,2 (11)	2,9 (10)	(348)
Média Baixa	19,1 (197)	20,5 (51)	0,4 (1)	0 (0)	(249)
Baixa	93,2 (262)	6,1 (17)	0,4 (1)	0,4 (1)	(281)

* Há 4 casos desconhecidos.

Quando se comparam os resultados obtidos nessa tabela com os da anterior, verifica-se que, de maneira geral, os índices de participação atual em cada classe, com exceção da classe alta, são menores do que os do passado, ou seja, essa comparação sugere que a pequena participação em associações voluntárias tende a ser menor no presente do que no passado, especialmente para as classes mais baixas da população. Como a maioria dos membros dessa classe é de migrantes, seria razoável supor que migrantes recentes participam menos do que migrantes mais antigos.

Em resumo, a participação em associações voluntárias não constitui uma prática social da população que vive na cidade de São Paulo. Entretanto, quando se compara a participação por classe social verifica-se que quanto mais alta a classe, maior a participação. Além disso, quando se comparam nativos e migrantes verifica-se que os primeiros participam mais do que os segundos e que quanto mais recente é o migrante, menor é sua participação. Essas tendências não revelam, no entanto, a existência de uma subcultura de participação ou de isolamento. Revelam, isso sim, variações de grau (muito mais do que de qualidade) que podem estar relacionadas com as oportunidades

diferenciais de acesso a essas associações e/ou aos próprios papéis que desempenham para os seus membros.

II.3. O acesso a canais de comunicação de massa

O acesso a canais de comunicação de massa pode se constituir em outro mecanismo para a adaptação na cidade na medida em que tais canais podem fornecer informações relevantes para a satisfação de necessidades e desejos da população. A tabela 6 apresenta a falta de posse de alguns meios de comunicação de massa, por classe social.

TABELA 6

FALTA DE POSSE DE ALGUNS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA, POR CLASSE SOCIAL

Classe Social	Não Possui			
	Rádio	TV	Vitrola	Carro
Alta	0 (0)	0 (0)	9,0 (12)	6,8 (9)
Média	4,3 (15)	6,6 (23)	27,4 (95)	50,6 (176)
Média Baixa	10,8 (27)	32,5 (81)	66,7 (166)	84,3 (210)
Baixa	43,9 (123)	73,2 (205)	91,1 (256)	97,5 (274)
NS/NR	(6)	(5)	(5)	(4)

O padrão de isolamento revelado no caso da participação em associações voluntárias repete-se aqui: o rádio ainda é o único canal de acesso fácil às camadas mais baixas da população. Quando se perguntou à Isaura, uma das entrevistadas, se usava telefone, ela disse: "Falá verdade pra sra. eu não sei nem mesmo como fala (ri alto). Não sei nem como é que pega! Eu vejo os outros pegá, pôr no ouvido e falá, mas eu mesmo não me atrevi ainda pegá pra falá não". Entretanto, é necessário que se observe a proporção relativamente alta (26,8%) de pobres que possuem aparelhos de televisão. Quando, entretanto, se examinam os programas mais ouvidos no rádio ou vistos na TV observa-se que, de maneira geral, a população não percebe esses meios como instrumentos de informação e sim como distração ou lazer. O pai de Isaura fornece uma concepção bastante articulada da TV: "Televisão é uma diversão educavelmente muito 100%. Sai o bem pro bem e o mal pro mal. Nós que somo pessoa de idade sabe organizá a idéia; a mocidade na vaidade tem emoção de aprendê, os jove aprende a atirar, aprende golpes, dali se forma até artista".

A tabela 7 apresenta outros indicadores de isolamento social por classe.

TABELA 7**ISOLAMENTO POR CLASSE SOCIAL**

Classe Social	Não vê TV	Não conversa com vizinhos	Não ouve rádio	Não tem amigos	Não conhece museu	Não lê jornal	Não conhece biblioteca	Não lê livros regularmente	Não vai ao cinema
Alta	1,5 (2)	28,6 (38)	3,8 (5)	18,0 (24)	10,5 (14)	2,3 (3)	10,7 (14)	28,6 (38)	46,6 (62)
Média	2,1 (7)	14,4 (50)	6,9 (24)	18,4 (64)	10,6 (37)	8,3 (29)	18,7 (64)	56,9 (198)	58,3 (203)
Média Baixa	5,8 (13)	9,6 (24)	11,8 (29)	20,6 (51)	25,3 (63)	32,4 (80)	53,5 (129)	74,5 (184)	79,8 (198)
Baixa	11,0 (18)	5,0 (14)	28,2 (78)	27,8 (78)	41,9 (116)	73,9 (207)	79,7 (216)	88,7 (244)	90,7 (254)
NS/NR	(151)	(4)	(13)	(5)	(10)	(7)	(30)	(12)	(6)
TOTAL	4,6	12,5	13,6	21,5	22,9	31,6	42,9	66,2	71,7
L	(40)	(126)	(136)	(217)	(230)	(319)	(423)	(664)	(717)

Em primeiro lugar é necessário observar que quanto mais baixa a classe social maior o isolamento relativo. Entretanto, esse fenômeno é apenas relativo, pois as camadas mais baixas têm acesso a determinados canais (TV e conversa com vizinhos) que demonstram a sua ligação à rede institucional mais ampla existente na cidade.

II. 4. A rede de contatos informais

Outro mecanismo adaptativo considerado importante é o das relações informais, primárias, que geralmente ocorrem com parentes e amigos. Estudo realizado por Rosen e Berlinck (1968) na região do Estado de São Paulo revelou que os processos de urbanização e industrialização não destruíram a estrutura extensa de parentesco e que a população da cidade de São Paulo apresentava uma estrutura tão ou mais extensa de parentesco do que a encontrada em comunidades mais rurais da mesma região. Em estudo posterior realizado entre famílias brasileiras da cidade de São Paulo observou-se que um dos possíveis motivos para que a unidade de parentesco continuasse extensa nesse meio urbano seria o da troca de informações que tais grupos proporcionariam a seus membros em um meio onde "o segredo é a alma do negócio" e onde não existem outros meios eficientes de comunicação (Berlinck, 1969).

Em nosso levantamento por amostragem, a existência ou não de família extensa foi medida de três maneiras diferentes: 1) se há ou não parentes ou outras pessoas morando na mesma casa onde mora o entrevistado e sua família nuclear; 2) a proximidade física de parentes e 3) a frequência de interação com parentes. A tabela 8 apresenta os dados referentes à existência de parentes ou outras pessoas morando na casa do entrevistado, por classe social.

TABELA 8

ESTRUTURA DE PARENTESCO POR CLASSE SOCIAL: PARENTES E OUTRAS PESSOAS MORANDO NA CASA DO ENTREVISTADO*

Classe Social	Ninguém	Só parentes	Só outros	Parentes e outros	Total
Alta	40,2 (53)	9,8 (13)	47,7 (63)	2,3 (3)	(132)
Média	63,1 (219)	13,3 (46)	19,9 (69)	3,7 (12)	(347)
Média Baixa	71,5 (178)	20,5 (51)	6,8 (17)	1,2 (3)	(249)
Baixa	79,0 (222)	16,4 (46)	3,2 (9)	1,4 (4)	(281)

*Há 6 casos desconhecidos.

Note-se que as classes mais altas tendem a apresentar uma estrutura extensa de parentesco com mais frequência do que as classes mais baixas. Mas essa estrutura é diferente, pois enquanto as famílias das classes mais altas tendem a apresentar outras pessoas (e não parentes) morando na mesma casa, as classes mais baixas tendem a ter parentes e não outras pessoas. No caso das classes mais altas, essas outras pessoas são, em geral, empregados domésticos e por isso a sua estrutura extensa de parentesco pode ser denominada "de serviço" (Berlinck, 1969). Esses empregados domésticos desempenham tanto funções típicas de parentesco como, por exemplo, as funções de socialização e de administração das tensões como, também, desempenham uma função adaptativa importante na medida em que: liberam tempo dos membros da classe alta que pode ser utilizado em outras tarefas (Berlinck, 1969).

No caso das classes mais baixas, essas mesmas funções são desempenhadas, às vezes, por parentes, mas, como a tabela indica, tal fenômeno é muito menos frequente do que nas classes altas.

A tabela 9 apresenta a proximidade física de parentes por classe social.

TABELA 9

ESTRUTURA DE PARENTESCO POR CLASSE SOCIAL: A PROXIMIDADE FÍSICA DE PARENTES

Classe Social	Têm parentes morando		
	No mesmo quarteirão	No mesmo bairro	Na cidade Carro
Alta	20,3 (27)	55,6 (74)	94,0 (125)
Média	19,0 (66)	52,9 (184)	93,4 (324)
Média Baixa	30,5 (76)	48,6 (121)	90,4 (225)

Baixa	33,2 (93)	34,6 (97)	71,8 (201)
NS/NR	(6)	(5)	(6)

Pode-se observar, neste caso, que os membros das classes mais baixas possuem, com mais frequência, parentes morando próximo (no mesmo quarteirão ou em área semelhante) do que membros das classes mais altas. Entretanto, os membros das classes mais altas possuem, com mais frequência, parentes morando no mesmo bairro ou na cidade de São Paulo do que membros da classe baixa. Mas, apesar dessas diferenças, os membros de todas as classes possuem frequentemente parentes morando perto ou na cidade e esses parentes podem, em caso de necessidade, auxiliar uns aos outros.

A tabela 10 apresenta a frequência de interação com parentes por classe social.

TABELA 10

ESTRUTURA DE PARENTESCO POR CLASSE SOCIAL: FREQUÊNCIA DE INTERAÇÃO COM PARENTES

Classe Social	Conversou com parentes no dia anterior à entrevista	Conversou com parentes na semana anterior a entrevista
Alta	51,9 (69)	69,7 (92)
Média	44,8 (156)	66,7 (232)
Média Baixa	43,8 (109)	55,8 (139)
Baixa	33,5 (94)	47,3 (133)
NS/NR	(4)	(5)

Os resultados obtidos indicam que os membros de todas as classes interagem frequentemente com seus parentes. Entretanto, quanto mais alta a classe social, maior a interação.

Todos esses indicadores sugerem, em resumo, que a estrutura extensa de parentesco é forma comumente encontrada em São Paulo, independente da classe social. Mas sugerem também, que quanto mais alta a classe social, mais frequente é a ocorrência da família extensa.

A simples existência desse mecanismo sugere que as relações de parentesco podem constituir importantes fatores de adaptação no meio urbano. Assim, Isaura concebe com lucidez o papel das relações de parentesco: "De fome é que eu não morro. São Paulo é grande, né? Minha família também é grande, eu esparramo um pouco de muleque pra todo lado aí (ri). Um ganha um pouquinho daqui, outro um pouquinho dali, a gente vai economizando, quando vê, com paciência vence. Agora, essa loucura de

chegá, pegá essa criançada todinha, levá pro Paraná. Sabe lá meu Deus onde eu ia ficá? Entrá lá no meio do Sertão, num lugá brabo daqueles?"

Mais adiante, falando sobre o trabalho do marido, afirma a mesma entrevistada: "Ele levô 4 meses se batendo aí até que pôde colocá. Meu irmão ajudava um pouquinho, meu tio ali, meu pai lá, e fomo controlando, um ajudando a dispensinha um do outro, dava um galho, um dava uma coisa, outro dava outras até que... Agora, cheguemo. Meu tio deu esse cômodo. Aquelas duas camas foi ganhada da vizinha".

No caso genérico das relações de amizade, as entrevistas antropológicas sugerem que são funcionais para a adaptação da classe baixa. Em geral, os membros dessa classe apresentam uma hierarquia complexa mais clara das suas relações de amizade. Assim, existe uma diferenciação entre amigos, conhecidos e conterrâneos que são utilizados como fonte de informação e de ajuda em momentos diversos da vida do migrante de classe baixa. A noção de conterrâneo possui uma base territorial ampla que pode variar desde o mesmo local (cidade ou fazenda) até o mesmo estado ou região de origem. Esses mecanismos podem ser ilustrados por alguns depoimentos retirados das entrevistas antropológicas.

José Jerônimo tinha um irmão, Alberto, que já morava em São Paulo e ele tinha o endereço do irmão. Deixou a mulher e os filhos em Campos Sales e veio experimentar. Veio de "pau-de-arara" levando 14 dias. Chegou à casa do irmão, mas ficou só alguns dias. Depois, arrumou uma pensão na Mooca, para morar. Dois dias depois de sua chegada a São Paulo arranhou emprego através do irmão. Ficou um mês e pediu a conta porque o serviço era muito pesado. Aí arranhou um outro emprego por intermédio de "um colega cearense" onde permaneceu seis meses e saiu para ir buscar a família que havia deixado no Ceará.

José Francisco, natural de Angelim, Pernambuco, tinha vários parentes e conhecidos morando em São Paulo. Quando chegou foi morar em Sapopemba com um irmão e seis dias depois arrumou serviço assim: "passando na rua, na frente duma firma, fui pedir ao homem se tinha serviço para um pernambucano. O outro respondeu: 'Você é de Caruaru ou de Garanhuns?' – 'Garanhuns'. – 'Então, você vai ser admitido'. (...) Pediu a conta e achou (serviço) na Acesita por acaso: tinha ido procurar serviço na "General Elétric" e, depois, na Pirelli, mas "não achei e fui no Ipiranga. Eu sabia que um primo trabalhava lá perto e reconheci a fábrica e fiquei esperando o primo. Quando o primo saiu, conversamos e eu expliquei que estava procurando serviço. O primo foi conversar com o velho alemão e voltou dizendo que eu podia fazer a ficha e entrar".

Romildo, natural de Cajazeira, município de Encruzilhada, Estado da Bahia, veio para Cosmorama, Estado de São Paulo, onde trabalhou na roça durante um ano, mas perdeu a roça por falta de chuva. Então, resolveu vir para São Paulo. "Quando eu estava em Cosmorama ia assistir futebol e conhecia de vista um tal de 'Zé Goleiro', que jogava bem futebol, mas lá não tinha amizade com ele. 'Zé Goleiro' tinha ido para São Paulo um ano antes". Quando Romildo resolveu vir para São Paulo, um amigo o acompanhou e este amigo conhecia bem o "Zé Goleiro". Chegou com este amigo na casa do "Zé Goleiro" e perguntaram se ele podia ajudar. O amigo tinha acompanhado Romildo só para passear, e depois, voltou para o interior. "Zé Goleiro" aceitou ajudar o Romildo que voltou pro interior pra buscar as suas coisas e foi morar na casa do "Zé Goleiro". A casa tinha dois cômodos, na rua Potomaque, Jardim das Maravilhas, em São Paulo. "Zé Goleiro" tinha 3 filhos pequenos; fez dormir o Romildo na cama dos filhos e os 3 filhos dormiam na cama dos pais. Romildo ficava com vergonha de dormir no mesmo quarto, com uma família que conhecia tão pouco. "Zé Goleiro" indicou a fábrica

Swift, em Santo André, e Romildo começou a trabalhar como ajudante porque não tinha profissão. Trabalhava em matança de boi. Depois de 2 meses, "Zé Goleiro" construiu um cômodo de tábuas no quintal da casa dele e Romildo dormia nesse barracão. Almoçava, jantava, levava marmita da casa do Zé. Ao chegar, não tinha dinheiro, mas o Zé dizia que não tinha problema, que podia pagar mais tarde.

III. A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

A importância desses mecanismos informais pode ser claramente observada na maneira como a população "resolve" determinados "problemas". Assim a tabela 11 apresenta a maneira como a população entrevistada resolveu o problema da moradia, por classe social.

TABELA 11

RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DE MORADIA POR CLASSE SOCIAL

Classe Social	Como ficou sabendo da casa onde mora?						Placa na rua
	Construiu	Parentes	Vizinhos	Amigos	Jornal	Corretor	
Alta	14,4 (19)	24,2 (32)	2,3 (3)	15,2 (20)	12,9 (17)	22,0 (29)	9,1 (12)
Média	8,7 (30)	21,4 (74)	3,8 (13)	22,0 (76)	17,4 (60)	14,2 (49)	12,5 (43)
Média Baixa	13,3 (32)	25,7 (62)	3,3 (8)	35,7 (86)	5,0 (12)	2,9 (7)	14,1 (34)
Baixa	39,3 (108)	22,9 (63)	3,3 (9)	25,8 (71)	0,4 (1)	1,1 (3)	7,3 (20)

* Há 22 casos ignorados.

Observe-se, em primeiro lugar, que parentes e amigos constituem fontes de informações relevantes para todas as classes sociais, na resolução do problema de moradia. Observe-se, entretanto, que enquanto as classes mais altas se utilizam de outros recursos (como, por exemplo, jornal, corretor e placa na rua) as classes mais baixas tendem a se restringir apenas a essas fontes informais ou, então, solucionar individualmente o problema.

A tabela 12 apresenta a maneira como a população descobriu o atual trabalho, por classe social.

TABELA 12**DESCOBERTA DO “ATUAL” TRABALHO, POR CLASSE SOCIAL**

Classe Social	Como ficou sabendo do atual trabalho?						Outros
	Parentes	Vizinhos	Amigos	Jornal	Rádio ou TV	Placa na rua, sozinho	
Alta	39,4 (52)	-	33,3 (44)	3,0 (4)	-	2,3 (3)	22,0 (29)
Média	24,2 (83)	-	49,3 (169)	7,9 (27)	0,9 (3)	2,0 (7)	15,7 (54)
Média Baixa	14,2 (35)	7,0 (5)	53,3 (131)	11,0 (27)	-	8,1 (20)	11,4 (28)
Baixa	16,7 (46)	4,3 (9)	53,6 (148)	1,1 (3)	-	10,9 (30)	14,5 (40)

Os resultados desta tabela confirmam, de maneira geral, as observações feitas a respeito da anterior, ou seja, que parentes e amigos constituem mecanismos relevantes de adaptação para todas as classes sociais. Entretanto, as classes mais altas possuem outros recursos que as mais baixas não possuem ou aos quais não têm acesso.

Em outras palavras, o isolamento relativo das classes mais baixas é bem maior do que o das classes mais altas. Este isolamento, por sua vez, limita o conhecimento das classes mais baixas a respeito dos recursos existentes na cidade, como se pode observar na tabela 13.

É evidente que essa ignorância a respeito dos recursos existentes no meio limita as alternativas de ação das classes mais baixas e dificulta a sua adaptação. Entretanto, nada indica a existência de uma "cultura da pobreza" em São Paulo, ou seja, um conjunto de normas, valores, crenças, etc., que seriam próprias e comuns às camadas mais baixas do Município. O máximo que se pode dizer a esse respeito é que os membros das camadas mais altas possuem uma centralidade relativa maior, ou seja, eles têm acesso a um número maior de diferentes canais de comunicação (Berlinck, 1968). Não se pode supor, portanto, que os pobres estejam "marginalizados". Ao contrário, eles possuem acesso a canais informais de comunicação – parentes, vizinhos, amigos e conterrâneos – que lhes garante informações a respeito de problemas como habitação e trabalho que facilitam a sua adaptação.

IV. CONCLUSÕES

Quando se examinam os mecanismos sociais de adaptação da população na cidade de São Paulo, verifica-se, mais uma vez, a inexistência daquilo que se denomina de marginalidade social. A população de classe baixa consegue gerar recursos materiais escassos que variam de acordo com a maneira que se relaciona com as demais classes sociais. Essas relações, por sua vez, dependem da capacidade de trabalho da família e da localização ecológica da população. Por outro lado, ainda que a classe baixa apresente um baixo grau de informações e um isolamento relativamente alto, não se pode falar em uma "cultura da pobreza". Em outras palavras, quer pelos relacionamentos que mantém

com as outras classes sociais, quer pelos tipos de associações das quais participa, não se pode dizer que existe marginalidade social na cidade de São Paulo.

TABELA 13**RECURSOS URBANOS DESCONHECIDOS POR CLASSE SOCIAL**

Classe Social	Alta	Média	Média Baixa	Baixa	NS / NR
Hospital das Clínicas	2,3 (3)	2,6 (9)	6,4 (16)	19,6 (55)	(4)
Posto de saúde	4,5 (6)	6,6 (23)	8,8 (22)	19,6 (55)	(4)
Supermercado Peg-Pag	-	2,0 (7)	7,2 (18)	27,0 (76)	(4)
Mappin	-	2,6 (9)	11,2 (28)	36,7 (103)	(4)
Jardim Zoológico	2,3 (3)	9,5 (33)	18,9 (47)	37,7 (106)	(4)
Ibirapuera	0,8 (1)	2,9 (10)	9,7 (24)	20,6 (58)	(4)
Parque D. Pedro II	1,5 (2)	2,0 (7)	4,8 (12)	12,5 (35)	(4)
Av. São João	-	0,6 (2)	2,8 (7)	10,3 (29)	(4)
Onde registrar para votar	1,5 (2)	5,7 (10)	16,1 (40)	56,2 (158)	(4)
Onde obter documento de identidade	-	2,3 (8)	8,0 (20)	29,2 (82)	(4)

BIBLIOGRAFIA

1961 WILLIAMS, Jr. Robin, *American Society: A Sociological Interpretation*, N. Y., Alfred A. Knopf.

1965 LEWIS, Oscar, *La vida: A Puerto Rican Family in the Culture of Poverty*, New York, Random House.

1966 HAWLEY, Amos H., «La estructura de los sistemas sociales», in Amos H. Hawley (ed.), *Las estructuras de los sistemas sociales*, Madrid, Editorial Tecnos S.A., p. 65-86.

1966 LEWIS, Oscar, «The Culture of Poverty», *Scientific American*, vol. 215, n. 4, October, p. 19-25.

1968 BERLINCK, Manoel T., «População, centralidade relativa e morfogênese em áreas urbanas do Estado de São Paulo», *Revista de Administração de Empresas*, vol. 8, n. 29, dezembro, p. 61-79.

1968 ROSEN, Bernard C. e Manoel T. Berlinck, «Modernization and Family Structure in the Region of São Paulo, Brazil», *América Latina*, Ano II, n. 3, Julho-setembro, p. 75-96.

1968 SUTTLES, Gerald D., *The Social Order of the Slum, Chicago*, University of Chicago Press.

1969 BERLINCK, Manoel T., *The Structure of the Brazilian Family in the City of São Paulo, Brazil*, Ithaca, N. Y., Cornell University Latin American Studies Program Dissertation Series.

1969 LEEDS, Anthony, «The significant variables determining the character of squatter settlements», *América Latina*, Ano 13, n. 3, julho- setembro, p. 44-87.

1971 PASTORE José, «Migração, mobilidade social e desenvolvimento» in Manoel Augusto Costa (ed.), *Migrações internas no Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, p. 59-94.

CAPITULO VI

RESUMO E CONCLUSÕES

I. RESUMO

Este trabalho procurou realizar um exame crítico da noção de marginalidade social tentando demonstrar que tal noção não encontra apoio empírico no caso da cidade de São Paulo.

A noção de marginalidade adquiriu alguma importância teórica com o fracasso explicativo (e até mesmo prático) das teorias da modernização elaboradas por sociólogos norte-americanos e europeus a partir da Segunda Guerra Mundial e se baseia na idéia de que a urbanização dos países latino-americanos ocorreu sem um concomitante processo de industrialização, ou seja, que essa urbanização não foi acompanhada por transformações econômicas capazes de absorver uma crescente oferta de mão-de-obra não-especializada. Definiu-se, dessa forma, uma diferença substancial entre o desenvolvimento econômico ocorrido, por um lado, nos países europeus durante os séculos XVIII e XIX e no Japão durante o início do século XX e o processo de acumulação que vem ocorrendo nos chamados países subdesenvolvidos do século XX. Enquanto os primeiros constituíram mecanismos institucionais capazes de realizarem um processo de acumulação sem a geração maciça de desemprego e subemprego, os países subdesenvolvidos apresentaram arranjos institucionais através dos quais o processo de acumulação se realizou e realiza com a geração maciça de desemprego e subemprego. Tal situação promoveu o aparecimento e o crescimento, nas cidades latino-americanas, de um contingente populacional que se concentrou em favelas, cortiços, barriadas, callampas, vilas misérias, etc. e que é indicador da existência de uma estrutura social, com características dualistas, composta, de um lado, por um núcleo "moderno" e "dinâmico" responsável pelo processo de acumulação e, de outro, por um "setor marginal" que não participa de tal processo. Neste caso, o setor "marginal" é afuncional para o desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos, ou seja, não desempenha nem a clássica função de rebaixamento salarial atribuída ao exército industrial de reserva nem dificulta ou impede o processo de acumulação. Ao mesmo tempo, por ser "marginal", o setor desenvolve mecanismos "sui generis" de adaptação ao meio em que vive, que acaba por se constituir em uma verdadeira "cultura da pobreza" que é qualitativamente diversa da "cultura de participação" do núcleo central do sistema.

A noção de marginalidade assim entendida introduz uma série de dificuldades teóricas e metodológicas para a compreensão da realidade latino-americana. Por exemplo, recoloca a noção de estrutura dualista que já fora criticada e praticamente abandonada pela sociologia contemporânea. Ao mesmo tempo, e devido ao postulado dualista, tende a ignorar possíveis conexões estruturais entre os diversos setores que compõem as sociedades latino-americanas.

Tendo-se em conta tais dificuldades, este trabalho dedicou-se ao teste da hipótese alternativa, ou seja, a de que não existe marginalidade social. Para tanto o município de São Paulo foi escolhido como domínio empírico e, através de uma pesquisa, procurou-se demonstrar, em primeiro lugar, que tanto a noção de urbanização

como de industrialização constituem categorias suficientemente vagas que dificultam a análise empírica. Em outras palavras, o crescimento da cidade de São Paulo ocorreu, de maneira mais intensa, nos últimos anos do século XIX e deveu-se, por um lado, à expansão cafeeira do oeste paulista e, por outro, à expansão industrial inglesa. Esses dois fatores acentuaram o caráter de entreposto comercial que a cidade já tinha adquirido a partir do início do século XIX e forneceram as bases econômicas para que ela se transformasse na mais importante cidade industrial do Brasil. Dessa forma, não se pode dizer que São Paulo cresceu sem industrialização. É verdade que essa "industrialização" não ocorreu no sistema urbano analisado. Entretanto, supor que a industrialização só afeta a urbanização quando as duas ocorrem no mesmo sítio seria uma concepção ingênua que desconhecera o princípio básico de que os sistemas sociais são abertos sofrendo, portanto, influências decisivas de outros sistemas externos a eles. Na realidade, São Paulo sofreu profundas transformações sócio-econômicas a partir dos meados do século XIX, que afetaram de maneira profunda o sistema agrário brasileiro e acabaram por resultar em intensa migração rural-urbana que tem sido o fenômeno responsável pelo crescimento da cidade a partir dos anos 1920 deste século. Entretanto, supor que a principal função dessas transformações seria a de "empregar mão-de-obra não-qualificada" constitui, também, uma grande ingenuidade sociológica imperdoável. A principal função dessa transformação é a acumulação de capital, ou seja, a geração de um excedente capaz de promover o persistente crescimento econômico ou o aumento do Produto Nacional Bruto. A ocorrência da acumulação com ou sem emprego de mão-de-obra não-qualificada no sistema industrial é um problema político que escapa às preocupações do capitalismo como forma concreta de acumulação. Portanto, não se pode atribuir – como querem alguns – funções inexistentes a esse tipo de atividade econômica organizada. O que importa determinar – isso sim – são as funções que a mão-de-obra desempenha no processo de acumulação.

Partindo desse ponto de vista, foi possível determinar-se, neste trabalho, que ao processo de crescimento persistente da renda corresponde um persistente empobrecimento da mão-de-obra empregada na cidade de São Paulo, pois, como se sabe, o salário supõe sempre a entrega pelo trabalhador de uma certa quantidade de trabalho não retribuído. Esse processo de empobrecimento se manifesta através da deteriorização paulatina das médias ocupacionais tanto para migrantes como para nativos da cidade de São Paulo que, por sua vez, está relacionada com uma queda persistente das expectativas a respeito de oportunidades sociais como, por exemplo, a educação. Por outro lado, foi possível identificar diversos mecanismos institucionais de espoliação que retiram dos trabalhadores uma parcela de seus ganhos. Foi possível demonstrar, também, que tais mecanismos afetam principalmente a mão-de-obra não-qualificada, ou seja, aquela que se coloca em níveis salariais próximos do salário mínimo. Finalmente, foi possível demonstrar que a instabilidade ocupacional gerada, de um lado, por mecanismos institucionais de espoliação e, de outro, pela oferta abundante de mão-de-obra, permite a realização de um lucro marginal no setor industrial e a sobrevivência de certas indústrias tradicionais e/ou competitivas que, de outra forma, não teriam condições de operar no mercado. Em outras palavras, foi possível identificar uma série de indicadores que sugerem que a abundante mão-de-obra não-qualificada existente na cidade de São Paulo desempenha as funções clássicas do exército industrial de reserva, ou seja, garante níveis baixos de remuneração do trabalho ao mesmo tempo que proporciona condições institucionais para a realização da acumulação capitalista que, em última análise e como já foi demonstrado, depende da exploração do trabalho. Não foi possível, entretanto, demonstrar a importância relativa desses mecanismos para o processo de acumulação, ou seja, não se conseguiu determinar precisamente a parcela

de acumulação que é gerada pela mão-de-obra não-qualificada. Mas, ainda que tal fato seja importante (pois pode-se argumentar que a parcela não retribuída ao trabalho da mão-de-obra não-qualificada é, em termos agregados, irrelevante para o processo de acumulação porque a sua contribuição marginal ao lucro tende a zero), ela é dispensável para o principal argumento deste trabalho. Na realidade, o que importa demonstrar – e isso foi realizado – é que a população pobre da cidade vincula-se ao sistema produtivo e contribui para o processo de acumulação de maneira que se equivocam aqueles que supõem que a população pobre é afuncional para o desenvolvimento econômico.

Além disso, foi possível verificar que há uma série de indicadores que sugerem não existir uma "cultura da pobreza" na cidade de São Paulo, ou seja, normas e valores que diferenciariam as diversas camadas sócio-econômicas existentes na cidade. Se por um lado as camadas mais pobres apresentam um grau relativamente alto de isolamento em relação a diversos canais de comunicação existentes na cidade, elas apresentam, por outro lado, uma série de mecanismos de interação baseados principalmente em relações de parentesco, amizade e "conterraneidade" que também são utilizados pelas camadas mais altas. É lógico que esses mecanismos variam de importância e de funções entre as camadas sociais, mas a sua presença genérica revela a existência de um estoque simbólico comum às diversas camadas sócio-econômicas e, portanto, a inexistência de uma "cultura da pobreza".

II. CONCLUSÕES

A demonstração de que as teorias da marginalidade social são inadequadas para a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo Brasil recoloca uma série de questões e devem ser examinadas pelo cientista social.

Não pretendo elaborar aqui todas as possíveis questões relevantes, mas apenas sugerir que elas existem.

A primeira questão relevante que pode ser colocada refere-se à própria existência de vastas camadas de população pobre no Brasil, ou seja, como se explica a existência dessas camadas? É fácil dizer-se que a pobreza é gerada pelo próprio processo de acumulação capitalista. A tarefa, entretanto, é um pouco mais complicada. Trata-se de descrever os mecanismos específicos que provocam esse fenômeno. Este trabalho, ao tratar sumariamente dos mecanismos que geram a "oferta ilimitada do fator trabalho", procurou encontrar uma explicação parcial para o problema. Entretanto, ela precisaria ser examinada com mais cuidado e, provavelmente, não seria suficiente para a compreensão sistemática do problema. Na realidade, a questão fundamental permanece: a pobreza brasileira (e latino-americana) é quantitativamente muito maior do que a existente nos países que se desenvolveram durante os séculos XVIII e XIX e início do século XX. É possível que o processo de acumulação que vem ocorrendo nos países subdesenvolvidos tenha gerado uma espécie de "excedente" pobre que nunca tenha existido nos atuais países desenvolvidos. Se este for o caso, é lógico que as teorias que serviram para explicar o processo de desenvolvimento capitalista daqueles países não seriam adequadas para explicarem o que ocorre nos atuais países subdesenvolvidos. Não acredito, entretanto, que seja este o caso. É necessário que se reconheça que, mesmo havendo um "excedente" pobre, ele foi gerado pelo próprio processo de acumulação capitalista e que formulações fáceis, como a marginalidade social, só servem para obscurecer esse postulado fundamental. Portanto, a tarefa teórica deve partir desse postulado e procurar, por um lado, as possíveis vinculações estruturais entre pobres e

não-pobres. Por outro lado, deve procurar encontrar os mecanismos que garantem a existência dessa configuração estrutural que, em última análise, contém a contradição básica de se fundar na espoliação.

A primeira parte dessa tarefa foi, de certo modo, objeto de análise desse trabalho na medida em que procurou refutar as teorias da marginalidade. Entretanto, como a própria finalidade do trabalho não era essa, a tarefa ainda está por ser feita. A segunda parte implica no próprio exame analítico da contradição, ou seja, na análise dos mecanismos de controle e de conflito social que coexistem nessa configuração estrutural. Essa parte não foi nem sequer tangencialmente examinada neste trabalho. É, entretanto, necessário que se faça isso para se compreender melhor o que ocorre na sociedade brasileira.